

movimento

de cultura portuguesa

CONCELO
V. VASCONCELOS
7850
Pr. da Estrela, 147
PORTO

57

Directores: ANTÓNIO QUADROS e FERNANDO MORGADO

DO PROBLEMA DAS NAÇÕES UNIDAS AO PROBLEMA DA PÁTRIA PORTUGUESA

Já a ninguém ilude a ficção de unidade que utópicamente as nações intentaram realizar, depois da última guerra mundial, e como preventivo para uma outra, cujas consequências seriam inimagináveis. Podem aqueles que, ingenuamente, tudo reduzem à política, julgar que a situação de conflito que separa cada vez mais os países aderentes da O.N.U., provém de oposições ideológicas, interesses económicos ou paixões humanas. Sempre houve tais oposições, interesses e paixões; a dificuldade começou, todavia, quando se escolheu a designação sofística de Organização das Nações Unidas, acelitando-se a utopia perigosa de uma Unidade Internacional impossível, conhecendo-se que a diversidade das religiões, das filosofias e das pátrias, é factor muito mais importante, ainda, do que a diversidade das raças, dos continentes ou dos grupos étnicos.

Analisando-se, com efeito, a causa das guerras mais mortíferas que o mundo travou ao longo da história, entramos exactamente esse desejo metafísico de realização da Unidade a qualquer preço, pela hegemonia de uma doutrina, de uma religião ou de um estado. Transportando tal ideia para o areópago internacional, a exterior aspiração para a paz que esse organismo dizia representar, está a desvelar-se: na realidade, de novo se luta pela imposição de uma doutrina, uma religião ou um estado, pois tal seria a condição das Nações Unidas e, num segundo estado, da Unidade supranacional, se o idealismo filosófico e pragmático tivesse poder para contrariar entre outras, as determinações linguísticas, animicas e filosóficas. O problema das Nações Unidas acaba por correlacionar-se com o próprio problema da metafísica, acete pelas nações ocidentais, que conceberam a respectiva organização.

Nestas condições, a acção, pela pátria portuguesa, dos sacrifícios que ora lhe são exigidos, em nome dos principios metafísicos ocidentais, equivalerá à alienação do seu pensamento e da sua liberdade de conceber e agir. Alienação, sublinhado, em prol de uma concepção filosófica falida, de uma utopia unitarista que, mais tarde ou mais cedo, conduziria à guerra universal, não fosse o temor das armas atómicas. Que as Nações Unidas levantem, sequer, o problema de uma intervenção deste tipo, eis o que desde logo anula o seu conteúdo pacífico e fraternal. De exigência em exigência, este interventionismo tenderia a impor doutrinas, sistemas políticos e mesmo dirigentes, até ao momento da dissolução nacional. Acabariam por esse facto as nações? Não: apenas as pequenas nações se integrariam nas grandes que, estes, não abdicam tão facilmente da sua filosofia.

A recusa portuguesa à alienação do seu pensamento, pensamento que é a mais profunda razão de ser de sua existência histórica é, por conseguinte, menos uma expressão política de que uma expressão espiritual e, neste ponto, deverão estar de acordo os regimes e os governos que entre nós eventualmente e em princípio possam suceder-se.

Parecendo-nos difícil aceitar uma substância espiritual e política para todo continente, o nosso atlantismo fluido e movente, recusa a rigidez ferrea dos programas continentalistas. Parecendo-nos ainda mais difícil radicalizar o espírito nacional na raça, opomo-nos conscientemente ao racismo, na medida em que esta doutrina, hoje vigente sobretudo em países americanos,

asépticos e africanos, nega aos homens o ideal da fraternidade. A experiência portuguesa, torna-se pois crucial e dramaticamente necessária na época contemporânea: será possível constituir-se uma nação independente à base de uma pureza espiritual, transcendente ao continentalismo e ao racismo? Se conseguirmos responder validamente ao desafio que nos é proposto pelo metafísico pensamento ocidental, podermos então tomar consciência de que somos e representamos a esperança do mundo. Justificar-se-la então a profecia dos nossos maiores poetas e pensadores.

Acautelemo-nos, porém. Tal só será

possível se, através de toda a nossa

grande pátria de aquém e de além-mar, soubermos dar a primazia ao pensamento português, através de uma pedagogia, de uma cultura, de uma acção política e social, inspiradas e lógicamente derivadas da tradição filosófica portuguesa, que entre nós tem ainda detractores.

Temos seguido com o interesse e o carinho que tais reacções devem provocar aos portugueses da boa vontade, as numerosas manifestações populares que, na metrópole ou no ultramar, se realizaram como resposta às teses e attitudes antiportuguesas. Acautelemo-nos: um patriotismo baseado apenas nos sentimentos, em momentos de inflação emocional, em interesses económicos, em atavismos historicistas, em violções de obscura origem, pode compreender-se como manifestação do tipo secundário, derivado ou marginal. A força, a verdadeira força que faz perdurar as civilizações e as renova no tempo, enriquecendo-as e projectando-as evolutivamente no futuro, só pode porvir de um pensamento redentorista capaz de responder às mais profundas exigências e interrogações dos homens. Se não temos esse pensamento, não existimos então e não existiremos. Se o temos virtualmente, como o indica a obra dos nossos poetas e filósofos, devemos actualizá-lo e re-lizá-lo, reformando desde a base um sistema educativo e pedagógico que lhe é inadequado e expandindo-o para todas as províncias e zonas de aquém e além-mar.

Resolver tal problema, que é o problema da pátria portuguesa, é a tarefa das novas gerações, serenas e conscientes, perante os erros metafísicos e políticos da chamada Organização das Nações Unidas.

OS TRAIÓDORES

Do Jornal de Letras, do Brasil, de Outubro passado, da rubrica «Panorama do Mundo», de Willey Lewin, transcrevemos as seguintes linhas:

«Aviso! Portugal — Portugal é uma terrível advertência aos apocentados construtores de impérios como nós» — observa o inglês Frank E. Hugott, no seu recente livro *South of Lisbon* (Gollancz, Londres), ao referir-se à actual pobreza, à ameaça social, económica — e anacionais — do Portugal de hoje, país, enfretado, cujo «charme» peculiar não deixa de sentir e proclamar.

A nota supra, na pouquidão das suas linhas e na pequenez dos seus concíitos, nada vale, senão pelo que sugere o pressupõe. Que um jornal estrangeiro assuma, perante um país com o qual o seu, voluntária e violentemente, quebrou os laços de sangue, de política e de ideologia, atitudes ininteligentes, antipáticas ou beligerantes, forçoso é admiti-lo como natural consequência dum enfrentamento ideológico, político e biológico, a outros países de estrutura contrária à nossa própria. Do mesmo modo, nada espanta a incompreensão, por parte do autor inglês aludido, da história e da missão de Portugal no Mundo, pois ao país a que pertence jamais coube, nas suas vastas administrações coloniais, uma parcela da fé que move as montanhas,

ou do entusiasmo sagrado dos dilatadores do império, que desde o nascença da nacionalidade, almoou ou animou toda a nossa história. Estes e outros descoços actualmente espalhados no Mundo, em referência a Portugal, têm de ser compreendidos, embora malintendidos, como os que, por exemplo, sempre os Portugueses endereçaram a Castela. Aliás no que se refere particularmente às terras de Vera-Cruz, tais atitudes são coerentes com as teses propostas em aventuras ou rotineiras fugas ideológicas dum pretendente luso-tropicalismo, tendente a limitar no Câncer e no Capricórnio a ação dos Portugueses no Mundo, diluindo deste modo a sua individualidade nacional numa mistura geo-étnográfica, que circundasse o Globo como cintura uniforme e homogênea, da qual, naturalmente, Portugal seria mero participante. Isso justificaria outras e mais ambiciosas teses, talvez a de considerar-se irrelevante o Portugal futuro, a não ser nos pântanos e nos mato das Amazónias.

Ainda tais desmandos, porém, são de aceitar, como naturais aos que, não os tendo próprios, se acomodam, como se fossem os seus, à sombra dos pergaminhos alheios. Pelo a simples observação da história, da filosofia e da religião, ensinam a quem quiser aprender, que o movimento de Portugal no Mundo, não se mede em termos de latitude, mas, de longitude. Adiante, pois.

Apenas, neste quadro de reprobadas vilozas, urge assinalar a fatuidade dos profetas de consumação de Portugal, oriundos deste mesmo Portugal. Não há estígmas bastantes para esses, nem mediata excessiva das interpretações futuristas deste País de heróis, destinado singularmente, segundo tais, a um sacrifício místico em prol da salvação do Mundo. Nove agnus Dei, a Pátria de Camões e da Pessoa, de Vieira e de Bruno, do Gama e do Infante, deverá ser posta no altar das sacrificações, como oferta a deuses miseriosos e vorazes, dadores unilaterais e injustos, do direito de existir livre e independente no concerto das nações. Estranha deslística a dum povo sotafal, que sem ter cumprido o seu fado, sem ter esgotado o seu sangue, transferisse o testemunho durante séculos conduzido nobremente até aos confins da Terra. Não há grandezas que ofusquem, nem promessas que amolegam as posições: dizem-nos claramente: para o Portugal cumprir, que se demita. E dizem-nos de vários modos.

São os escritores e intelectuais proscritos, voluntariamente, até, que uma vez cortados os laços sentimentais, políticos e administrativos que os prendiam à Pátria portuguesa, mas, sem conseguirem alijar a herança dum passado que se resolve em futuro, acham fácil concluir ser nas suas pátrias de opção, que Portugal saia cumprir. Seriam ridículos, se não fossem criminosos na tragédia que sugerem, as suas interpretações das profecias da grandeza nacional, constantes em nossos poetas; faria rir, sim, o critério accommodativo de algum que, em face da tese messianica de Fernando Pessoa, conclui ter acertado em tudo o poeta, menos, quando admite ser aqui, no Portugal atlântico e mediterrâneo, que os prodígios terão lugar; faria rir os outros, quando julgam mortas as pátrias e ousam pensar na identidade dos títulos e de lugares, como solução dos problemas administrativos: Portugal possuído será a morte de Portugal possuidor; faria rir os que, decrefando a senectute de uma pátria de génios, onde o florescer dumha civilização superior está na boca e na mente dos poetas e dos filósofos, se equivocam ao ponto de super inexorável a união com A, por oposição a B e em face do binómio destruidor, esquecem o desprezo o terceiro termo prometido e libertador; faria rir, sim, se não merecessem o castigo dos traidores.

Não se diga que de fora apenas, vêm

os ataques e os insultos: eles são chocados também na morna passividade do Portugal responsável; não se tem a fácil ideologia das caricatos Dons Quixotes de povos subjugados, porque na falácia de seus concíitos está o germen da sua perda. Mas, dos que se afirmam portugueses e admitem a falácia do génio português, dos que falam a nossa língua e dela usam para nos degradar, desses falsos profetas de grandezas pagas com a honra, desses, cumpre prever-nos. Nada nos levará a aceitar a traição dos Demóstenes, que apoiam a submissão aos Alexandre das Macedónias, com maiores que sejam as suas magnitudes.

Nem podemos aceitar o sacrifício duma Pátria, explicado por indevida extensão aos povos da imitação de Cristo — ou teremos então, de entender como providencial, a expiação dos Judeus através dos séculos. Se isso define o povo eleito, o semeador, o salvador, eles o seriam.

A SITUAÇÃO SOCIAL DO ESCRITOR PROJEÇÃO NO BRASIL

Se o invulgar surto editorial do mercado português ainda não pôde beneficiar visivelmente os nossos escritores, que continuam a receber três ou quatro mil escudos por um livro que lhes levou um ano a escrever, ou duzentos escudos por um artigo que equivale a anos de meditatione e estudo, é certo que uma das causas, já apontadas noutros números do u57, é a injusta remuneração que entre nós se concede ao trabalho intelectual. Este aspecto já foi suficientemente debatido e a verdade é que, como em muitas outras fases que temos proposta, não foi ainda refutado.

Como é possível, pergunta-se ao mesmo tempo, que, havendo um mercado potencial de cerca de com milhões de pessoas falando português, os tiragens dos nossos livros raro ultrapassam os dois mil exemplares?

O certo é que, devido a dificuldades várias, desde as cambiais às económicas, desde as culturais às políticas, o livro português não é vendido no Brasil. Os escritores brasileiros que nos visitam — falámos recentemente com Eric Verissimo, Fernando Sabino, Dinah Silveira de Queirós e Lygia Figueiredo Távora —, declararam ignorar por completo a moderna literatura portuguesa, com exceção de dois ou três nomes de fachada. Em contrapartida, conhecem a fundo a *ábeaf generation* ou a *nouveau vague*, e alimentam-se de tratados alemães, manuais americanos, poemas ingleses e romances franceses, no intervalo da leitura dos seus próprios livros. É uma tradição que se está a quebrar — o que não só nos prejudica a nós, como a elas, cuja cultura se vai desenraizando e perdendo personalidade, na tradução de ideias, sentimentos e palavras alheias à natural evolução da língua e do pensamento que a implica.

Há um longo caminho a percorrer na resolução destas dificuldades e muitas medidas deverão ser tomadas mais tarde ou mais cedo, para contrariar absurdos como o de a cultura espanhola, graças à ação de hábitos addiccionais, ter hoje mais projeção no Brasil do que a portuguesa. É verdade que, por nossa parte, há muito que lá não temos um só addido cultural...

Mas adianta: seria uma solução, não talvez integral, mas de incomensurável alcance, a fundação no Brasil de uma editorial portuguesa, destinada a imprimir e publicar in loco as melhores obras da nossa literatura clássica e moderna.

Esta editorial, cujo éxito financeiro não pode ser posto em causa, dado o interesse autêntico que, apesar de tudo a nossa cultura ainda desperta, seria organizada culturalmente, desde já se

sugerindo aos seus eventuais capitais, as seguintes colecções ou séries: A — Clássicos; B — Poesia moderna; C — Filosofia contemporânea; D — Romance moderno; E — Contos; F — Estudos sobre a cultura portuguesa; G — Romances e contos tradicionais; H — Biografias; I — História; J — Teatro; L — Monografias sobre arte; M — Obras científicas e técnicas.

Estes livros, já publicados em Portugal, seriam no entanto novamente pagos aos seus autores, de acordo com as tiragens e as diferenças de câmbio, o que permitiria aos escritores portugueses, não só maior projecção, mas também maior desafogo económico. A cultura portuguesa actual, incontestavelmente rica e variada em obras filosóficas, literárias e artísticas, está em condições de assumir um lugar relevante no mundo moderno. O que falta para se impor é tão pouco, que constantemente nos admiramos de não termos sido ainda dados pequenos passos como este.

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO OU FACULDADE DE LETRAS NO PORTO?

A recente determinação ministerial, restaurando na Universidade do Porto a Faculdade de Letras, encerrada desde 1932, provocou em todo o País culto um natural regozijo por tão acordada medida, sobremaneira honrosa para o Ministro que a subscreveu. Muito já se tem dito acerca desse estabelecimento de ensino superior, criado pela alta visão do grande filósofo português Leonardo Coimbra e cuja influência na cultura nacional apenas é possível ainda vislumbrar-se, pois permanece actuante pela obra daqueles que por ela passaram, nos poucos anos que medeiam entre a sua fundação auspiciosa e a sua violenta extinção. Com equivalente ou semelhante na história do ensino, em Portugal, no Curso Superior de Letras, fundado em Lisboa por D. Pedro V a Faculdade de Letras do Porto foi uma das mais sérias tentativas já realizadas entre nós, para dar aos estudiosos superiores uma real feição universitária e universalista.

Comegou a funcionar em fins de 1919 e a sua docência durou pouco mais de dez anos. O último curso, acabou em Junho de 1932; mas, como no primeiro ano a frequência se limitava aos cursos do primeiro, no segundo ano, só aos do segundo, etc., apenas no seu quarto ano de funcionamento tinha a plenitude do ensino. Depois, extinta em 1928, os outros quatro anos apresentaram o quadro inverso, funcionando sem o primeiro ano, sem o segundo, etc., sucessivamente. Não pode concluir-se daqui, portanto, que houvesse tido uma frequência menor, como aliás se disse, do que as outras Faculdades de Letras do País.

A estrutura da Faculdade de Letras do Porto era igual à das outras; era, portanto, uma estrutura positivista. Com esta diferença, porém: os professores do Porto não respeitavam, se não no número exigido pela Lei, para não prejudicarem os alunos, as calendas e os exames; mas, todo o seu ensino era diferente.

Nas duas condições acima descritas, licenciaram-se centenas de alunos, que vieram a ser distintos professores, distribuídos pelos liceus e escolas técnicas do País.

Como os professores, além da docência nas aulas, facultavam o convívio nos salões da Sociedade Renascença Portuguesa, nos Cafés e em suas casas, aos alunos que pretendessem cultivar-se, formou-se um escol-

(Continua na pág. 20)

MILAGRE, TEMPO E ESPAÇO

— Do Positivismo.

Aquele incremento e expansão que a mecanização (trabalho efectuado por máquinas) e o tecnicismo (preparação e utilização de especialistas em um sector restrito do labor) sofreram principalmente no século passado, determinaram um processo vital imediato do homem que, não obstante visar um maior equilíbrio homem-mundo, teve como mais festejado resultado um desmembramento do próprio homem. O erro implícito nesse incremento não se deve procurar nele mesmo, senão num sistema-base que, afirmado anteriormente, lhe tenha servido de substância. E a procura não é, de modo algum, demorada ou improlixa. A resposta salta aos olhos mais superficiais: o positivismo. Foi, na verdade, o positivismo, transformado paradoxalmente em sistema filosófico, quem, informando a grande revolução laboral que, desde o inicio, estava condenada a restringir-se exclusivamente a uma aplicação económica, foi o positivismo quem lançou o homem do século vinte num abismo catastrófico — o materialismo vital.

Não nos cabe em tão curto trabalho fazer uma crítica e uma refutação do positivismo; não nos cabe igualmente procurar as razões porque tal sistema de ideias se voltou em teoria filosófica quando, por todos os motivos, ele parecia destinado a constituir exclusivamente teoria científica, ou melhor, teoria científica. Não nos cabe aqui uma coisa ou outra (repare-se que os próprios defensores do cientismo matemeticizado negam ao positivismo validade como sistema informativo); cabe-nos afirmar, porém, que a aceitação de tal teoria lançou na escuridão a antiga mas sempre excelente fórmula «conhece-te a ti mesmo» e apagou da circunscrição humana a presença da antropologia e da teologia. Obnubilando aquela fórmula, o positivismo tornou a antropologia uma palavra de existência restrita ao dicionário; reduzindo à Física noções como tempo e espaço amputou-lhes a significação e o alcance teleológico para as afirmar sólamente no campo restrito da Matemática (não esquecer que a Matemática é a ciência primária da classificação contiana). Enfim, o homem que desde os tempos primitivos se projectava num plano transcendente passou a projectar-se unicamente num plano imediato, circundante, que nem mesmo chega a ser ascendente. O homem «agarrou-se» ao que lhe está próximo, ao que lhe é experientialmente acessível. Deste modo, a unidade trinária que é o homem (corpo, alma e espírito) deu unidade à unidade corpo. O número três, acreditamo-lo, não devia existir para Comte!

Mas não foi só o homem quem sofreu com o erro positivista. Foram também todas as suas belas criações e também a teologia, a Filosofia, a História — além da antropologia e da cosmologia. Estas, como é evidente, não cabem dentro do positivismo. O que há a fazer, pois? Reabilitá-las e resilitar as duas noções fundamentais: tempo e espaço. É isso, aliás, o que têm vindo a tentar os mais lúcidos pensadores contemporâneos, seguindo a rota iniciada por outros pensadores da segunda metade do século passado. E entre nós, portugueses, tem-nos havido dos mais claros e persistentes. D'es Amorim Viana a Álvaro Ribeiro, passando por Cunha Seixas, Sampaio Bruno, e Leonardo Coimbra, o positivismo tem sofrido justos e implacáveis ataques, fundamentalmente demonstrados que foram os seus erros básicos. Ataques inconcluídos algumas vezes, mais por divergências de filiação ideológica.

Por
ARMANDO LUIZ

gica e escolar do que por carência de discernimento ou saber.

2 — Tempo.

Fundamentalmente, a grande inovação que o cristianismo trouxe à noção de tempo foi a de futuro. Então o homem deixou de pensar exclusivamente em termos de tempo de religião para pensar também num tempo histórico, ainda que sacralizado paradigmaticamente pela figura e vida de Cristo, filho de Deus feito Homem.

Estruturalmente o tempo deixou de ser cíclico para incluir em si a noção de Infinito, isto é, a projeção do tempo num espaço racionalmente impensável. Por absurdo que pareça, não se passou, assim, de uma teofanía para uma filosofia, mas sim, para uma teologia. O homem deixou de viver em imitação para viver em progressão, ou melhor, em função de um progresso perfectual que tinha como sujeito o próprio homem, como objecto imediato ainda o homem e como finalidade última, não um paradigma trans-humano, um *imitatio dei*, mas, antes, uma situação de Equilíbrio no plano transcendente (¹).

Rompidos que foi o ciclo com a ideia de futuro, implicativa de infinito, transformada uma teofanía e uma cosmogonia em teologia e cosmologia, difícil não nos é acreditar para breve a intromissão da filosofia como ponte entre o homem e o transcendente. Sucedeu, porém, que a certa altura o campo exclusivo da filosofia foi invadido pelo cientismo, não por mérito deste mas por demérito de alguns filósofos. Deste modo, o verdadeiro objecto da filosofia (objecto que lhe confere a categoria de ciência) é esquecido, dando-se a filosofia a lutar entre duas barreiras, dois limites, que, além de lhe reduzirem o campo de discussão, a lançaram numa mera cosmologia. Porque o cosmos é, a grande barreira para a filosofia. A teologia é, então, inacessível e sólo à enquanto o pensador se firmar em termos de cientismo.

O círculo, imagem de ciclo, deu origem à recta, imagem de progresso infinito. O tempo deixou de ser pensado em si e por si para se ligar, irremediablemente, à noção espaço, compondo a realidade movimento. Ora foi exactamente a partir da observação experienciada do movimento que a filosofia se deixou penetrar pelo cientismo, onde, na categoria da Física, o movimento é estudado e equacionado como uma relação proporcionável ao tempo e ao espaço. Sucedeu, porém, que a maior ampliação da Física se traduz em termos de Matemática, onde a inclusão de uma noção como o Infinito lhe confere uma ampla visão problemática que, nem por isso, deixa de ser insuficiente para a Filosofia — considerando filosofia como a ponte entre o sistema antropocómico e o plano teologal. A filosofia, lutando, assim, com noções científicas, de carácter restrito, viu-se amputada e impossibilitada de transcender o problema à face humana de modo a compreendê-lo à face trans-humana. Por isso mesmo um pensador como Sampaio Bruno, ao tentar resolver a questão de Deus perante o tempo (repare-se que, usualmente, é posto assim o problema), não consegue chegar a uma conclusão senão rebater as afirmações de filósofos positivistas e materialistas o que, sob todos os pontos de vista, tem de se considerar obra de mérito (²). Transcrevemos, para maior elucidação, alguns períodos dessa obra profunda que é «A Ideia de Deus»:

«Na verdade, sendo Deus o ser essencialmente activo, a tal ponto que magnificamente o caracterizou S. Tomás de Aquino quando lhe chamou *actus purus*, ele deveria, por isso mesmo, ser activo desde toda a eternidade, pois que, se houvesse um só instante em que fosse inactivo sua ociosidade desmentiria sua perfeição, como no módulo do Deus inerte de Epicuro».

(Ao leitor atento não passará desapercebida a palavra *eternidade* perguntando se não nos teríamos contradito ao fazermos a distinção entre os conceitos de tempo ante e post-Cristo. Claro que não, porque futuro só muito raramente se confundirá com eternidade, até porque esta noção era acessível ao homem arcaico: repetição de vários ciclos de tempo indefinidamente, isto é, na eternidade. A noção futuro é, contrariamente, implicativa de um limite).

Voltemos a Sampaio Bruno. A pp. 345 lê-se:

«...consideremos, na linha ideal dos tempos, o ponto de passagem do nada à existência, à Criação. Relativamente à origem, se o mundo é coelho de Deus, negamos, implicitamente, a Criação, recaímos no panteísmo. Se não é, então relativamente ao momento inicial da contagem, teremos de considerar tempo a parte ante e tempo a parte post desse instante primitivo, que é, precisamente, a Criação. Ora, nesse tempo a parte ante estérilmente, improductivo, contemplava Deus o nada, enlevado em sua glória...» (...) «se o mundo existe por Deus assim o pensar; se ele é a ideia de Deus, deve ser de toda eternidade com Deus, cujo pensamento não variou nem acidiu após lapso em que não existira». Ora objecta-se, Deus era ainda o criador desse tempo a parte ante. Surge, pois, a questão: Disse-se que esses tempos anteriores à Criação foram ipso-facto de existirem, de criação divina também. Ora, dirime-se assim a dificuldade? Não, porque agora, em vez de considerarmos o tempo a parte ante a partir da Criação, o consideraremos a partir do princípio do decorrer desse tempo a parte ante da Criação. E, assim, diremos: — O que fazia Deus antes de criar esse tempo? Renova-se a questão de Santo Agostinho, renova-se a nossa pergunta.

E por maiores voltas que Sampaio Bruno dá ao problema, por maiores argumentos que erija, a resposta vai dar a Santo Agostinho e a pergunta renova-se. Porquê? A questão é insolúvel?

É, enquanto for posta em termos tais. Não queremos, claro, tomar para nós o mérito de a resolver. Muitos séculos se volveram com ela de pé; muitos pensadores a discutiram sem que a ultrapassassem. Porquê?

Ao ler o texto de S. B., bastante elucidativo, o estudioso atento verificará, em simples trabalho de exegese filológica, que a barreira reside nos termos em que é posta a questão. Fala-se de tempo ante o post-Criação — portanto no plano de Deus — e pensa-se em tempo à face do mundo e do homem. «Momento inicial de contagem», «instante primitivo» são expressões de validade única nos campos da Física e da Matemática. Ainda a seriação dos tempos (que S. Bruno faz no decorrer do seu estudo), incluindo a noção do Infinito, são exclusivos da Matemática. Quer dizer, o relativismo da ciência e o relativismo das suas noções operam na filosofia amputações de visão problemática que não lhe permitem chegar, ainda que lógicamente, ao plano teologal. E pois altura de perguntar: a questão, posta do modo verificado, tem

razão de ser? Não tem. Qualquer um será capaz de me acompanhar no passo seguinte: eu durmo e, enquanto durmo há uma série de transformações que se operam em mim e no espaço em que me integro, justamente nesse tempo em que durmo. Acordo e, desde esse momento, tomo consciência de um tempo e um espaço que têm interesse para mim. Mas que tempo? Claro, o tempo post-acordar e o tempo do instante em que acordei. E o outro tempo, o tempo durante o qual dormi? Creio bem que não levantarei tal questão porque o que mais me prende é o próprio acto de acordar.

No plano criacional a questão põe-se do mesmo modo, ela existe porque o homem existe. O importante é penetrar a noção de tempo no futuro e não antes da Criação. O problema, realismo-o, existe à face do homem; é susceptível de solução à sua face. Quando transportado para o plano de Deus só pode corresponder a uma insoléncia: a de, com ela, demonstrar a inexistência ou a imperfeição do Criador. E, todavia, tem-se o desplante de falar em tempo antes de Criação. Será o problema do tempo no plano de Deus mais importante do que o acto Criação?

3 — Espaço.

E intuito último do nosso trabalho falar do milagre como realidade de que muitos pensadores, disto agnósticos e ateus, se têm servido para demonstrar a imperfeição de Deus, já que o milagre representa uma modificação súbita, momentânea, apostila pelo Criador à Sua Obra. Isto é: se a obra de Deus, Ser Perfeito, necessita de uma modificação é porque ela não é perfeita; não sendo perfeita, não o era no instante da Criação, nem a Razão que a criou. Logo, Deus é um ser imperfeito. Argumento similar é usado pelos deístas, não com o fim de demonstrarem a imperfeição do Criador ou de Lhe negarem a existência, mas somente, com o fim de negarem a validade de existência do milagre. E como esta realidade se projeta no tempo e no espaço e porque já falámos daquele, vamos falar deste.

Com a desmistificação e a consequente des-sacralização do homem, a noção espaço sofreu, em relação à noção tempo, uma menor modificação que, aliás, se traduziu numa mais ampla altitude conceptual.

O homem arcaico, religioso por excelência, (iniciado ou não), mitificava todo o espaço em que se determinava, o que, aliás, é bem patente na sua maneira de pensar o templo. Templo e tempo mostram uma relação tão íntima que só poderá ser compreendida pela sua proximidade em relação ao tempo edénico. A noção de espaço era, pois, bastante reduzida (incluía, quase sólamente, o espaço mítico). Com a crescente desmitificação a noção foi-se ampliando até ao cosmos. E, quando o Filho de Deus feito Homem, Cristo, morreu, viu-se o homem ante o grave problema de transcender o cosmos e o tempo. Porquê? Eis-nos chegados ao campo da Filosofia — triade cosmologia-antropologia-teologia.

O homem primitivo pensava o mal como adjetivo, isto é, pensava-o como qualidade específica do mundo (repare-se nos rituais da caverna, sepulturas e trevas para os iniciados) (³). A partir do cristianismo o homem começou a pensar o mal substantivamente, portanto não como propriedade do mundo, mas como realidade positiva que se imiscuta não só no cosmos como também na realidade homem. Pensado assim, o mal é susceptível de ser superado até ao limite em que se inicie a esfera do Bem, através da sua crescente compreensão. É, assim, a Filosofia que cabe tal tarefa.

Portanto, o espaço que interessa ao filósofo não é o delimitado es-

paço da Física e da Matemática, correlativamente dependente do tempo. Interessa-lhe, sim, o espaço e o tempo cósmicos e hiper-cósmicos, e, a penetração que o mal neles efectua. Pensando assim, o filósofo chegará à conclusão de que o cosmos e o tempo, obras do Criador, porque criador do homem, não são maus, não são imperfeitos, mas que o Mal, o Imperfeito, se inocula nelas.

Como compreender, deste modo, o milagre?

4 — Milagre.

Segundo o Santo Evangelho (⁴), «milagre é aquela transgredidora alteração «com que Deus dá a conhecer o seu pensamento ou a sua obra».

Ora, é justamente a esta concepção que os deístas dualistas se amparam para negar o milagre e um dos atributos de Deus: a Omnipotência. Assim: sendo Deus Omniscente e Omnipotente e sendo o milagre uma reparação na Sua obra, ela é indício de Imperfeição. Por ser Omnipotente, Deus pode operar essa reparação; porém, porque é summa Perfeição, tal reparação é inacreditável, já que a Obra devia ser igualmente Perfeição. Logo, o milagre tem de ser negado. Por outro lado, se a imperfeição da Obra subsiste desde o momento de Criação, é porque a Omnipotência do Criador a não pode realizar completamente Perfeita. E porque assim se chegaria à Imperfeição de Deus e à Sua negação, resolve-se o problema negando-Lhe o atributo Omnipotência.

Onde o erro?

Sampaio Bruno viu-o claramente e aponta-o no seu livro. Nós limitamo-nos a concordar, pois cremos ser esse o verdadeiro progenitor de toda a questão.

Habituou-se o homem, habituaram-se os filósofos e os teólogos a definir Deus por atributos, já que lógicamente era impossível comprehendê-lo em toda a Sua infinita amplitude. Reparemos, porém, que os atributos, sendo criações do espírito humano, são como ele fáliveis e limitados. Definir o ilimitado a partir do limitado, eis a contradição.

Definir Deus por atributos, corresponde a uma antropomorfização do Criador. Isso significa que a incompreensão da Sua obra e as limitações que o homem lhe opõe, não têm razão de ser no plano transcendente, já que só a têm no plano do próprio homem.

Do mesmo modo o problema do milagre tem razão de ser exclusivamente à face do homem. O mesmo erro se repete: considera-se o milagre como o resultado da ação de Deus e procura-se comprehendê-lo à face do homem. Além disso, sem querermos cair no materialismo ou no mecanicismo filosófico; cremos que o problema será solvido desde que seja posto de modo inverso. Isto é: em vez de considerarmos o milagre como uma concessão de Deus à Sua Obra, consideremo-lo como uma concessão de Deus ao próprio homem. Desse modo, em vez de ser Deus a descer ao plano humano, ter-se-á o homem a ascender ao plano de Deus. Concedendo ao homem a possibilidade de uma melhor e maior compreensão de Sua obra, será o milagre. Acreditamos que, pensando assim, a realidade que é o milagre deixará de ser pasto a discussões estéreis e, mais do que a estéreis, blasfemas.

O nosso trabalho não acaba aqui. O nosso artigo, sim. Dentro da sua exiguidade, quizemos sumarizar um esquema que, desenvolvido, constituirá talvez um livro, um livro que se irá juntar aos tantos já existentes e que, partindo desta maneira de encarar o problema, poderá fazer um pouco mais de luz sobre as trevas em que caiu a teologia e, mais que a teologia, a Crença.

50 AFORISMOS

Por
LUIZ ZUARTE

1
É aquilo que existe.

2
O ser é duplo; é e existe.
Pode existir aquele que não é. Não pode ser aquele que não existe.
Porque é da natureza do ser desdobrar-se e vir à existência como um
outro; como se atrás estivesse não o ser, mas o não-ser.

3
O verdadeiro ser é tanto ser como não-ser.

4
A deusa da vitória é aquela que nos chama a atingir um ponto único
onde sabemos permanecer sem medo à vertigem.
Esta deusa chama cada um para a felicidade: cada homem tem uma
deusa que remotamente ou lúcidamente o chama.
Mas o preço da felicidade há-de ser: a experiência total, o conhecimento
do Mundo e a impassibilidade. Aquele que não for capaz de se
separar sempre e renovadamente da verdadeira felicidade e voltar a ela;
descer e subir através dos mundos e da acção infinita, não a merece.

5
Para quê a acção, o perigo e o terrível?
Há um impulso maravilhoso que tudo move... para onde...

6
É preciso ser indiferente. É preciso ser diferente.

7
Vencer a desgraça, vencer o medo, vencer o sofrimento que é pior
do que a morte — é vencer a matéria. Isso não é mais do que construir
um novo corpo no velho corpo — transmutando a sua substância.

8
O corpo é o ser, o pensamento é o espírito. É o pensamento que se
abstrai e dirige como um senhor e rei o próprio corpo — a natureza.

9
O homem está adormecido: deve acordar.

10
Um impulso primordial separou. O mesmo impulso há-de reunir.

11
Vencer o sono imanente é transformar a matéria.

12
Quando o objecto desaparece como oposto a iluminação é infinita.

13
No momento em que o sono da matéria se desintegre radiará absolutamente o espírito total.

14
O homem total é o centro da circunferência; o homem há-de atingir a
consciência absoluta, infinita e universal.

15
Cada deus é uma máscara do infinito ser.

16
Deus existe: são todos os deuses possíveis.

17
Onde a tua imaginação tirar de aquilo que é uma determinação intelectual absoluta — está aí um deus.

18
Deus é o ser infinitamente plural.

19
Deus há-de ser paradoxal porque é e existe.

20
Deus há-de ser sempre diferente de si e sempre igual.

21
Deus é Um e é a infinitude dos Deuses.

22
Cada estrela organiza um universo.

23
A organização do cosmos revela uma inteligência absoluta. Essa
inteligência absoluta assume as leis da natureza eterna do ser e executa-as.

57

Folha independente de cultura

Ano IV — N.º 10 — Dezembro de 1960

DIRECTORES

António Quadros e Fernando Morgado

EDITOR

Afonso Botelho

ADMINISTRADOR

Francisco Sotomayor

COLABORAM NESTE NÚMERO

Azinhai Abelho

Alberto Fonseca Araújo

Miguel Bandeira

Rui Bandeira

Paulo Bixarro

António Botelho

Carlos Eugénio

José Valle de Figueiredo

Ana Hatherly

Armando Luis

Alfredo Margarido

Luis Caron do Espírito Santo

António de Castro

António Brás Teixeira

Luis Zuzarte

LEIA:

Pág.

Companhar não é ter razão . . .	4
Meridiano do Chiado . . .	5
Para a construção da Cidade	
Futura . . .	6
Rasões Solares e Arcáicas de	
Portugal . . .	7
Música, Cinema, Teatro . . .	8 e 9
Artes Plásticas . . .	10 e 11
Nove proposições verbais . . .	12
O Saudosismo Republicano de	
Teixeira de Pascoaes . . .	15
Critica . . .	16, 17 e 19
o dia de Natal para um ho-	
mem 86 . . .	18
O labirinto burocrático — IV . . .	16
Notas, etc.	

COLABORAÇÃO RESPONSÁVEL

A doutrina de cada artigo é da ex-clusiva responsabilidade do autor.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Quinino da Fonseca, 37, 3.º-Esq.
LISBOA

CONDICIONES DE ASSINATURA

(Continente)

Séries de 3 números . . .	15.800
Séries de 6 números . . .	30.800
Séries de 12 números . . .	60.800

(Ultramar e estrangeiro)

Mais 10% sobre os preços indicados

57, é composto e impresso nas Ofi-
cinas Gráficas Manuel A. Pacheco,
Lda., de Lima, Victor e Lima,
R. João Saraiva, 10-A (Alvalade)
— Telef. 71 10 18/9 — Lisboa.

57, é distribuído por Gonçalo W.
Vasconcelos, Avenida António Au-
gusto de Aguiar, 126, 4.º — Lisboa.

O presente número tem 20 páginas
PREÇO 7.50

47

Deus pode ser o vazio se o homem não lhe der sentido.

(Continua na pág. 16)

57

Pág. 3

Comparar não é ter razão

1

Por

CARLOS EUGÉNIO

Os acontecimentos de África, em que o Congo se tornou símbolo, mostram-se, cada vez mais, comunitários e transbordantes, andando certos países entusiasmados, em conferir-lhes como que uma construção de pasta de cartão, bizarramente colorida, sobreposta artificialmente ao corpo vivo duma história e duma civilização.

Mas o mais grave do problema é pretender conduzir-se — por uma maneira geográfica e racista, esquecendo-se o primordial factor moral — as províncias portuguesas, desses meridianos, a um tal ponto atrevido e escandaloso que, a recente República da Guiné, arroga-se em anexadora das terras que Dínis Dias, da armada de Nuno Tristão, descobriu; a Federação Malí pretende Cabo Verde; a República Equatorial (antigo Gabão) ambiciona S. Tomé e Príncipe; o Congo lança as vistas sobre Angola e as novas Federações, em via de formação (Niassalândia-Tanganica e Rhodésias), esboçam reparar, entre si, o nosso Moçambique.

E esta a trágica perspectiva — a somar as persistentes ameaças da União Indiana, sobre Goa, Damão e Diu, que a ofensiva da Comissão das Curadorias da O.N.U. pretende maiquievicamente lançar contra o que dignamente chamamos «Mundo Português» — tudo a coberto de expressões espelho-sonantes, onde impera — Orientalismo, Colonialismo e Racismo. Claro que sabemos bem que, no fundo de toda essa grava bagagem de ofensas e injúrias, existe fundamentalmente uma desfogada política Económica de Mercados, equilíbrio na

Balança de Pagamentos, desequilíbrio de forças, idiosyncrasia à Civilização Cristã e, ainda, o predominio estratégico de Posições-Chaves, por esses 30 milhões de quilómetros quadrados.

E, assim, avisados, recordamos que todo o Mundo — pequeno ou grande — no dizer de Goethe, «acaba por ser vítima das fantasias que criou», para nisso refletir os exemplos — complexos e triviais — da nossa História e despertar, em cada português, a consciência cívica, em presença da Unidade territorial. E convém, também, ter presente aquela norma que os antigos chamavam «regra de ouro». Através deste nome — um pouco mágico e simbólico — se desejava explicar a força e a certeza da interpretação dos factos pelo método infalível da aplicação sobre os mesmos, dos princípios sólidos e invencíveis — da coragem e da razão.

Seria absurdo insistir sobre as razões que nos cabem, mas desejo esboçar, embora num simples contorno, as prescrições de lógica, definições de coisas que a ideologia das palavras infere na intervenção dos factos.

OCIDENTALISMO

Da doutrina do Presidente Monroe de «Uma América, para os Americanos», cometeu-se o delito elástico de

«Uma África para Africanos», em guerra aberta aos ocidentais.

Não discuto se a palavra «Orientalismo» estará bem definida, como unidade espiritual, cultura e civilização — pronta a aceitar-se como válida à evidência dum político comum, na defesa de princípios territoriais, ideológicos, religiosos e económicos.

Embora saibamos que mesmo na época em que o Ocidente se confundia com a «res publica christiana», em apertada união com o edifício espiritual e jurídico do Santo Império Romano-Germânico e o Papado, não deixaram, por isso, os povos ocidentais de se guerrearem uns aos outros — embora tivessem irrompido, intrépidos, o heroísmo apalhante das Cruzadas.

Todavia, se podemos, hoje, falar em orientalismo, como à maneira do séc. XVIII, traduzido em gênero de espírito — o fenômeno falha precisamente numa das facetas por que nos atacam, a de fazer orientalismo, em presença dos problemas de África.

Sem dúvida que o Bloco Oriental, em face do Bloco Russo-Africano-Asiático, oferece-nos o espetáculo desolador de Estados desunidos. E vem-me à ideia a expressão profética de Oliveira Martins: «Chegardo à ver-se na Europa exército de berberes, de índios, de turcos, assoldados pela França, pela Inglaterra pela Itália, pela Rússia? O caso não seria novo, nem a solução imprevista. Mas no dia em que tal sucedesse, a Europa acabaria».

A votação aprovada na Comissão de Curadorias (99 países — 44, Afrasiáticos; 42, Bloco Oriental; 9, Bloco Soviético e 4, Independentes — Cuba, Jugoslávia, Israel e Chipre), no dia

11 de Outubro, com base na proposta da Comissão dos 6 — sobre a obrigatoriedade de Portugal, pelo Art.º 73 da carta da O.N.U. ter que prestar informações, o que significa intromissão e fiscalização, sobre as suas províncias ultramarinas, ao mesmo tempo que, a Espanha, anuiu a essa determinação — ilustra bem a verdade de que não somos agentes Orientais, na África, nem na Ásia.

Apesar das declarações honrosas para Portugal exaradas em acta, não deixaram de se pronunciar contra nós num total de 24 países, em abstenção — ao lado duma Rússia e duma Cuba — a Inglaterra, a Itália, a Holanda, a Áustria e a própria América e o Canadá — pilares da defesa Oriental. Votaram a favor da moção 45 nações, entre as quais a Dinamarca, Suécia, Grécia e Turquia — da solidariedade Atlântica. Estiveram ausentes 24 países. Acompanharam-nos, nesta histórica emergência, como se sabe — o Brasil, Espanha, França, Bélgica e África do Sul.

COLONIALISMO

Teima-se que é perigoso falar hoje em colônias. Talvez seja mais airosa a palavra satélite.

Afirmo-se que o colonialismo provocou não ter possibilidades de resolver os problemas da sociedade actual e, portanto, está condenado a desaparecer pelas leis da história.

Seja como for, à falta dumha civilização própria, desde tempos remotos, a África foi um continente complementar da Europa, que a civilizou e fomentou, através do, então, chamado sistema colonial.

Depois dos faraós e do Rei Minos, tiveram colônias os cartagineses, os romanos, os bizantinos, os árabes, os turcos, os espanhóis, os franceses, os italianos, os ingleses e, até, os vândalos, vindos do Báltico, formaram colônias na Argélia.

Seria impossível compreender e admitir uma África actual, sem a civilização Europeia. Foi um imperativo histórico, muito mais de natureza humana, do que de valor mercantil, como muitos querem aceitar. Lord Salisbury dizia, muitas vezes, que a força das circunstâncias, mais que a ambição, levaram as potências coloniais a estender os seus domínios, porque a ordem dum estado civilizado não podia acomodar-se às perturbações incessantes que nasciam do contacto com a anarquia natural dos países selvagens. Porém, não restam dúvidas de que o processo histórico de formação dessas culturas, por emancipação, ou assimilação, chegou a uma fase nova de evolução.

Com a República da Libéria abriram os americanos um precedente em África. A sua criação, na costa da Guiné, em 1822, pelas doutrinas singulares do colonialismo do Presidente James Monroe, servindo-se dos escravos livres da América e dos indígenas daquelas terras — veio suscitar a lenta problemática das possíveis autonomias das regiões africanas, com base naquela experiência.

A sombra anticolonialista de Roosevelt começava a frutificar na África, na Ásia e mesmo na América. A França em 1947 converteu Martinica, em departamento do Ultramar. A Holanda transformou em 1954 a Guyana Holandesa e as suas Antilhas, em dois novos estados, participantes do Reino. A Inglaterra deu a independência à Índia, fez o mesmo com as suas Antilhas e concedeu autogovernação, em 1960, à Guyana e a Belize (Honduras Britânicas). Cria a Federação das Índias Ocidentais, formada de 14 ilhas e arquipélagos, disseminados ao longo de 3.000 quilómetros no Pacífico, reservando-se aos assuntos de defesa, estrangeiros e certos aspectos financeiros.

Foi-se espalhando, assim, uma mistura de caráter primário de seduzir as massas com nacionalismos inexistentes, que velo a renascer em África em violenta ebulição, sem se refrear os anseios dos mais audaciosos.

Deu-se ao «Colonialismo» o sentido baixo de «exploração», sem coexistência rácica, mas subordinação, pretendendo, assim, golpear a vinculação ao sistema social europeu. Não se trata dum desafio ideológico, mas o comportamento radical da nossa história ultramarina — dá-nos a certeza de que nunca tivemos esse tipo de «colônias». Ao acaso cito o que Piero Lombardo escreve na revista «História Italiana», a propósito da independência da Somália. «Moçambique e Angola são os dois territórios mais tranquilos, mais serenos, mais pacíficos de todo o continente africano — as duas regiões nas quais os nativos não se sentem dominados e vão de braço dado com os brancos, nas suas aspirações e são considerados livres num estado de sujeição branda, que torna inexistente o movimento de independência».

Todos sabem — os que tomam contacto com a nossa vida metropolitana e o seu prolongamento em face dos portugueses-indígenas do

ultramar — que não fazemos colonialismo, na acepção pejorativa da palavra.

As nossas leis dividem os territórios portugueses em Províncias.

E o espírito duma Pátria é a sua Constituição Política — reflexo da sua história e do seu povo.

RACISMO

Admite-se que o excesso de racismo, por parte das nações com territórios na África ou na Ásia, tenha contribuído grandemente para a ascensão à independência de povos de cor que, dessa forma, desejam libertar-se da condição desse prejuízo. E outra maneira não se devem interpretar, por exemplo, as palavras proferidas por um empregado público quando da emancipação da Nigéria, no passado dia 1 de Outubro: «Queremos a independência, porque desejamos ser aceites como negros que somos e poder voltar as costas a quem nos não receba».

E afirma-se que o racismo é o cancro social do nosso tempo — lentamente invadindo os alicerces duma sociedade, condenando-a à violência e à morte.

Mesmo «Le Courier» — órgão oficial da Unesco — nas suas campanhas contra a intolerância social, baseadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem — nunca pela imagem ou pela escrita, se referiu às nossas Províncias de Além-Mar.

Anti-semítimos na Alemanha, massacres em Sharpeville (África do Sul), lutas em Little Rock, Arkansas, Harlem e o recrudescimento da Ku-Klux-Klan, em Nova Orleans, (América), os recentes canibalismos do Congo e a situação angustiosa de 50 milhões de intocáveis na União Indiana, com toda a sua complexidade de castas — são factos actuais de carácter discriminatório nessa revista inscritos, que não servem de desculpa contra nós.

Um dos segredos da fenomenologia portuguesa em face dos povos de cor, é precisamente a ausência de racismo — senso nas relações humanas e na avaliação ética, melhoria e dignificação do que corajosamente um italiano chamou: «Portuguese negro das Províncias do Ultramar Português».

2

Ao sistema errado com que nos atacam temos, nobremente, respondido com um anti-sistema: Não fazemos Orientalismo no Ultramar, nem Colonialistas, nem Racistas.

E, sendo assim, prova-se a evidência da filosofia dos temas que o problema contra Portugal dos Russo-Africano-Asiáticos está mal equacionado:

Comparar não é ter razão. Só se pode comparar o que é comparável. Pelo simples facto da Inglaterra, França e Bélgica, concederem autonomia e certos povos Africanos ou Asiáticos, muitos deles das antigas colônias alemãs e italianas, outros previamente preparados para esse fim — como a Nigéria, onde sempre foram negadas terras a brancos, cujo número não vai além de 27.000, para 30 milhões de indígenas, não se segue — por elástica comparação — que havemos de ter territórios com as mesmas particularidades e conferir-lhes a independência. No acontecer histórico da epopeia dos Descobrimentos, folha dando, por um imperativo de gênio e certo poder místico, todo um processo de fusão de povos, no mesmo ideal de Nação, dando formas intencionalmente iguais às leis, às relações sociais, expressão de pensamento, elementos de trabalho, vida familiar, conservação de existência, adaptação de vestuário, religião, literatura, comércio, numa palavra — cultura.

Assim, portanto, em canseiras fabulosas, regado com sangue português mares e pantanais dos trópicos — fomos agrupando, em continentes diferentes, numa mesma família espiritual — patrimónios de preço e qualidade, que jamais poderão limitar uma história.

Nação, não se define pelo contorno estreito de fronteiras geográficas limitadas num continente. Eleva-se, por cima, dessa concepção física, na sublimada união de povos, com a mesma permanência e os mesmos caracteres nacionais. Nós não nos sentimos gigantes, mas sómos pigmeus.

Somos sobretudo pacíficos e civilizados. A formação do nosso Território Nacional foi centrípeta e comunitária — o que nos confere uma característica incomparável e única no Mundo. E é a visão dos trágicos acontecimentos que separam os povos, que nos mostram a grandeza da nossa Unidade fundamental.

O sentimento que essa certeza nos inspira é a razão da nossa ideia-força, justificando a nossa escolha inquebrantável de continuar a História.



a mais desejada

Mal-me-quer, bem-me-quer, mal-me-quer, pouco ou nada...

Mal-me-quer, bem-me-quer, se una PARKER me deixa...

Se o presente que receber for uma PARKER, pode ter a certeza de que quem lhe oferece muito lhe quer. E se quer dar a alguém uma prova do seu bem querer, ofereça-lhe igualmente uma PARKER. Escolla entre os vários modelos aquele que fará a sua felicidade.

PARKER 61 — A caneta da capilaridade. Enche por si próprio em segundos e não necessita de limpeza. A prova de choque e de derrame. Escreve suavemente ao menor toque do aperto no papel. Tem aperto de ouro de 14 K e ponta electro-polida. A mais avançada caneta até hoje concebida.

Preços
61 - Insignia 1.050.000 Lapisseira 500.000
61 - Heirloom 870.000 " 450.000
61 - Custom 850.000 " 400.000

PARKER 51 — Aerometric — Mundialmente conhecida pela sua elegância, alta qualidade e perfeição de fabrico. Tampa revestida de ouro e clip dourado em seta. Aperto de ouro de 14 K e ponta electro-polida. Este modelo rompeu as tradições como um dos presentes mais desejados do Mundo.

Preços
51 - Insignia 900.000 Lapisseira 350.000
51 - Flighter 700.000 " 275.000
51 - Dourada 550.000 " 260.000
51 - Lustraloy 450.000 " 200.000
51 - Special 375.000 " —

PARKER SUPER «21» — Caneta de menor luxo, mais económica mas de igual perfeição e qualidade de fabrico. Modelos de tampa dourada e tampa Lustraloy, esta com clip em seta e aperto tubular de Octanum. Enche rápida e facilmente.

Preços
«21» - Dourada 280.000 Lapisseira 150.000

«21» - Lustraloy 200.000

A NOVA PARKER «17» — A mais recente linha PARKER, concebida com a tradicional elegância e qualidade desta marca, mas com a preocupação de criar modelos económicos. Modelos com aperto de ouro e aperto de Octanum. De fácil enchimento e grande duração é a caneta preferida pelos estudantes de todo o Mundo.

O estudante português, dinâmico e actualizado, necessita da Parker «17».

Preços
«17» - Dourada 320.000
«17» - Deleite 240.000
«17» - Standard 190.000
«17» - Estudante 160.000
«17» - Escolar 130.000

Corpos nas cores preta, azul, encarnado e verde.

TINTA PARKER SUPER QUINK — A única tinta que mantém a sua caneta sempre limpa. A única tinta que contém Solv-X, aconselhada para todas as marcas de canetas.

Preços
Frascos de 1, 2, 4, 20 e 32 onças, respectivamente 51 - 7500, 10.000, 16.000, 50.000 e 78.000



PRODUTOS DE THE PARKER PEN COMPANY

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS PARA PORTUGAL

VALGA, REPRESENTAÇÕES S.A.R.L. • AV. ANT. AUGUSTO DE AGUIAR, 90-7.º • LISBOA

O MERIDIANO DO CHIADO

Por

AZINHAL ABELHO

— O sr. chefe está?
— Faz favor de dizer quem fala!
Depois do cerimonial, no antegabinete, vou eu encontrar aquele importante senhor, que eu conhecia de referências públicas.

É uma pessoa importante, que tem ás suas ordens outras pessoas menos importantes. Falo da minha pretensão: um lugar onde possa trabalhar um amigo, que é dado á literaturas.

A conversa derivou então para um questionário.

— A literatura será uma arte subsidiária? Modo de vida?

A pessoa importante, em novo, lia imenso e até, no liceu, escrevia versos. Agora era uma pessoa importante, que não ligava importância á literatura. Não tinha tempo. Só, no percurso de Lisboa ao Porto levava um livro para encher as horas. Para o lisonjear, gabolhe os gostos, na predilecção da pintura moderna. Tem por cima do cadeirão um quadro.

— Não conheço nada disto. Foi a casa mobiladora.

O senhor importante, além do quadro de pintura moderna, tem um fato aos quadrados miúdos, em preto, branco e castanho.

Em obsessão, aqueles quadrados metem-se-me pelos olhos. Não o vejo a ele, mas aos quadrados do fato. O seu rosto, as palavras com que despreza a literatura fazem duplicar mais os quadrados do fato. Quando fecho a porta do gabinete e volto, depois de saudar três contínuos, dou com as pedras do passeio, que me parecem saídas do tecido do fato do homem importante.

Mas apesar do desprezo, sempre fica a chaga da interrogação.

— Para quem escrevemos nós? O que vale ser escritor? A importância que tem isso?

Fernando Pessoa (cá está o eterno lugar comum) era um pária. Em vida, amanuense ou coisa que o valha. Escrevia poemas que, depois de morto, lhe valeram uma lápide na casa onde nasceu e os seus versos servem nas antologias das grandes ocasiões solenes. E isso é muito mais.

Dizia ele, no «Soneto já antigo»: *Raios partam a vida e quem lá ande.*

E andou a batalhar na vida. E andou a escrever, enchendo uma área de poemas inéditos.

Dirão: Mas de quem é a culpa?

Culpa de todos nós. Todos somos culpados. Mas culpados de quê? O que importa então?

Para o escritor, o que importa é escrever. O resto não tem importância. Nem sequer o senhor importante, senão para servir de motivo para quem escreve.

tuguesa procuraram outro centro. Nos meus papéis registo esta eleição de fantasmas ensombrados.

MEMÓRIA

A gerência foi comprada por uma firma italiana que vendia lambretas a prestações. Mal entrou no exercício das suas ocupações, logo o primeiro pensamento ou

[propósito] foi o de montar um estande de [vendas e revendas].

A Câmara — ou quem quer que [foi] — não deixou ir a iniciativa ao fim. E assim,

foi porque um dos directores — [segundo me informaram]

resolveu acabar aos poucos com aquele café de loucos, onde se reunia uma fauna

— não da fina flor da mocidade, [mas de gente especial] — à margem do tempo e do mundo

[chamado social.] Com uma chávena de café na

[frente, nós, que somos esta gente, podíamos estar um dia inteiro a pensar que a humanidade era a

[nossa imaginação.] Mas não.

Aquilo não era condição ou modo [de vida, diziam os práticos e entendidos.] Junto com políticos deslocados

que se encaminham nos passos per-

[dados, iam para lá discutir notícias pas-

[sadas esses e outros, à margem, que decifravam nas palavras cru-

[zadas.] Encontravam-se todos parados.

Era o intervalo das ocupações. E sonhavam distâncias, quimeras,

[sensações ...] Que vidas são estas, ó Deus!

O que pensam? o que querem [dizer?] Não querem ou querem dizer ...

Só desejam morrer, morrer ...

As horas deste mundo são coisas

[terríveis ...] Um velho ganhou rios de dinheiro

e apresenta-se pobre; esta sombra, foi conde na monar-

[quia, era nobre; tudo perdeu no jogo.] Mais uma cabeça de fogo:

É um messias, fundador dum re-

[lignião que escreve cartas ao ministro]

[maior do estado.] Depois vem outro deslocado;

foi governador africano,

agora está num quarto alugado.

Talvez por engano juntou-se um mestre de engenharia

[ria que redige ofícios numa repar-

[tição e protesta, protesta

contra despotismo da burocracia

que não lhe faz sobrar tempo

para os seus inventos.

A um canto um estrangeiro,

saido do hospital há dias

fala com uma mulher nova

que lhe atura as neurastenias.

Eu entre também.

Sento-me à mesa dum compa-

[nhéiro.]

Falamos do mês de Janeiro, e alguém faz banzé. Mando vir um café e matamos a manhã aos poucos, nesta casa onde só há homens que parecem estar loucos, estar [loucos, a gritar, a falar ...]

Que importa o Sol a brilhar ao [meio-dia?]

Ou a Lua que fique em destaque?

Então discutimos política interna-

[cional.] «Situação no Japão?

— Não.

— Situação no Iraque?

O perigo vem do Oriente. Olhai! Estamos todos per-

[didos, vencidos, Já as notícias alarmantes vêm do

[tempo de Jesus Cristo ...]

Já nesse tempo havia mulheres

[perdidas.] Adeus, mundo, cada vez

[a pior!] Adeus, adeus, faz as des-

[pedidas.] Suor! Suor! Suor!

Os nossos ouvidos já não se alar-

[mam porque as notícias catastróficas são

[constantes.] Pobres de nós todos!

Pobre do relógio do café! Na

[frente, Precisamente, mas precisamente]

[está parado nas nove e meia.

Outra notícia do jornal!

«Há guerra na Crimeia. Não faz mal.

Não se pode ir para qualquer lado.

Ali está o mundo acabado.

Senhores gerentes daquele café de

[loucos Deixai! Fazem bem. Deixem-nos

[morrer aos poucos.] Depois já podem fazer um estande

[de lambretas para vender a prestações

ou qualquer outro negócio das vossas ocupações.

●

Sábado 19 — Um amigo oferece-

-me uma plateia e assisto ao 3.º acto da *Visita da Velha Senhora*.

Já, noutra ocasião, tinha visto os

dois actos anteriores. Saio do Te-

atro Nacional em névoa e vou para

casa. Mas não suporto os livros,

com os dramas escritos no papel.

Depois de jantar procuro esta

atmosfera da rua, com folhas caí-

dadas, fumo de cigarros, apitos dos

policiais de trânsito e os riscos dos

eléctricos nas calhas de ferro. A

rua! A rua! É o melhor espectá-

culo. Disseram-me uma vez que

o nosso presidente devia mandar

lançar contribuições às montras.

Ah! era uma renda, uma grande

renda. Deus queira que ele não se

lembre da rua, do espectáculo ex-

terior. Ah! Deixem-nos o teatro da

rua, ao menos.

A rua! A rua!

Encontro-me na rua dos Anjos.

É com estes anjos de ganga e boné,

fatos cinzentos e gabardine, que

eu vou até ao cenáculo novo da

Filosofia Portuguesa.

Da rua! Para a rua! É sábado.

Estes «qualquer» é que domi-

nam o tempo. Ningém dá nada

por eles. São quaisquer vulgares

que atravessam a multidão e de-

pois de mortos vão ter nomes nas ruas dos bairros novos da urbe. Basta de divagações. Olço as expressões. Cá estão os tipos da Filosofia Portuguesa. Cá estão os gajos da Filosofia Portuguesa! Cá estão os mestres da Filosofia Portuguesa! É segundo; é conforme; é segundo. A vertigem dum automóvel faz espirrar uma pouca de água que me salpica. Digo uma praga e não entro no café. Mas vejo no espelho o sobretudo castanho do Álvaro. Adivinho a sua voz pausada a estabelecer lições

dos seus «Estudos Gerais». Os novos gostam dele. Estimula e tem discípulos como convém a um bom filósofo. José Marinho é um reitor magnífico. Sentado, ao pé da parede, fuma o seu humilde cigarrillo. Contou-me o Avelino que o José Marinho é incapaz de fumar de pé ou sentar-se sem ser encostado à parede. Ainda bem. Cada um tem os seus hábitos. Mas este

ténue vulto ergue a voz e passa

um tremor na assembleia. É a

«Teoria do Ser e da Verdade». Também a Filosofia Portuguesa vem para a rua. O grupo divide-se. Para o Norte — sobem o «Almirante Reis» — vão, com o Álvaro, o Cunha Leão, Fernando Silvan e mais, que eu não distingo. Seguem com o Marinho, o Orlando e Afonso Botelho. Deixo de os avistar e só vejo na multidão a cor cintzenta do chapéu do Marinho. E as horas do vai-e-vem passam. Homens da literatura, aqueles? Daqui a alguns anos dão-lhe um nome numa rua. Bem querem saber eles disso. Já só os ossos em cinza. Agora só a cinza do chapéu.

Adiante. O ar de fim de semana mais se acentua. No largo do Intendente chocaram duas motorizadas. Um vendedor de castanhas continua apregoando. Já estou em frente do cinema Rex.

— É um filme de sono. Não vou.

Chego à chungaria do Campainhas, que está repleto de raparigas abraçadas por moços que recebem as férias dos empregos. Uma loira, oxigenada, que fala *axim*, está embevecida com um disco do fado menor, cantado pelo Manuel Almeida, que o companheiro de samarra e guarda-chuva fez girar com dez tostões no aparelho de música-box.

Ainda aqui não acertei as horas. Bebo um bagaço. O copo está sujo. Nestas noites gosto muito de aguardente. Cheira a iscas fritas. E vou ao Salão Lisboa ouvir a Sarita Montiel a cantar a *violeta*. Belo serão, sim senhor! As tantas partia-se a fita. E a cena corria muda. A actriz continuava, em grande plano, com os peitos fúndando a seda lilás do vestido, em silêncio, só com gestos, apregoando flores. O público batia os pés e assobiava. Os porteiros queriam intervir, mas era impossível. A sala continuava na doce penumbra paradisiaca, com os peitos, em lilás, da Sarita Montiel. Quando tudo se arranjou e o espectáculo ficou afinado, já pouco interesse teve. Cá fora, na rua do sábado, chove, uma chuva de pétalas de Outono, com as pessoas sonâmbulas a vaguearem. Chegamos ao fim. Agora é domingo.

PROGRESSÃO E MOVIMENTO NO TEATRO

Condusidas como são por pensamentos de cujo fundo e fim não tomam completa consciência, muitas pessoas desejam para o teatro português um tipo de progresso que sem dúvida convém analisar. Assim, pedem mais teatros, mais peças, mais autores e mais actores. O exemplo é evidentemente tomado de Paris, porque Paris resume toda uma tendência ocidental. O progresso será, para nós, aproximadamente de Paris e, porque vivemos numa época em que as ideias se corporizam em simples rétulos ou fabuletas carregadas de emocionalidade, que não de racionalidade, quem outra posição adote corre o risco de ser pura e simplesmente acusado de reacionário. Paris é a capital do espírito, é tudo o resto é província. O mesmo se disse de Roma e, final, sabemos hoje que Roma não era mais do que uma áurea capital da matéria. Mas estas lições levam tempo a aprender...

Voltando ao fio do nosso raciocínio, a verdade é que as pessoas, aquelas de quem falámos em abstracto, mas que se reconhecão em ler estas linhas, parecem nunca ter meditado sobre a essência de outra posição ou outra interpretação acerca do teatro. E, se em vez de progresso, falarmos em movimento no teatro? E qual a diferença? Digamos provisoriamente que progresso implica uma quantificação, enquanto movimento significa qualificação.

A quantificação teatral, no parâmetro parisiense, resulta numa crescente perda de seriedade, numa crescente superficialidade, numa crescente valorização do virtuosismo de autores, encenadores e decoradores. Se o teatro é uma profunda e crucial tomada de consciência do drama humano e existencial, a excessiva pluralização de visões, de pontos de vista, de estilos e de análises sociais instabiliza e esvazia de tal forma os espectadores, que estes não acreditam já na mensagem teatral e o teatro se torna num refinado divertimento intelectual — nada mais que um divertimento. É esta, queiram-na ou não os nossos innumeráveis galicistas, a verdadeira realidade do teatro francês, que desejariam nosso modelo e tendência.

Ao invés, o teatro qualitativo, o teatro para o movimento, não pode pactuar com a quantificação e com a comercialização que lhe é inherente. Se, na Grécia, foi uma forma de culto, nos nossos dias deverá estar ligado a uma síntese de culto e cultura, isto é, a uma actividade de signo superior, movente e redentorista. Valeria infinitamente mais termos pouco teatral, do que muito, e desconexo, gratuito, comercial, leigo, católico. Pouco: mas teatro integrado numa tradição, ligado a profundas e mediadas concepções de vida, capaz efectivamente de mover e remover as almas, de influenciar os espíritos, de provocar a catarse que é vedada ao teatro moderno, até pela sua mesma organização e progresso.

Ligar as realizações teatrais a certos períodos do ano — porque o tempo é heterogéneo, não homogéneo; retrá-lo das cidades ou pelo menos, de algum modo, deste quotidiano técnico e frétil que esmagá o espírito; torná-lo um pouco mais distante, um pouco mais sagrado, um pouco mais secreto e inacessível, afiguram-se-nos ser medidas futópicas porventura hoje que variam novamente o povo à atmosfera exaltante das representações dramáticas — esse povo que não faltou às tragédias de Sófocles, aos autos medievais, aos dramas heróicos de Schiller ou Shakespeare, e que por instinto se afasta do teatro burguês e ilimitado dos palcos comercializados.

O progresso no teatro pode traduzir-se em estatísticas. O movimento no teatro tem porém um ritmo interior, e mede-se em termos de beleza e verdade. Quem vê trinta ou quarenta peças no mesmo ano não se altera, e regressa incólume à sua batalha de egoísmo. Quem vise uma só, mas aquela que é precisa e no momento preciso, poderá ficar transformado desde a raiz. E isso sim, seria movimento.

RUI BANDEIRA

A «Brasileira» do Rossio fechou e forrou as vidraças com papel branco, para que ninguém desvende o mistério que lá vai dentro. Foi um momento melancólico para os encontros sociais dos que estavam ali habituados. O que é feito dos seus frequentadores? O velho actor Sales anda sem saber nada do mundo; o Villaret só se encontra na T. V.; os da Filosofia Por-

Rasteiro, baço, amorfos, comum, o homem do meu tempo busca e procura desesperadamente uma salvífica saída que o entregue e devolva inteiro a si próprio. Quase se aniquila e desfói, quando descendo ao fundo de si próprio, encontra meandros e labirintos, corredores e encruzilhadas, zonas atrás e horríveis que ora o deslumbram e extasiam ora o deixam pálido a tremer de medo. E o seu mundo: pessoal, individual, egocéntrico, intransferível. Na ânsia de chegar primeiro nem sequer chegou a partir.

«O que em mim sente está pensando», escreveu o Bruxo do Inconsciente, depois de imersões e sondagens quase suicidas às zonas do Infra-ego onde a horda sub-límlimbro brota caudalosa e irreprimível. Agarrado na excrescência egótica que sobra da sua omnínoma personalidade, Pessoa fundamenta toda uma axiologia do sub-límlimbro, do sub-consciente, do surreal e depois de acreditar nela dogmática (fanaticamente), apresentou-a como lâbaro ou pendão para a angustiada construção existencial. Importa, parece-me, acreditar nela, reflectindo-a, meditando-a, joelhando-a do Impuro e Inautêntico, para a erigir em seguida em válido, dinâmico e perene existentialismo, existentialismo conscientizado com testas de ponte lançadas para além do Homem transiente e ambulacrário. Tudo isto construído dialécticamente com uma radicação profunda de sentimento bem objectivado.

Importa pois que acreditemos no que sentimos e que o pensamento projecta em silhueta válida.

pa)? A poesia existencial é filosófica de Kafka, será franca e abertamente optimista e construtiva, ou só-lo-a apenas a espaços, intermitentemente, e por uma forma vaga, nebulosa e imprecisa? Em Heidegger «o Homem na inquietação e na angústia não tem à sua frente sentido a si mesmo» como quer Max Brod, e portanto o existentialismo heideggeriano conduz fatalmente ao *nada*, à morte, «o único valor digno de ser levado a sério»? O «Eu solitário» será realmente um emparedado sem esperança, «um trágico Eu solitário»? E Camus, talvez o homem mais lúcidiamente carregado de Existência, dos nossos dias, terá acreditado até no «Absurdo», quer dizer na imediatidão fenomenica, caprichosa, caótica, dispersiva, inexplicável ou a sua existência terá sido antes uma angustiada procura de fulcro para ulterior e decisiva superação existencial? Quem o saberá? Se não for correr o risco de passar por profeta ou adivinho, eu iria afirmar que acreditava na integralidade existencial criadora da mensagem legadada à humanidade por Aquel que um dia escreveu que «na Humanidade há mais coisas de admirar do que de desprezar». Creio valer a pena respeitar aqui esta significativa passagem das palavras proferidas por Camus, na Universidade de Upsala, por altura da atribuição do Prémio Nobel: «Pode-se desejar sem dúvida, e desejo-o também, unac hama mais doce, uma tregua, o descanso propício ao devaneio. Mas talvez não haja outra paz para o artista senão a que se encontra no mais aceso do com-

nheiro Ferreira? E o «Pantiteísmo» (Deus em tudo) de Cunha Soeiras, qual o seu âmbito, limites, possibilidades e eventuais certezas a que nos pode conduzir? E o Paracletismo em Alvaro Ribeiro e Agostinho da Silva? «A oração que nos incita a ascender da Letra para o Verbo, e do Verbo para o Espírito, é, por isso, um processo de culto que rejuvenescerá a cultura. A oração mental é o mais puro convívio com o sobrenatural. Elevando assim a palavra, o pensador cumpre o primeiro preceito da arte de filosofar». Estas palavras de Alvaro Ribeiro, por si só, não nos atestariam o seu lúcido e messianico Paracletismo? Importa, parece-me, que no âdito de qualquer forma de existentialismo válido, se coloque um Homem, um Homem crente ou ateu, capitalista ou comunista, despotá, escravo, mas um Homem.

Detenhamo-nos por momentos em série reflexão, analisando a «Cidade Antiga» na Grécia e em Roma, através do culto, do direito, das instituições, para em seguida melhor compreendermos a «Cidade Nova» que o cristianismo construiu, edificação que há-de servir de modelo e protótipo à construção da «Cidade Futura». Fustel de Coulanges na Introdução com que faz preceder a sua obra «A Cidade Antiga» pôde escrever: «O nosso sistema de educação, obrigando-nos a vivermos desde a infância na tradição dos gregos e dos romanos, habituou-nos a compará-los sempre connosco, a julgarmos a sua história pela nossa, e a explicarmos as nossas revoluções pelas deles. Quanto de gregos e romanos

RITMOS EXISTENCIAIS

II - A SAUDADE

Por

ANA HATHERLY

PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADE FUTURA

Por

ALBERTO FONSECA ARAÚJO

Qual deverá ser a autêntica e verdadeira opção existencial do homem seculovítico? Creio que nem o Homem naufragado de Sartre, nem o Homem angustiado de Heidegger, poderão construir uma existência com positividade e perenidade. Eu desejaria, como simples sugestão meditativa, apresentar como possíveis temas de uma filosofia portuguesa, iustiada, o Homem saudoso de Pascoal, o Homem messiânico e sebastianista de Vieira no «Quinto Império» e de Pessoa no «Encoberto»; talvez aqui possamos encontrar aquela conduta e comportamento existenciais, mais consentâneos com a nossa peculiaridade idiossincrásica.

Não nos interessa aqui a esta nossa construção existencial, exigir-lhe uma «aprioriedade radical e uma evidência apódica», como fez Husserl em relação ao seu fenomenologismo; interessa-nos sim, partindo do Homem Integral, o Homem «de carne e osso» como quer Unamuno, atingir um Homem conscientemente frustrado, um Homem conscientemente fracassado que em lúdica conscientização existencial, supere por forma autêntica e válida, o caos, a dispersão, a poeira dos fenômenos e dos eventos. Dialécticamente. Ele (Homem) hár de construir-si o Deus arquétipo inicial, hár de aparecer também «construído» no Finn. Aquela crença que se havia já anteriormente fundamentado, surge-nos agora distendida, ampliada, alargada por uma dialéctica criadora, dinâmica, perene. Entretanto importa preencher os espaços vazios, os hiatos existentes no Homem, em ordem à Sua plena e total valorização para o que é necessário cortar as amarras com o exterior, interiorizando-se.

Em conexão íntima com a diaporâmatica que vimos apresentando, situam-se estoutros apontamentos: qual o sentido autêntico do «projeto vital» de que nos fala Gasset? Será realmente um «suicida em pô» aquele que não realiza e cumple o «projeto vital»? Este não estará precisamente no NÃO SER, no Avesso em que o integral cumprimento da trajectória existencial, não só não desvendará como até ocultará, negará e atrairá? E o existentialismo sartiano será autênticamente um «humanismo»? «A justiça é um assunto de homens, e não tenho necessidade dum Deus para me ensinar». Estaria realmente aqui englobado, contido, o Homem integral, omnínomo? O desespero kierkegaardiano será validamente messiânico? Abralo que «não teme nem teme» foi realmente «cavaleiro» e «herói da Fé» ou monstruoso fraticida, um assassino por obediência a Deus? Em Jaspers qual o autêntico âmbito existencial das «situações limite particulares» (a Morte, o Sofrimento, a Luta, a Cul-

conservamos e por estes nos foi legado, faz-nos ver quanto a estes povos nos assemelhamos; pesa-nos pesar de considerá-los como povos estrangeiros, assim, a estes, quase sempre, os interpretarmos como a nós mesmos. De este modo de ver procedem inúmeros erros. Enganamo-nos redondamente quando só apreciamos estes povos antigos através de opiniões e à luz de factos do nosso tempo. Tenho para mim que os legados helénico e romano perturbaram e extasiaram excessivamente o mundo ocidental, de tal sorte que o impediu de conscientizar a sua individualidade própria, e construir toda uma existência com raízes independentes e autóctones.

Exceptuadas as forças da Natureza, não há nada no mundo que não seja helénico na origem», escreveu Gomperz. E o nosso Leonardo Coimbra apesar da sua extraordinária lucidez e acuidade espiritual, que o levaram a acreditar na positividade da nossa especulação filosófica, construindo um sistema filosófico — assim temos que considerar o «Criacionismo» — apesar disso, importa confessá-lo, não conseguira superar através dum visão equilibrada e justa, o seu deslumbramento, a sua admiração quase religiosa por tudo aquilo que constitui o que nós chamamos a «Civilização Helénica». Quero referir-me ao prefácio escrito por Leonardo Coimbra, para o livro de Angelo Ribeiro, «Verbo Antigo»: «O pensamento grego é atmosfera mediterrânea das almas. Há doçuras, suavidades, visões e imagens, que só nessa atmosfera podem abrir. Sem esse pensamento, o planeta seria exilio, apenas. O planeta-jardim, fragmento celeste, bastante alegria de ser, são flores do pensamento helénico e só hoje revivem em tal atmosfera». E Leonardo Coimbra continua: «Um livro é uma simples massa mecânica ou um formidável condensador de pensamento, como o explosivo que é simples peso ou, diante do reagente próprio, reservatório de energias, arremessando gestos, fragmentando, estilhaçando. Não dorme o fogo no próprio coração das pedras? Assim os filósofos gregos: cadáveres pulverizados ou astros de sereno e imaculado fulgor. Medir e pesar a poeira dos seus corpos é ainda um acto piedoso e simpático, obra dos humildes trabalhadores sem talento, que são os eruditos. Filtrar a luz das suas almas e nelas reacender os corações é obra mais viva e animada, mais jeovaiaca. Quase a concluir, o autor de «A Alegria, a Dor e a Graça» escreve: «Nossos olhos mergulham na luz serenissima da Grécia e um delicioso repouso nos acalenta o coração opresso».

(Continua na pág. 14)

O deserto era o momento antes de ser. Rápido, o relâmpago trazendo a luz, cria a escuridão. Do movimento gerado nasce a pausa, da pausa a espera, da espera a esperança. A esperança é a lembrança projectada. A lembrança no tempo é a recordação, na intemporalidade, é a saudade. Não é já o que lembra, não é o que se espera: medida, enche o deserto ante-ser, é o deserto iluminado.

Quieto era o deserto e ordenado na sua placidez antes do relâmpago dardelando. Depois dele, o deserto via que era deserto, depois da sua luz, viu que era escuro. Depois ficou à espera que o relâmpago voltasse. Perdeu a calma placidez do que ignora, do que nem calmo nem plácido era. Do que não era. Estava? Nem isso. Ele era a treva que não era, era o silêncio antes da voz. Era o que jaz antes ou para além de todo o esquecimento. Quando veio o relâmpago é que nasceu a treva, quando veio o movimento é que nasceu a esperança. Houve. Era deserto? Depois da sombra que acompanhou o relâmpago é que se tornou deserto. Antes, nem isso. Ele era o centro do círculo, o centro ou o exterior em que o círculo se desenhou. Mas o relâmpago foi o círculo que criou o desenho, que criou o espaço.

Desenhado o círculo, criado o deserto, há a pergunta: que círculo é esse que se desenha em mim ou de mim me separa? Subitamente cria a dualidade, subitamente cria a diferença — antes e depois do círculo. Quer ingressar no círculo ou afastar-se dele, mas não pode afastar-se do círculo que nele se cria. Entrar todo o círculo é outra aspiração, mas para tal terá o círculo de dilatar-se até à dissolução. Lembra. Num momento não havia o círculo, num momento não havia divisão. Compara. Recorda. Debata-se entre o que não era e o que é cria o tormento. Inventa o espaço do tempo. Começa o deserto.

Naquela hora em que a luz já insentida não consente porém ainda nenhuma sombra, vibram todas as cores numa intensa reverberação. Absorvida a luz, agora quase ausente, fica nas cores a vibração do seu calor, cada uma e todas esplodem em cintilações. As formas iluminam-se para ficar só a sua intensidade etérea, marcam de fora para dentro. O som aquietar-se na tensão da escuta. Estremece. Espera.

Mas a luz que surgindo traz tanta sombra após, enquanto está, revela, quando se afasta, cria. Gritam pela luz as suas cintilações, gritam pela luz as formas que a perseguem, que a luz partindo, cria a obscuridade, e o que foi um instante só, é já criado.

Mas era a luz? Porque quando partiu nasceu então a treva, por isso era a luz? Ou tudo antes era a luz e o relâmpago foi só um rápido escurecer? Se antes era o deserto que não é, como é que agora é o deserto que é? Era deserto antes ou só agora o é?

Recordo. Em torno a mim nada me existe. Tudo me foi. Recordo o que não era, sou o que não sou. Sou o que não fui, fui o que não sou. Recordo. O que recordo? O momento em que fui o que não fui. Recordo o que foi em mim fora

de mim, o que fora de mim em mim se tornou. Mas agora já não sou o que fui, o que não fui nem o que sou. Criou-se a distância. Criou-se o espaço que é a diferença. Criou-se a existência. Mas em mim só me existe o que não está. Em mim só o movimento é. Por isso recordo. Projecto a lembrança no meu agora deserto. Eu sou o círculo que se desenha. O meu deserto é enorme, o meu círculo terá de ser tão grande como ele. Desenho incessantemente a minha lembrança de mim próprio. Sou o deserto que desenha o círculo. Então, que círculo é esse que eu desenho no meu deserto-eu? Como é que eu faço o desenho que eu própria sou? Sendo o que sou. E como não sou o que sou mas só o que sou pelo que não fui, sarei o que não sou pelo que recordo. Desenho de traz para diante mas o que me está adiante é igual ao que me fica para trás, se sou tanto eu antes como depois. Assim, ou faço um percurso enorme ou estou na maior imobilidade. Se desenho um círculo à roda de mim, se eu sou o próprio círculo, corro ou estou parado? Se eu sou o que recordo, vivo o eterno retorno, corro sempre o mesmo caminho percorrido. Se a minha lembrança é o movimento e se ando para a frente só caminhando para trás, de certo que fico sempre no mesmo lugar, se é que avanço tanto quanto recuo. Quer dizer que estou dentro do círculo, dentro desse desenho sem começo nem fim mas interminado. Porque me sobra ou me falta tudo o que está fora do círculo.

Quando vejo o círculo desenhado, sei que estou dividido. Procuro o que me falta ou o que me sobra. Começo de novo o círculo que eu desejo mais largo só pela lembrança da minha amplitude anterior que eu não conheço. Recordo? Recordo só o relâmpago que me trouxe o momento de luz em que o círculo se desenhou.

Se saio de mim entro no ante-tempo. Antes do relâmpago era o deserto antes de ser: não sou. Um tempo. Vem o relâmpago, dois tempos. Nasce o deserto, três tempos. Eis o que não foi, o relâmpago e o deserto depois. Cumpre-se um ritmo ternário. É a solidão. Parto do nada absoluto para o nada fragmentado. Mas se recordo, crio um novo ritmo, crio o ritmo do tempo do ser pela lembrança, crio a recordação, cumpre o ritmo quaternário da saudade. O ritmo quaternário resume o movimento do nada para a fragmentação e da fragmentação para a unidade, porque se no ritmo ternário o ser não se inclui, se fica fora dele, fora de si próprio, e só quando se integra num ritmo existe, ao integrar-se leva o seu próprio ritmo, acrescenta o ritmo ternário com o seu ser. Anula-se a sombra pela sua integração na luz, completa a luz. É o deserto iluminado. O deserto não é deserto. Existe? Completa, a existência é transcendência. Porque a existência é uma unidade dividida, integrada, é não-vivência. Então o ritmo quaternário sobrepõe-se ao círculo? O ritmo quaternário fecha o círculo. Anula o círculo. É o círculo que tudo abrange. Cessa o tempo binário do passado ao futuro, cessa o tempo ternário do passado ao futuro pelo presente. Cessa o tempo. É o duplo binário da unidade.

AS MÁSCARAS FANTÁSTICAS

No rude dialecto do alto Valais, o nome Roitschäggäta (que se pronuncia Roitchéquêta), significa aproximadamente «bruxa malvada». Se há tradições semelhantes em todo o mundo, as «roitschäggäta», no entanto, pertencem únicamente ao folclore do Valais. Segundo a antiga tradição, sómente aparecem por alturas do carnaval regional, entre o dia 2 de Fevereiro e a véspera de quarta-feira de cinzas, ou seja, um espaço de tempo de uma a duas semanas, quando a Páscoa vem cedo, ou de três a quatro semanas quando vem tarde.

Quem se encontra inesperadamente perante uma destas horríveis máscaras, assusta-se como se visse em frente de si um perigoso réptil. Por que este medo? Certamente deriva do significado demoníaco da serpente, depois da expulsão do primeiro casal humano do paraíso terrestre.

A origem pagã destas máscaras terríveis, está ás ligadas, no espírito dos cristãos, ao elemento diabólico. Segundo o professor Rüttimeyer, remontam à idade paleolítica. Utensílios de pedra talhada esculpidos facilmente na madeira ou na casca das árvores, estas caras grosseiramente antropomórficas. As «Tschäggäta» (feiticeiras) dos tempos pré-históricos, simbolizavam sem dúvida os maus espíritos, sob um aspecto terrorífico. Tudo nos leva a supor que estas máscaras, rudemente esculpidas, eram acentuadas com cores vivas. Na alma mágica dos primitivos, julga-se hoje que também figuravam as forças hostis ao gênero humano.

Com o tempo, a técnica dos artifícios foi-se aperfeiçoando, e as bárbaras efígies tornaram-se menos monstrosas. Lembra-me do meu primeiro encontro com as «Roitschäggäta», em Blatten, há uns dezenas de anos bem contados. Eram máscaras artisticamente pintadas, que não me causaram a mínima impressão. Tinha então um uso puramente local. Desde que se tornaram artigos de comércio, objecto de coleção, tem-se insistido no lado horrífico e os profissionais que as executam, procurando ultrapassar-se uns aos outros em exagero, assimilam afinal uma decadência. Em todos os casos, as máscaras da Morte e do Sólo, eram desconhecidas nos velhos tempos. Além disso, os comerciantes produzem hoje máscaras-miniatura, que não são coloridas, e cuja venda é mais fácil. A maioria destes artesãos, escultores em madeira, trabalham ainda com cincel e faca, sem a ajuda de máquinas.



Também decaiu um tanto a saraivada das «Tschäggäta». Há cerca de trinta anos, esta manifestação popular era privilégio absoluto dos jovens na maioridade. Só eles tinham o direito de transpirar sob o pesado manto forrado de pele de cabra. Para realizar uma «Tschäggäta» como devia ser, era preciso um mocetão de boa estatura, usando uma máscara violentamente expressionista e coberto com o manto forrado. O burlesco equipamento completava-se com umas calças felpudas e pesadas botas de montanha, um largo cinto de couro de que pendiam guisos, e luvas gordurosas.

Por uma bela tarde de Fevereiro, uma dúzia de rapazes vestidos desta forma vinham, de Wiler, juntar-se às «Roitschäggäta» de Kippel, e o cortejo fantástico, saltando e gritando, subia até à aldeia de Ferden, encabeçado por um pastor vestido com o traje branco dos seus antepassados e brandindo um longo cajado montanhês. Ouvindo os guisos, as vacas bramiam nos estábulos para responderem a este apelo da Primavera. Toda a população estava às janelas, muitas pessoas debruçavam-se mesmo nos telhados, maravilhando-se com este cortejo barulhento e mascarado. O pastor interpelava a boa gente da aldeia:

— Os ricaços de Ferden têm ainda feno para as minhas vacas?

É claro que tinham. E também tinham bebidas para os alegres rapazes.

Já não é possível reviver estes espetáculos na sua autenticidade primitiva. Antigamente, a criança era excluída do cortejo, mas agora passou a fazer parte da festa, em detrimento da tradição.

J. SIEGEN, de KIPPEL
(adaptado do alemão)

O EQUÍVOCO DESPORTIVO

O aperfeiçoamento físico, acompanhando a formação espiritual, parece uma necessidade para o homem desejoso de elevar-se acima do rigoroso condicionamento que o folhe. Entre nós nunca se pensou seriamente nesse problema, porque o desporto praticado no nosso País, aliás mal acarretado pela população, se afasta das tendências inatas da nossa raça. Ela é razão profunda porque o nosso povo apenas como espectáculo se dedica a alguns desportos, como o futebol.

O povo português arrisca-se deste modo a perder as virtudes físicas e morais que são indispensáveis como suporte material e terrestre de toda a grande empresa, mesmo espiritual, já que o espírito não se encontra no homem em estado puro. Não é com leis e regulamentos, livros e preleções, discursos e palavras sonoras que se esculpe a vontade, a coragem, a decisão, a energia dos homens ao serviço de uma missão terrena. Nenhum dos nossos capitães e navegadores das Descobertas foi escolhido meramente pela sua competência náutica, mas sim pelo seu grau de iniciação na Ordem de Cristo: tão importante como navegar, era arrostar o perigo, saber comandar as tripulações e através de todas as vicissitudes guardar no coração os altos objectivos espirituais da Ordem. Enquanto em Sagres, o Infante preparava e escolhia os seus cavaleiros, em Lisboa o seu irmão, D. Duarte, escrevia para os cavaleiros, a Arte de Bem Cavalar Toda a Selva.

Sempre as formas de aperfeiçoamento físico dependeram de um culto, porque cultivar o corpo é oferecer-lhe à divindade. Os desportos hoje triunfantes derivam todos dos cultos gregos realizados em jogos anuais, como os Olímpicos e outros. Os Franceses, logo seguidos dos outros povos, procuraram devolvê-los a uma pureza, agora imanente e laica, é certo, e assim o atletismo se desenvolveu em toda a Europa e na América.

Também os cultos degenerados dos imperadores romanos, as lutas de gladiadores, deixaram a sua marca nas modernas competições de homens contra homens.

Não é nem grega nem romana, a tradição portuguesa — e outros cultos estão na origem das formas de aperfeiçoamento físico que deveríamos cultivar, para aproveitar ao máximo as nossas potencialidades.

A cavalaria e a náutica ligam-se, como já vimos, aos dois modos históricos do nosso espírito de missão — e fortemente nos chamam estas iniciativas físico-anímicas, que através delas, mau grado o íntimo número de praticantes, costumamos obter os maiores triunfos internacionais. Ao lado destas, citemos a caça e a montaria, traduzidas desportivamente pelo tiro, onde conquistámos também exíitos.

Com o seu complexo e encantatório ritual, a nossa corrida de touros, em que o homem domina a besta através de toda a gama de meios, a cavalo e a pé, pela destreza e pela arte, pela coragem e pela elegância de um valeroso destemor, e até pela força física como a prova a lida dos forcados, a nossa corrida de touros, dizíamos, tem antiquíssimos fundamentos míticos e cultuais e, quer se filie nos mistérios egípcios ou cretenses (estes radicalmente diferentes dos gregos), quer derive, como muitos eventam, da enigmática religião dos Atlantes, introduz um factor de dinamismo na ascética tendência medieval a que o nosso povo nunca aderiu.

Povo com espírito de missão — desviado embora — o Português pode, pois esperar o seu mais efectivo aperfeiçoamento físico-anímico, não dos desportos de fundação cultural grega ou romana, mas dos desportos ou actividades cuja raiz iniciática, mágica ou sagrada pode realmente demover as suas faculdades latentes.

RAZÕES SOLARES E ARCAICAS DE PORTUGAL

Por

JOSÉ VALLE DE FIGUEIREDO

A silenciosa e noturna ciência e sabedoria da Comédia, que sempre pressente uma situação inferna ou infernal, se ao mesmo tempo se necessita por uma teleológica totalidade, paradigmática no excesso movimento solar, de maneira alguma poderá renunciar a uma arcaica integração, em absoluto exigente de uma disciplina e clássica iniciação nos mais sublimes arcanos. A supernal finalidade, arcaicamente fundamentada por religiosamente garantida, se mais remotamente se iluminava por uma bem equilibrada Ciéncia ou Disciplina do Arcano, da Arca ou dos Arquias, arredada a partir do século IV do seio do grémio eclesiástico, e que ia possibilitando a incarnativa ascensão dos incultos ouvintes aos sublimes e arcaicos mistérios sobrenaturais, através do conhecimento dos ritos e do equilíbrio eloquente dos mitos e dos gestos e gestas propícios à sua redenção, posteriormente se diluiu (esta supernal finalidade) numa positiva arqueologia ou em uma arquitetura que pretensamente se afirma e concebe como funcional.

Se atenta e lúcidamente pensarmos naqueles textos secretos que nos garantem a correspondência verbal das palavras Inferno e Ocidente — AMÉNTE — ascenderemos depois da fácil compreensão da direção do movimento solar, a uma clara, concreta e quase definitiva delimitação do movimento que exactamente por ser solar se processa sobretudo em termos de Hierarquia.

A tranquila e benevolente exaltação que advém da leitura cuidada das palavras arca e ponte, facilita as menos ouvintes um som que directamente recai nos soberbos étimos Pontífice e Patriarca. Se ao mesmo tempo que nos deleitamos com estas palavras, razoarmos esclarecidamente nos princípios que regem a altíssima Figura da Serpente, suportando-a com a vesperal visão da Bela Dama de Prata, alcançando com esta o total descobrimento da expressão Mac-Pátria Portuguesa (mas não exclusivamente Lusitana porque esta exclui o luciferino princípio do número quatro), da hábil e ágil conjunção da Água e da Terra, teremos encontrado a chave da Orientação portuguesa, triadicamente simbolizada e sinalizada pelo Corvo, pela Pomba e pela Cor Rubra, ou por Virgílio, Beatriz e a Imperatriz, ou ainda civitatis no Promontório Sacro, em Monsanto-Ophiussa e Santiago de Compostela, que o mesmo é dizer, em termos cristãos, S. Pedro, S. João-S. Tomé e Santiago justamente chamado e tido por Maior.

A permanência e acção de um movimento que por ser primordialmente solar iria totalizarizar as vias crísticas ensinadas pelos Apóstolos que acabámos de nomear, seria preocupação daqueles que largamente procuram apreender o oculto sentido das várias heterodoxias, e que por não terem sido cuidadosamente transmitidas muito certamente foram tidas por femininas inflexões lunares.

O antigo escrito que nos diz do Promontorium Sacrum, actualmente chamado Cabo de S. Vicente, que era «onde se via o Sol, à hora do poente, cem vezes maior do que nas outras partes de terra e se poderia ouvir o ruído espantoso do astro a afogar-se nas ondas», não faz mais do que assinalar uma compleição, não diremos sistemática por demais original, mas arquitectónica, que regia as várias relações dos povos habitantes dos lugares próximos e óptimos. Afogando-se ou salvando-

se, imergindo ou emergindo, certa estava a sua colocação debaixo do Corvo para-infernal de S. Pedro. Dele e daí partia o Sol matutino, estabelecendo um vértice do triângulo que se polarizava em Compostella e em Mons. Sacer-Ophiussa, a ele e aqui chegava o Sol vespertino depois de sua trajectória, bem pesada e pensada nos versos do Poeta ou pergunta: *trajectória solar, valeste a pena?*

A beatifica plenitude alcançada pela original estruturação sagrada da História, pela crença gracilmente fundada ou científicamente concebida, ao conduzir-nos ao perturbador aniquilamento da distinção entre Tempo Sagrado e Tempo Profano, transporta-nos também à fácil inserção dos profundos e orientais (nos dois sentidos da palavra) sistemas pontificais e patriarcais.

A heróica implantação do Padrão, nas terras desveladas, pelo seu íntimo movimento de fundação de um mundo — o mundo português — constituindo assim verdadeiro axis mundi ou posto cósmico, não redundaria em prova de força se acaso não estivesse conexionada com um esquema de rompimento infernal-supernal, que de maneira alguma se processava em termos de anarquia, antes sim por divina comédia. Caso tal não acontecesse, teríamos o paradoxo de afirmar uma política de assimilação junta a um propósito de violenta integração. Por isso sempre que assim não aconteceu, o processo católico redundou em inquisitorial processo particular, lunar derivação de uma História que se pretendia e entendia amplamente Consoladora. Orto-doxa deveria apresentar-se, portanto, a lusa via axial, seja então que deveria possuir-se de uma gratidão e uma sabedoria magnamente equívocas.

A perturbadora presença de um problema de tal natureza, só se pode resolver razoavelmente em termos, não diremos de ampla cultura, mas e sobremaneira, por uma exacta, certa e consciente ocultura, que nos vá dando a chave para abrir a passagem da ponte para a arca. A vinha «pelos lados do mar do Santo Apóstolo Tiago Maior, vai iniciar, dentro de longo pontificado (sistema de simbólicas e assinaladas pontes) um ciclo que, passando pela trasladação para Lisboa dos restos de São Vicente, por mar, em 1173, terminará mais tarde, depois de garantida e mitificada pelo sábio Frei Paulo da Cruz, em 1614, por ocasião da Saudosa Celebração, ordenada pelo consciente e piedoso Senado de Lisboa.

A ciclia anuência a um predicado que se devia afirmar como verbo, possibilida-nos o preenchimento exposto e imposto de tão grande período: a estrénuia aliança da cabírica magia e do culto de Santelmo, tão proficientemente cantado e repartido pelos jograis, sobretudo da gloriosa cidade de Tui; o oficial e oficioso reconhecimento da pontifical titularidade aos Arcebispos de Santiago, excluindo a de Roma, única na Cristandade, a cuidada transmissão das Três Virtudes Teologais e sua acção e função arquimétricas; o restabelecimento do Mediterrâneo viáctica portuguesa, operado sobretudo pela Santa e Nobre Ordem

A vigorosa e rigorosa vivência da Primeira Virtude Teologal, constituinte e instituinte, segue-se a colectiva e colectivizadora Esperança. Durante sessenta anos viveu Portugal esperando — D. Sebastião não será senão o pretexto da Esperança — esta sim, era o texto, que só uma impregnada veia hebraica fez redundar em textual messiânica. D. Sebastião, o da «felicissima esperança» (D. João Bermudes) valeu e vale na medida em que nunca apareceu ou aparecerá. Portugal sob o Segundo Degrau da sua Aventura, Degrau que se demonstra diferente, como é comum evidência, do Primeiro, no qual repousava ainda a antiga cabeça de Compostella pontifical. Com a Dominação Espanhola é que Portugal se torna independente da Espanha. Cristovão de Moura deve ser resgatado de sua inferna memória, por quanto foi ele o oculto agente da arquização lusiada. É porque o foi, tinha de expiar sua misteriosa missão. Surgem depois os Patriarcas, os Celebrados Patriarcas. Frei Paulo da Cruz, D. João Bermudes, Manuel de Elvas, Frei Vicente de Lagos reclamam o Oriente supernal, integrando todas as nossas vias a haver — S. João, S. Tomé e a Virgem Conceptual. D. João IV e D. João V desocultado em D. Tomás de Almeida, primeiro patriarca oficialmente reconhecido.

A peregrina constatação de um patriarcado longa e cientemente preparado e transmitido, é simultaneamente dura e suave lição da lusitana perenidade. E porque a sagrada da História nos prolonga em tempo aristotélicamente activo, legítimo nos é esperar a teologal movimentação. Exaustiva se nos tornaria a explicação desse movimento posto já no plano superno das arquias. Sómente nos cumple aqui guardar a graça e a sabedoria que se extrai das razões alegadas pelo nosso Antigo Juiz Sampaio Bruno a favor do Cristo (cujos milagres sejam argumentos), daqueles cuja Sabedoria seja a sua Santidade, e cuja Santidade seja a sua Sabedoria, sómente nos cumple agora preservar as animadas razões que se movimentam em favor das constituintes e instituintes Virtudes Teologais, sinalizadas pelo nosso alto Ofício Álvaro Ribeiro.

MÚSICA

Os Concertos de Outono em S. Carlos

1

Um dos problemas mais graves, se não o mais importante que implica sérias e grandes responsabilidades para os dirigentes dos sectores das actividades que dizem respeito à divulgação da música, é o da escolha das obras e dos solistas que devem ser apresentados ao público, público esse constituído por indivíduos com graus de cultura, conhecimentos e gostos dos mais diversos e ainda com as mais diferentes idades e naturezas.

Também terão que entrar em linha de conta com outras características fundamentais, como seja a nacionalidade ou o país a que esses indivíduos pertencem, o momento histórico que se atravessa, as necessidades espirituais autênticas das pessoas, os seus anseios como indivíduos mortais, vivendo num determinado momento num determinado lugar e em contacto com outros indivíduos de mesmo agregado social ou de agregados semelhantes.

Finalmente e ainda a adicionar aos dados atrás mencionados não queremos deixar de acrescentar, no nosso caso particular, o facto de em Lisboa se realizarem durante o ano, concertos, recitais, audições de ópera, etc., organizados e apresentados ao público pelo Círculo de Cultura Musical, Sociedade de Concertos de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Festivais), Juventude Musical Portuguesa, Teatro Nacional de S. Carlos, Institutos de Cultura Italiana, Alemanha, Inglesa, Francesa e Americana, etc., que em grande parte divulgam música estrangeira, em percentagens astronómicas, e quase o mesmo se poderá dizer sem exagero, quanto à participação de solistas e maestros estrangeiros.

A esta lista também se poderão ainda acrescentar os concertos organizados pela Orquestra Filarmónica de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa e por outros solistas portugueses que também não fazem obra de cultura nacional como deveria ser.

Devem pois os programas musicais, solistas e maestros ser escolhidos em função não só de todos os factores atrás mencionados como também entrando ainda em linha de conta com a maioria dos organismos públicos e privados que dedicam quase toda a atenção à divulgação em Portugal da cultura estrangeira.

O panorama é trágico. A tarefa é poio espinhosa, difícil e cheia de miedos.

Qual o critério a seguir, portanto? Programas completamente preenchidos com obras e solistas portugueses?

Programas completamente preenchidos com obras e artistas estrangeiros?

Qual a dosagem?

2

Trata-se de uma organização portuguesa, — a Emissora Nacional —, que organiza os concertos no Teatro de S. Carlos (concertos de Outono), dirigida e funcionando com empregados portugueses, organizando espectáculos musicais para um público na maioria constituído por portugueses, pagos com dinheiro português, que deve ter por maior preocupação levar ao público, autêntica cultura, não interessando o aspecto lucrativo, geralmente também não obtido mesmo com obras e artistas estrangeiros.

Partindo pois daquelas bases materiais, qual o critério espiritual a seguir?

Aqui começam julgamos nós a divergir as opiniões. A nossa é a seguinte:

Se os meios são fundamentalmente portugueses e se a base que aceitamos para o progresso cultural dum povo, de uma élite deve ser feita indubbiamente com a matéria-prima do país onde estes factos se produzem isolistas e obras musicais, não há dúvida, não pode haver dúvidas que a base deverá ser sempre portuguesa.

Lembramo-nos de uma frase de Garrett que está posta numa placa à entrada do Ministério da Educação Nacional, e que diz o seguinte: «A Educação para ser autêntica tem que ser eminentemente nacional».

Vamos antes de prosseguir o nosso trabalho, tentar explicar o nosso ponto de vista, isto é, porque consideramos que a cultura dinamizada ainda por cima de organismos oficiais, deve ter por base matéria-prima nacional.

Por
ANTÓNIO DE CASTRO

3

Somos nós que acreditam que se Portugal existe independente é porque tem por estruturas espirituais, — Isto sempre as mais importantes como razões de Independência dum povo — uma filosofia própria, uma política com possibilidade de características nacionais definidas, uma arte pessoal, uma ciéncia viva, uma história viva, uma literatura viva, uma pintura tendo por base temas fortes, uma vida própria, com tradições, língua, costumes, etc., nitidamente com características originais, a positivamente demonstrar a vontade colectiva dum povo em ser independente e a querer ser independente.

Isto não quer dizer que não haja uma ligação cada vez maior entre o homem português e os outros homens e que não tenhamos características comuns, semelhantes ou iguais, todas como constituem ramos dumha árvore.

Estamos ligados aos outros homens porque nascemos e morremos sós, porque temos direitos e deveres semelhantes, porque possuímos sentimentos idênticos, porque temos o pleno sentido de que seja a liberdade, a fraternidade e a autêntica igualdade, atributos estes inerentes à espécie humana.

Somos assim universais.

Mas constituimos ao mesmo tempo um caso à parte porque temos características próprias bem demarcadas.

O desenvolvimento daquilo a que nos leva a ter uma personalidade vincada como Povo independente, não invalida que sejamos universais, antes pelo contrário. Quanto mais desenvolvermos as nossas próprias características, mais universais seremos, mais facilmente compreenderemos os outros povos, mais facilmente nos compreenderão a nós, e tudo isto num respeito mútuo. Sendo assim, uma obra de cultura, uma obra de missão será urgentemente necessária com o fim de ir ao encontro do homem português que é ao mesmo tempo homem universal porque vive no Universo, no espaço e no tempo, ligado a outros homens, vivendo problemas idênticos, e terá forçosamente que tomar em linha de conta obras de portugueses, completada com obras de estrangeiros, necessárias para uma visão mais perfeita do Mundo em que vivemos, para um conhecimento do essencial dos outros povos; fundamental para que a educação seja actual e autêntica. Se assim é, se realmente é fundamental que para se atingirem os objectivos atrás mencionados, as temporadas de concertos, organizadas por um Serviço Público — no nosso caso a Emissora Nacional —, tenham de ter por base música de compositores e solistas nacionais, então o problema começa a simplificar-se.

4

Foi este o critério que a direcção da Secção Musical da Emissora Nacional seguiu nesta temporada que se realiza presentemente no Teatro Nacional de S. Carlos, como nas outras realizadas anteriormente no mesmo Teatro?

Se consultarmos os programas anteriores e os programas para os 10 concertos realizados nesta temporada, constatamos que em vez de se progredir se retrogradou.

A Emissora Nacional esqueceu-se ou talvez não saiba o que se entenda por obra de cultura. Esqueceu-se ou não sabe que um organismo oficial tem tremendas responsabilidades, tem deveres para com o país, para com a sua população, para com a cultura legada pelos antepassados e para com os artistas criadores contemporâneos.

Partindo, pois, do princípio que o que dizemos é o mais verdadeiro, é o mais lógico e que a cultura musical para ser autêntica tem que ter por base composições portuguesas, o conteúdo dos programas da temporada que aquele organismo organizou em S. Carlos peca por omissão.

5

Se ao público português lhe é vedado conhecer os seus artistas e suas

obras sistematicamente, poder-se-ão dar alguns acontecimentos.

Um deles é a formação cultural dos indivíduos ficar terrivelmente deformado, podendo isso contribuir poderosamente para uma despersonalização total, tendo como consequências graves facilitar o desagregamento da nação como país convicto da sua personalidade, convicto das razões de independência.

Outro, será o inevitável cansaço dos artistas criadores que perante o vazio que se lhes vai criando, que perante o ostracismo a que são votadas as suas obras, que perante as dificuldades até para viverem decentemente, vão buscar refúgio numa desistência camuflada noutros modos de vida para que não foram calhados, emigrar ou deixar muitas vezes de produzir, de criar.

Os prejuízos com estas possíveis e prováveis consequências a que estão sujeitos os artistas portugueses, são enormes.

Com a continuação deste estado de coisas todos perdem.

Perde a nação, porque não tendo valores culturais que justifiquem a sua existência como agregado independente, está em perigo a sua existência.

Perde o Estado porque dá o dinheiro e este não é bem aplicado. Indivíduos mal formados culturalmente ou erradamente informados têm uma influência prejudicial na mecânica das organizações existentes num Estado que se deseja bem estruturado.

Os dinheiros públicos gastos através dos organismos tendo por fim o preparar os indivíduos, quer através da concessão de bolsas de estudo, quer através de subsídios, quer através de manutenção de aulas de canto coral, de orfeões, quer através da manutenção dum Conservatório Nacional de Música, etc., etc., não dão o devido rendimento, transformando-se assim em verbas improdutivas.

Perde o público pois além de ficar com uma visão errada, tragicamente falsa e de funestas consequências, fica incrédulo quanto ao verdadeiro valor do património artístico da nação, não acreditando nos seus valores.

Perdem os artistas portugueses que aparecendo pouco ou não aparecendo, estiolam, deflamam e deixam de existir.

Um pianista que aparece uma vez por ano, uma cantora que acaba por cantar em casa para a família, um compositor que passa a vida com as obras na gaveta, acabam por não ter justificação de existência artística. E a natureza acaba por eliminá-los de vez.

Admira-me e tenho o maior respeito quando vejo um pianista português aparecer uma vez por outro perante o público e conseguir apresentar uma técnica regular, uma personalidade bem vincada.

Fico estupefacto quando vejo com que entusiasmo qualquer dos compositores portugueses contemporâneos vê a sua obra ser representada, obra que às vezes esteve metida na gaveta, anos e anos.

Não é realmente de espantar o continuarem eles a acreditar no seu ofício, na sua obra de missão, na cultura portuguesa?

Assim quem poderá com verdade, exceptuando meia dúzia de pessoas se tanto, dizer que conhece devidamente a obra de Ruy Coelho (Isó operas tem 14), de Luís de Freitas Branco, de Fernando Lopes Graça, de Armando José Fernandes, de Frederico de Freitas, de Cláudio Carneiro, de Croner Vasconcelos, de Joly Braga Santos, de César de Morais, de Ivo Cruz, de Wenceslau Pinto, de Artur Santos, de Oscar da Silva, e de tantos outros?

Assim quantas vezes aparecem em público os solistas portugueses, Varela Cid, Sérgio Varela Cid, Sequeira Costa, Vasco Barbosa, António David, Luís Bulton, Maria Helena Matos Silva, Leonor Alves de Sousa Prado, etc., etc?

Assim quantas vezes dirigem por ano os maestros Frederico de Freitas, Jaime Silva, Joly Braga Santos, Ruy Coelho, etc.?

Assim quantas vezes aparecem em público a meia dúzia de bons cantores portugueses?

Um país com 19.000.000 de habitantes, com uma capital com 1.000.000 de pessoas e com um território com 2.000.000 km² tinha obrigação nítida de manter um esco de artistas em plena actividade de forma a que o público tivesse ocasião de os ver regularmente e que tivessem possibilidades de viverem só para a sua arte.

Para que a cultura portuguesa exista realmente necessário se torna, pois, que a música portuguesa seja dada sistematicamente ao povo português, pois só assim se poderá recolher os devidos benefícios.

O conhecer-se a 5.ª Sinfonia de Beethoven, o conseguir-se distinguir uma peça de Stravinsky, uma ária de Puccini ou um acorde de Bach, implicou audições consecutivas, para se obter os seus frutos.

Estas peças estrangeiras ou outras de conhecidos compositores teriam a aceitação que têm se fossem dadas sómente uma vez ao público?

Um Rubinstein, um Isaac Stern, uma Victoria de los Angeles poderiam ser grandes artistas se aparecessem em público sómente uma vez por ano?

Como se poderá pois ter a ausadia de liquidar o valor dos artistas nacionais, das composições nacionais, só por um audição?

! Bem há pouco tempo quando da nossa estadia em Paris conhecemos um estrangeiro, pessoa culta por sinal que nos disse o seguinte:

«Gosto de Portugal, admira a sua serenidade no momento actual ao ser atacado por todos os lados.

Vocês têm um homem genial, famoso político que é Salazar figura que pode não ser compreendida por todos. Vocês têm os «Primitivos Portugueses». Vocês comemoram a obra do Infante D. Henrique. Mas, o que é que têm presentemente feito como obra cultural, no teatro, na música, na pintura, na literatura, etc., etc., que os possa justificar como país independente?

Não basta o que se fez em tempos passados. É preciso que nos tempos de hoje, os países justifiquem culturalmente a sua existência.»

E lá lhe expliquei. E lá lhe enumerei o que é o Portugal de hoje que não vem nos mapas ...)

6

As obrigações que os Organismos Públicos ligados à cultura têm só com a obra de divulgação de música nacional como também no aumento do Património artístico são prementes, imprescindíveis e obrigatórias.

A Emissora Nacional ao organizar a série de concertos que presentemente estão decorrendo no teatro Nacional de S. Carlos, em moldes de prática só apresentar uma percentagem mínima de música portuguesa, prossegue numa obra anticultural, e ainda por cima numa hora em que em todos os campos da actividade nacional se deve mostrar a personalidade portuguesa.

Quem é que ganha com a continuação dos concertos segundo os moldes seguidos até agora?

Os empresários portugueses e estrangeiros que recebem comissões pelo contrato de artistas, e outros colaboradores próximos, que pelo menos estabelecem contactos com entidades estrangeiras congêneres que lhes podem ser particularmente úteis.

Não nos consta que esses empresários se tenham preocupado ou conseguido retribuições por parte dos estrangeiros.

Qual a obra de expansão da música portuguesa feita lá fora por esses agentes? Quals as obras portuguesas que os solistas, as orquestras, as companhias de ópera, etc., que têm vindo a Portugal ganhar rios de dinheiro, têm apresentado em Portugal e no estrangeiro, numa justa divulgação de cultura portuguesa?

Som a presença da arte nacional, o país pode transformar-se numa fábrica estrangeira, sem personalidade intelectual. E isto é mais que grave, é gravíssimo.

Como deveriam ser então organizados os concertos em S. Carlos, pela Emissora Nacional?

Eis um esquema.

Da totalidade de 10 concertos com a duração aproximada de cerca de 2 horas de música, seriam distribuídos para a música clássica 20 a 30 % do total das horas. Os restantes 70 a 80 % seriam ocupados por música moderna e contemporânea, dos quais 60 a 70 % por música portuguesa.

Os solistas seriam fundamentalmente nacionais de forma que em 10 concertos seriam sómente 2 a 3 os estrangeiros.

Com os maestros se estabeleceria o mesmo critério.

Está claro que os solistas portugueses deveriam também apresentar peças estrangeiras.

Deixar-se-ia pois para as organizações privadas a apresentação de artistas e de obras estrangeiras que quisessem, se bem que não se deixaria de fazer sentir que a cultura nacional não deveria estar alheia da organização dos programas dessas entidades.

Isto não significa no entanto que a Orquestra Sinfônica da Emissora Nacional não deva aparecer mais vezes

CIN

CINEMA FRANCÊS: AS LIGAÇÕES PERIGOSAS

Intentando prolongar e actualizar o erotismo, a libertinagem, a irresponsabilidade amorosa que formam o ambiente das «Liaisons Dangereuses», é significativo verificar como o cineasta Vadim, homem da nova geração, se mostrou incapaz ou impotente para fazer explodir o mito do amor espiritual. Esse segredo — em relação ao mito ocidental, entenda-se — pertenceu exclusivamente ao século XVIII francês, nas obras de Laclos, de Réstif de la Bretonne, principalmente na de Sade. Mas ainda nestes casos, a violência de certas proposições não indicava a presença de um «amor do amor» ao modo desses humanitários que lançam bombas sobre a multidão em nome do amor à humanidade?

Se Choderlos de Laclos, superficial e galante, apenas aflora a epiderme do mito, ao contrário do Marquês de Sade pretendendo desfilar a qualquer preço o próprio mito, o seu sucessor Vadim descobre ingenuamente o que o escritor queria ocultar: a saber, que a confiança mútua de marido e mulher, a troca de confidências sobre as respectivas conquistas amorosas e até o incitamento a novas aventuras galantes, tudo isso que o espectador mal avisado poderá considerar como ofensivo para a própria ideia de Amor como unidade e fidelidade, é afinal uma última, mais requintada e complexa forma de manter algo de comum, após o cansaço sexual e a morte do sacramento. Uma derradeira unidade: uma liberdade concedida a troco da confidência que por assim dizer a anula.

Um derradeiro laço: persistência do amor, manutenção do mito, Tristão e Isolda da infidelidade, elevada à categoria da fidelidade possível. Amor cristão, ainda. Culto religioso, mantido na confissão mútua: só onde a confidência-confissão cessasse principiaria a verdadeira profanação.

MIGUEL BANDEIRA

durante o ano conjuntamente com outras manifestações artísticas, pois o panorama musical português ainda é pobre.

O grande público ainda tem poucas ocasiões para tomar contacto regular com as manifestações artísticas musicais.

Ponto pois o problema com toda a realidade esperamos sómente que as entidades responsáveis meditem no assunto. E que não esqueçam que a criação de cultura autêntica é difícil, é morosa, levando anos a pôr de pô. Essa construção tem que ser feita com a ajuda de todos os bem intencionados e conhecedores profundos do assunto. Para os outros, há inúmeras actividades onde podem ganhar rios de dinheiro...

P. S. — Veio a público o programa geral dos concertos organizados neste temporeado pelo Círculo de Cultura Musical. A música portuguesa está pela primeira vez representada sem tibições e ainda por cima é também apresentada pelos artistas estrangeiros contratados.

Oxalá que se continue nesta orientação. Mas, ... quanto tempo não se perdeu até agora?

CINEMA PORTUGUÊS: AS LIGAÇÕES EDIFICANTES: «ENCONTRO COM A VIDA»

Da mais recente produção cinematográfica portuguesa, subsidiada pelo Fundo do Cinema, o que de mais encomiástico se poderá dizer, é que possuí um excelente documentário sobre Coimbra, da Silva Brandão. Sem ironias, esta é a lição do espectáculo que o cinema Império nos ofereceu, com o filme de Artur Duarte, independentemente do merecimento que este velho profissional da sétima arte, possa ter. Na comparação forçada a que a organização do programa nos levou, o filme de fundo perdeu, ao passo que o documentário atingiu, pela sequência, a montagem, o texto e a encenação, um nível elevado, afinal aquele que há a esperar em toda a realização cinematográfica do nosso tempo. Sem pretendermos minimizar o esforço da equipa de Artur Duarte, não podemos deixar de notar em o «Encontro com a Vida», a permanência dos defeitos que tradicionalmente maculam a produção do cinema nacional, mesmo quando não derivam apenas da insuficiência técnica, de apetrechamento industrial; queremos referirmo-nos, particularmente, ao tema (à anedota), aos diálogos, e ao desempenho.

A história do dr. Manuel de Sousa, médico numa povoação anónima da província portuguesa, povoação singularmente atrasada e progressiva (os candeeiros de iluminação pública e o trem de verga são coisas hoje impossíveis de coexistirem), médico de aldeia de tipo evoluído, em relação aos João Semana que a pobreza de imaginação novelística nos tem dado largamente, a partir de «As Pupilas do Senhor Reitor», órfão e vivendo com a criada velha, tem no conjunto dos outros personagens clássicos em toda a evocação de vilória provinciana (o boticário, o padre, o chefe da estação) uma vida de ignorante e indômito sacrifício pelos pobres doentes da sua terra, a quem dá consultas e dinheira para os remédios (tal como o seu ancestral João Semana).

O desejo de um seu amigo lojista (João da Esquina) e sua mulher, que quer ver o filho seguir na peugada do doutor, fá-lo entrar em contacto com a sua santa vida de estudante, em Lisboa, por meio de carta escrita à dona da pensão, onde então se alojaria, vai para vinte anos, a recomendar o futuro estudante cábula de Medicina. A dona da pensão, que, como se saberá, foi a segunda ou terceira mãe do dr. Manuel de Sousa (esta questão não ficou bem esclarecida na fita), lembra-se então de convidar o protagonista para padrinho de casamento de sua filha, ao tempo dos estudos do doutor, uma pequenita, e agora uma rapariga bonita.

Ai vem o dr. Manuel de Sousa para apadrinhar o acto e logo que chega, perturbado pelos abraços e beijos que a emoção do encontro dos antigos hóspede e hospedeiros provoca, confunde a casadoura afillada com a triste viúva, cantadeira de ofício num «cabaret», costureira nas horas vagas e de todo em todo inaccessible aos ataques dos galas da casa. A história começou assim com um beijo do doutor na que não era a afillada, caso, aliás, logo esclarecido e remediado com outros beijos e abraços na rubente, embora com as queixas da primeira acerca dos bigodes do médico que lhe arranharam a cara. Grande festa, para apresentação do noivo ao padrinho.

A dona da pensão conta ao doutor a triste história da viúva, com uma filha no asilo, zangada com o pai que é rico, tendo que cantar todas as noites na «boîte», para ganhar a vida. O médico, provinciano, fica embelgado pela história e pela viúva e passa a noite a ouvir os discos dela, enquanto os espectadores a vêem actuando, no meio de figuras e figuronas pouco recomendáveis. O idílio continua no dia seguinte, com a compra da prenda de casamento do padrinho, ajudado pela viúva; surpresa desta, ao vê-lo chegar, pois entretanto ele tinha aparcado os bigodes que a maltrataram na véspera. Casamento da pequena da pensão, com festa e dança lá em casa; o doutor dança com a viúva, depois desta se ter negado ao manganço de patilhas que mora na pensão. Visita à filha da viúva, em que participa o doutor, que pela primeira vez pergunta à senhora se ela gostava que ele ficasse mais oito dias em Lisboa, ao que ela responde que «sim, Manuel», confundida e contente.

Grande animação dos dois e regresso à pensão, onde os esperava uma notícia trágica: a morte do pai da viúva. Desmaia desta e partida no comboio, de luto carregado e chapéu à Greta Garbo, Regresso do doutor a penas, triste e resolvida a casar com a viúva, logo que esta acabe o luto. Conversa com o padre, acerca da asneira que o doutor receia fazer, casando com a viúva do «cabaret»; o padre tranquiliza o doutor, pois na história que este lhe conta e o espectador não sabe, não há nadie que possa fazer desconfiar da senhora. Contentamento do doutor, que é sempre fácil de contentar, durante toda a fita. Casamento e vinda para Lisboa. Felicidade conjugal, com a filha da viúva a brincar com a terceira mãe do doutor, vestida de criada a rigor.

Felicidade que acaba com as saídas enigmáticas da mulher do doutor, ex-viúva. Desconfianças deste, passeios de automóvel com um sujeito desconhecido, pelas estradas das arredores; chás nos Montes Claros, telefonema misterioso e escandaloso com alusões da senhora a uma resolução enfim tomada, acusando meigamente de aldrabão o interlocutor invisível e incógnito, mas que o espectador inteligente logo identifica com o parceiro dos passeios solitários. Sálida da senhora e tragédia para o doutor que ouviu tudo, escutando atrás de uma porta. Carta do detective particular que garante ao doutor ter a sua mulher andado com outro cavalheiro, jovem e simpático, em passeios e cházadas. Carta do doutor para a mulher a perdoar-lhe a traição — e volta para a terrinha de onde, conforme a terceira mãe diz, nunca deviam ter saído.

Intrigas na terra. Defesa do padre ao bom nome da senhora do doutor, enquanto joga as cartas com os outros pândegos. Conversa com o doutor, a seu pedido; recomforto do doutor: esperanças do padre. E golpe final: regresso da mulher do doutor, ex-viúva e ex-adultera, com a filha, os noivos e o carro dos passeios — afinal o seu amante hipotético, a prenda que ela queria dar ao marido, de surpresa, no dia do primeiro aniversário do casamento. O doutor deslinda o caso com o noivo, companheiro dos passeios de sua mulher, e com beijos e abraços acaba a bambochata.

Satisfação e alívio na sala.

A história é esta e nada acrescentaremos. Aliás, toda a gente da fita é boa gente, com os mínimos defeitos e os melhores corações.

Que mais se pode exigir?

Sim, talvez se pudesse exigir bom senso aos autores da fita, quando não já bom gosto, além de um pouco mais de decência nos processos de satisfazer às exigências de um público que adora as beijoquices e pleguices tradicionais do nosso cinema que deixou de haver. Com tal argumento e tais diálogos (Isto é o *dianho!*, exclama um personagem bonzinho ao ponto de não dizer *diabo!*) os intérpretes atravessam a fita com um terrível peso às costas. Como há-de alguém representar bem, quando o obriga a proferir baboseiras, em meio de situações de tal modo pleguas que o espectador se encolhe na cadeira, mal disposto? Por muito acertada que fosse a actuação do protagonista, Rogério Paulo, a figura do dr. Manuel de Sousa é um desonchavo no qual não pode ninguém imprimir o seu talento de actor. A protagonista, Maria Dulce, com um á-vontade que merece outros papéis, é obrigada a cenas onde nunca deveria ter posto os pés (Sr. realizador: por que obrigou a vedeta a fechar os olhos sempre que falava e a estender os lábios sempre que sorria? Por que pôs a câmara debaixo do queixo dela, quando ela cantava, dando-lhe as pescoco o dobro do tamanho da face?). Os outros personagens, sofrem do mesmo mal e descartam-se como podem dos papéis incômodos (Sr. realizador: por que obrigou os intérpretes a permanecerem em cena após as suas falas, fazendo uns para os outros caras equivocas, sem rir, nem estar sério, de quem não se sente (e com razão) á vontade? Por que fez que a dona da pensão atravessa uma porta, entre na sala, dirija-se à mesa onde está sentado o estudante para lhe dizer, atrás das costas, que venha ver o quarto, saindo depois em fila, pelo mesmo caminho? Ela não podia falar-lhe da porta? Por que obriga a

pobre criancinha filha da viúva a estar sempre tão bem penteadas, a ser sempre tão bem educadas, tão meiguinhos e educadinhos e a dizer palavrinhas tão idiotas? Por que consente no caseiro do doutor, lá na vilória, aquele bigode tão bem aparado e aquele cabelo tão bem frizado e brilhante? Supõe que basta o chanéu para a nuca para dar o broceio lavrador? Por que deixa a vedeta pôr aqueles chapéus, sobretudo quando toda a gente, na rua, anda normalmente? Quando se perderá a ideia de que os protagonistas do cinema têm de vestir pela última linha, que os móveis têm de ser luxuosos, as cintas têm de ter toucas na cabeça e punhos de renda, os prédios têm de ter escadas em mármore, etc., etc., etc.? Ainda se as nossas fitas se exhibissem no estrangeiro, compreendímos. Mas, assim? ...)

A montagem deve ter sido tremenda, difícil e só lastimamos que o técnico não cortasse um pouco mais

de cenas que acabavam mudas. Achamos igualmente bem que o realizador tenha resolvido cortar a segunda canção da vedeta, que os espectadores das primeiras sessões ainda tiveram que sofrer.

Quanto à fotografia, é já hábito dos nossos filmes a quase nula mobilidade da câmara; a iluminação das cenas é uniforme, com tentativas de algum efeito nas cenas do «cabaret». Boa sequência fotográfica é também a do baile da boda, na pensão.

Quanto ao som, não melhor nem pior do que é hábito em produções portuguesas, com um registo particularmente mau das canções da vedeta.

A música é como deve ser a dum filme: não se dá por ela.

Concluindo: o «Encontro com a Vida», confirma a lastimável platitudes do cinema nacional, a que o Fundo tem dado subsídios melhor empregados em outros empreendimentos. Artur Duarte, que é um curioso homem de cinema, activo, plétorico de boas vontades e dinamismo, não é, porém, a pessoa de que o nosso cinema necessita para se fazer acreitar perante o público. Supomos ter sido isto o que se verificou pela frequência reduzida ao espectáculo.

PAULO BIZARRO

O TEATRO PORTUGUÊS E O PÚBLICO OU UMA RELAÇÃO QUE NÃO EXISTE

Por

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

Técnico (tendo este último representado já Raul Brandão, Régio e Luis-Francisco Rebelo).

Este movimento recente, bem como a forma interessada como foram acolhidas as companhias estrangeiras no ano passado (descontando a dose de snobismo e provincialismo), vem mostrar aos que disso ainda não tenham consciência, que a chamada crise de teatro não é crise de público, mas crise de direcção e de cultura dentro do próprio teatro e das que servindo-se dele, dizem servi-lo.

Impõe-se, portanto, a extensão do auxílio financeiro a estes agrupamentos jovens e desinteressados, votados exclusivamente a servir o teatro, auxílio financeiro que seja concedido com um mínimo de entradas e ingerências extra-teatrais, a máxima liberdade aos agrupamentos, a integral confiança na boa fé daqueles que autênticamente servem o teatro e, acima de tudo, com o respeito e a compreensão suficientes de qual seja a essência e a verdade do teatro, tão válida como a de qualquer outra actividade artística ou cultural.

Teatro não é divertimento, nem literatura, mas forma superior de cultura. Como tal, não serve a política, o que seria degradar-se, mas a política é que deve servi-lo a ele, como deve servir toda a cultura, nisso se engrandece e legitima.

Teatro também é palavra, mas não é só palavra. É palavra vivida e comunicada pelo gesto e pela expressão, pelo que só representado, ou seja enquanto espectáculo, plenamente se realiza e é.

Daqui que a única forma séria e inteligente de resolver a chamada crise do teatro, de fazer com que entre o teatro português e o público haja aquela relação que hoje não existe, seja a concessão dos subsídios segundo critérios exclusivamente teatrais, pelo número de anos suficiente e com a liberdade de acto e escolha do repertório necessário para se realizar verdadeiro teatro, ao lado da criação de companhias itinerantes que percorram as províncias metropolitanas e ultramarinas, apresentando o verdadeiro teatro português, e da realização de festivais de teatro português (o não francês) em locais de interesse turístico.

A acto do Fundo de Teatro, por outro lado, não deve circunscrever-se à concessão de auxílio financeiro, devendo antes alargar-se, através duma função editorial e pedagógica, pela publicação, orientada por pessoas competentes, de textos portugueses e estrangeiros, antigos e modernos, de obras teatrais, técnicas e de divulgação, pela promoção de cursos, conferências e colóquios, etc.

Se, contra isto, aqueles que reduzem os problemas da cultura a questões de dove e haver, invocarem o clássico argumento da falta de disponibilidade financeira, objectarei, lembrando que o «edifício» anual de ópera e bailado estrangeiros no Teatro Nacional (17) de S. Carlos, anda à roda de 5.300 contos e que o montante dos auxílios do Fundo de Teatro não excede os 3.700 contos. Se pensarmos que, nos dez anos de funcionamento do Teatro de S. Carlos com ópera e bailado estrangeiros, se gastaram cerca de 60.000 contos, de todo estrelas, senão mesmo perniciosas para a cultura musical portuguesa e para o nosso bailado, parece que a solução mais inteligente e verdadeiramente patriótica, será a constituição dumha companhia nacional de ópera e bailado (para isto existiu em tempos um agrupamento chamado Verde Gaio, do qual depende ainda hoje o nascimento dum bailado português). Isto permitirá, não só impulsar definitivamente o desenvolvimento da ópera e do bailado português, transformando os espectáculos de S. Carlos, do snobismo do «smoking» em verdadeiras sessões de arte e de cultura, como também reduzir consideravelmente as despesas e o correlativo «edifício» do S. Carlos, utilizando-se a diferença como reforço do Fundo de Teatro.

Com isto talvez perdessem dois ou três senhores, mas ganhava decerto a cultura portuguesa. É, pois, apenas uma questão de opção.

*

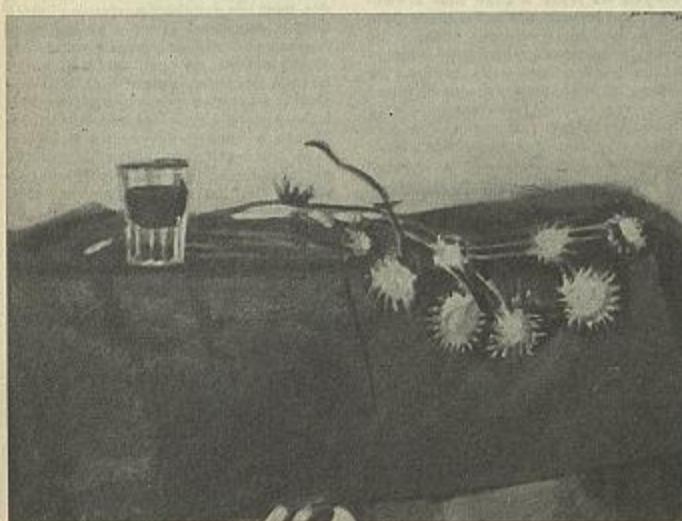
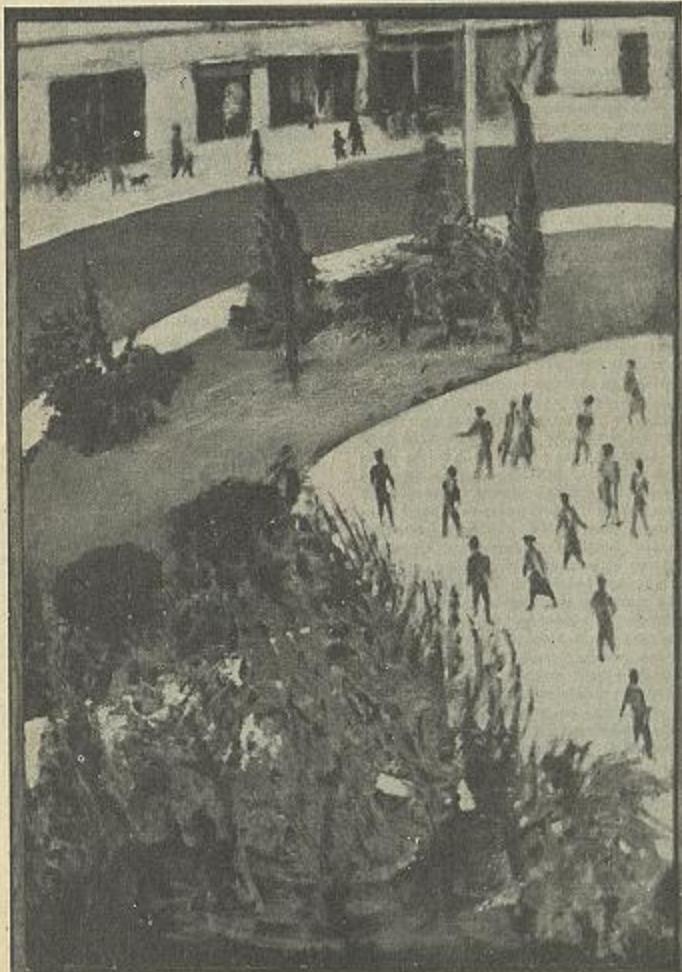
Não há filosofia, não há literatura, não há ópera, não há música, não há pintura, não há teatro. Então porque há Portugal?

A PROPÓSITO DA ARTE ABSTRACTA

UMA VISITA AO SALÃO DE ARTE MODERNA DA S. N. B. A.

Por

FERNANDO MORGADO



3 PINTURAS DE
SÁ NOGUEIRA
NO SALÃO DE ARTE MODERNA DA S. N. B. A.

Em meio das leviandades que se têm permitido cometer em Lisboa os luminares das artes-plásticas, leviandades que, após a visita dos chamados artistas berlineses, atingiram a sua mais clara expressão com a *pintura informalista* catalã, o Salão de Arte Moderna da S. N. B. A. foi um oásis de *measure*, muito embora varie de extremo a extremo o nível das obras expostas e seja impossível uma classificação geral, em face da heterogeneidade dos géneros e dos valores. O que, parece-nos, o Salão teve de melhor, foi o resoluto surto de alguns artistas para caminhos mais sérios, certa tomada de consciência, como se diz dizer-se, do que há a exigir dumha obra de arte, seja ela inserida nesta ou naquela escola ou atitude estética. Já muito se disse acerca desse Salão, integrando-o num panorama geral das exposições de Lisboa, e falando-se do triunfo da *arte abstracta*. Com efeito, alguns artistas cuja estética se integrava no figurativo, revelaram-se agora na abstracção. Mas, quanto a nós, longe de significar o triunfo, essa experiência apenas serviu de prova cabal do perigo que exprêita a todos quantos, inclinados a enveredar pelos caminhos apontados sucessivamente pelas modas, transigem com a época de tal forma que comprometem a posição já adquirida, quando não toda a possibilidade de uma futura afirmação. O problema não é de agora e convém esclarecê-lo devidamente.

Primeiro, e antes de tentar aferir o valor ou desvalor da escola, é necessário afirmar que nem todos os artistas podem ser abstractos, porque não é comum a capacidade ou faculdade de abstracção. Esta, pressupõe requisitos inatos e outros adquiridos, cuja especificidade é capaz de caracterizar o tipo físico, além do carácter mental, de tais artistas. Não é por exercícios ou por imitação que será possível realizar uma obra de *arte abstracta*; logo, a atitude do pintor ou do escultor que decide ser um abstracto, está, desde o inicio, comprometida.

A abstracção (no caso particular das artes plásticas), define-se pela captação das imagens que, fora do mundo sensível, não são, portanto, apreensíveis pelos órgãos da visão; o que, desde já, pressupõe a existência de outros órgãos que o vulgo não possui. Além disso, a abstracção implica o adormecimento da razão e a paragem de todo o exercício intelectual, pois, se algo pode garantir uma obra de *arte abstracta*, é a inconsciência do artista enquanto a realiza. Ele não sabe, nem pode supor, qual o aspecto da obra quando feita, senão depois de feita e todo o labor consciente e posterior, será a destruição da obra abstracta, nem quando se limite ao afinamento do jogo cromático ou à definição de linhas e volumes. A obra abstracta é toda realizada em estado de inconsciência, ou então não será abstracta. A capacidade de abstracção, que, no artista, é acompanhada pela faculdade de reprodução plástica,

é uma autêntica faculdade mediúnica e o artista encontra-se, quando desenha, pinta ou esculpe, em transe hipnótico, pois é dominado por forças que lhe paralisam a actividade da razão, reduzindo-o momentaneamente a um puro estado larvar. Ora, a simples observação demonstra que o ser-se *médium* não depende da vontade, nem resulta de exercícios psíquicos mais ou menos industriais e constantes; ao contrário, o *médium* possui qualidades inatas, que qualquer psiquiatra experimentado pode determinar pelo estudo da fisiologia, da caractereologia e da grafologia. O transe hipnótico do artista abstracto é, no fundo, parente próximo do histerismo e a sua obra constitui, portanto, um documento precioso para os estudos psicanalíticos; esta, a valorização compreensível das chamadas arte dos alienados mentais e arte infantil, uma e outra reveladoras de estados de alma não concientializados e determinantes, inclusivamente, de métodos educativos particulares.

Que as obras dos artistas abstractos propiciem um conhecimento pleno da psicologia dumha época (já hoje é fácil verificar, analisando obras abstractas de um ou vários artistas e realizadas a grandes distâncias de tempo, as diferenças profundas que a evolução do mundo e do modo de viver dos povos, imprimiram na alma dos homens, bem como será já possível desenhar, através desses documentos, o esquema das tendências e a sua variação), que tais obras, dizíamos, sejam preciosos elementos de estudo para as gerações vindouras, quem ouçaria negá-lo? O método, Segismundo Freud o enunciou e lhe deu o nome: os *actos falhados*, ponto de partida de toda a psicanálise. O esforço dos Estados, por intermédio dos conservadores dos seus museus, em adquirir por altos preços as obras de *arte abstracta*, tem deste modo a sua mais profunda explicação: arquivam-se documentos capazes de facilitar aos cientistas, aos médicos, aos escritores e aos filósofos, os seus estudos e os seus diagnósticos dumha época.

É de meditar, porém, que as faculdades mediúnicas nunca, como hoje, foram alvo de tanto apreço e carinho, sendo, até, em tempos menos profanos, objecto de cuidados e de tratamentos tendentes a libertar quem de tal padecesse. Aceitemos o fenômeno, porém, como característica de tempos em que o estado normal dos seres é a doença e sua virtude a paciência.

Repetimos, portanto, o que acima dissemos: a capacidade ou faculdade de abstracção não se adquire. Logo, um *artista abstracto* não o é deliberadamente e as viragens de alguns figurativos para a escola abstracta, são apenas leviandades,

puerilidades ou vaidades, de que cedo se darão conta. Aceitando o erro como única via de conhecimento, não podemos, no fundo, deixar de louvar tais atitudes.

Simplesmente, a posição do artista masculino, tende, neste modo, a comprometer-se na sua varonia. A obra de arte degrada-se ao nível inferior ou plástico, é informal, porque fantástica e necessitará sempre da ligação com o artista para ser válida, pois do seu fluido vital não pode separar-se, por não estar dotada dos órgãos necessários a uma vida autónoma. Mas, porque o germen, ou o sêmen da obra está fora do artista e nele se depositou e dele se serviu como forma ou forno de incubação, nesta fecundação, geração e nascimento, que constituem o processo de criação artística, o artista abstracto desempenha o singular papel feminino, alimentador da obra pelo cordão umbilical, sem o qual ela não prevalece.

Ora a arte é, analógica e análogicamente, uma actividade masculina, não uma passividade feminina.

Não se infira daqui a defesa do artista figurativo, apenas por representar ou figurar o objecto exterior. Não. Porque, se a sua actividade é a da passiva reprodução do sensível (cujo arquétipo é o impressionista), em nada difere do artista abstracto, este também reproduutor de imagens, simplesmente fora do domínio sensível, mas existentes em si e por si. Tal confusão, é a mais estranha causa das dissensões entre abstractos e figurativos, empenhados em mutuamente se acusarem de defeitos e inícias comuns e, no fundo as mesmas.

Não nos detendo, embora, na crítica às escolas e correntes do que se convencionou chamar arte moderna, — trabalho, aliás, de necessidade urgente — podemos, contudo discernir nas produções artísticas mais em voga, duas constantes: a negação ou repulsão de toda a fórmula tradicional e a consciente fuga aos processos de intelecção, racional ou intuitiva, das ideias. Ou seja, usando a expressão corrente, o primado da arte sem mensagem.

Para a realização da obra, o artista não sente a necessidade dumha ideia: basta-lhe a emoção, a fiel exteriorização dum estado de alma. O pintor não escreve, o escultor não diz; limitam-se a fazer e satisfazem assim uma deficiente razão estética. Donde, a leitura da obra de arte é deste modo impossível. Ora, repitamos, ainda admitindo graus no ofício do pintor e do escultor, o primeiro, ou o mais baixo, é aquele em que a obra se justifica só por dizer algo, tendo o equivalente literário no exercício de redação; o segundo grau, pressupõe a sugestão dumha ideia ou dum pensamento, a partir de dados de geral entendimento, ou seja, a fabulação; no grau terceiro, ordenar-se-ão convenientemente os elementos da obra, de modo a ilustrar determinada noção ética: é a apologia; o quarto grau, é aquele em que o

A PROPÓSITO DO IMPRESSIONISMO

UMA VISITA AO «JEU DE PAUME»

Museu do «Jeu de Paume», antologia e plenitude do impressionismo. Não é em verdade uma arte profunda. Frívola, então? Só deixa de o ser nos limites: Manet, Van Gogh, Gauguin. Não é possível esquecer a relação do impressionismo com o positivismo. A psicologia, a cosmologia positivistas reduzem-se ambas gnosiológicamente ao elemento fisiológico. A aparência é elevada à categoria de absoluto. No diálogo sujeito-objecto, porém, considera-se e valoriza-se um mediador, os olhos, órgãos fisiológicos da vi-

são. Solitário em face da natureza, eis que o homem se apoia no guia ocular e tenta na análise dos processos visionais desse órgão, encontrar uma ética, uma estética, uma metafísica.

A luz não importa tanto aos impressionistas como símbolo espiritual ou cósmico, do que como reagente da visão. O ciclo fecha-se, limita-se: o conhecimento recusa-se a si mesmo. O que vê, o olho humano? Não o que é, mas o que pode. E não há outra forma de visão. Tudo são impressões fugitivas, momentâneas, condicionadas ao instante, ao observador, ao órgão. Não há razão, não há intuição, não há mito, não há crença, não há sabedoria.

Todavia, não são ortodoxos um Manet, um Renoir, um Sisley e o seu naturalismo é pois um tanto híbrido, suspeito de atavismos e infiltrações. Lampejos de mitos, farrapos de crenças, lembranças de uma racionalidade perdida surgem à flor dos seus impuros sistemas. Seduzem-nos, sim, numa graça que está já para além do impressionismo, naquilo em que Renoir é lírico, em Degas música, em Manet ontologia da aparência. Seduzem-nos pelo talento individual, ainda mais do que pelo gênio da escola.

Manet, eis o impressionista-límite, eis a essência e a súmula de toda uma teoria estética. Dificilmente compreenderá e sentirá o intento e o alcance do impressionismo quem não se recolher perante as extraordinárias pinturas da catedral de Rouen: *harmonia escura*, os efeitos da noite; *harmonia cinzenta*, a tarde parda; *harmonia azul e ouro*, a incidência do sol; *harmonia azul*, a frescura do sol matinal; *harmonia branca*, a aurora.

A catedral não é já um monumento, é um ser vivo em processo de contínua metamorfose. Sob a variação da luz e a sua refracção ocular, eis-la que nos mostra cinco faces, entre outras.

Tal é a ilusão dos sentidos: o Mundo é instável e não decorre de uma verdade ou pelo menos, tal verdade é inacessível. Outra fosse a vista, outro fosse o sol, outra a luz, assim o objecto seria ainda outro, ilimitadamente outro, escapando infinitamente à posse do homem. O quadro, o espaço plástico sustenta esta conclusão, filha legítima das teorias de Kant e de Augusto Comte.

Por quanto tempo se manterá ela? Até que do próprio impressionismo surja a sua condenação, condenação por frivolidade. Não é absurdo, reduzir toda a capacidade humana para conhecer a um só órgão dos sentidos? Ou apenas aos sentidos? Eis que um Van Gogh, possesso de natureza, uma natureza eminentemente terrestre e solar, abate as fronteiras entre sujeito e objecto, abate qualquer espécie de medidas, abate o bom senso do pintor em face ao modelo. Não há pintor e não há modelo. O homem identifica-se com a natureza, o homem é o sol e o húmus, o homem é sujeito e objecto, pintando a paisagem, pinta-se a si mesmo e pinta também Deus.

F. MORGADO

Um pantheísmo rude, espontâneo e primitivo, visando sómente a exprimir a energia vital que tudo faz mover, as searas, as estrelas e os camponeses. Um possesso que destrói todas as hierarquias: e que os deuses castigarão com a loucura. Quem contempla a luz de demasiado perto, cega: e Van Gogh tinha apenas consigo uma primitiva espontaneidade, não uma lúcida sabedoria.

Ao invés, Gauguin, parte em busca da sabedoria, menos pela exaltação da alma, como fez Van Gogh, do que através de uma experiência simultaneamente vital e espiritual. Se o positivismo ambiente aniquilou as formas do mito, se o mito se esvai perante a análise e a dedução, a lógica e a razão, urge procurar outro ambiente, pré-positivista, onde os homens vivam pelo mito, sustentados pela magia, habitantes de uma natureza misteriosa e fiéis de uma divindade ainda eloquente. A que distância estamos agora dos grupos familiares e burgueses de um Manet, das frescas parisienses de um Renoir, das dançarinhas da ópera e das prostitutas de Montmartre de um Degas ou um Toulouse-Lautrec! Seres misteriosos, agora, integrados no rito e no mito, uma paz reencontrada! A paz de poder viver num mundo que não se fecha na aparência, que não se completa com a rotina do quotidiano, que não se contenta com a visão dos sentidos — um mundo aberto à irrupção do sagrado.

Gauguin disse-o e viveu-o. Mas aqui, no «Jeu de Paume», a sua mensagem parece perdida, como a de Van Gogh: os museus dissolvem a verdade na variedade.

A. Q.

A PROPÓSITO DE PICASSO E DA ARTE ABSTRACTA NO MUSEU DE ARTE MODERNA DE PARIS

Esta visita ao Museu de Arte Moderna de Paris confirmou-nos várias hipóteses e suspeitas. E algumas intuições, também. Assim, como Picasso nos pareceu frágil e falso! Os seus quadros estão expostos numa grande sala, ao lado de outra consagrada a Braque. Sem dúvida, este é mais autêntico, mas torna-se cada vez mais difícil distinguir a verdade da sua contracção. Picasso parece essencialmente um habilidoso, isto é, um pintor com mãos e sem doutrina, com sentidos, mas sem espírito. Personalidade eminentemente destrutiva, que principios pretende derrubar?

Antes de todos, o princípio da arte como ponte lançada entre o imanente e o trancendente, como via real de um aquém para um além. As suas pinturas morrem por falta de vida. Não circulam o sangue, o movimento e o ritmo da existência. Aniquilando a fonte, permanece apenas o rictus petrificado do cadáver. Recusando uma aparência em que ao menos há o calor da raiz

vital, ei-lo que inventa uma outra que é só aparência: a carne decompõe-se, o mapa corrompe-se, no domínio do gratuito, não se atinge sequer uma visão do nada. Só existe ele, Picasso — e a sua habilidade é o seu deus. O símbolo das suas obras é a indigência que pode atingir o espírito humano. Indigência que serve aos dissolutores — mas é inevitavelmente recusada pelos construtores. Em períodos de autodestruição, de caos, de decadência civilizacional, os Picassos são bem-vindos. Em períodos construtivos, são desprezados e a sua existência é mesmo impensável.

É preciso ter perdido todas as ilusões na existência de um Deus ou na presença de uma transcendência, é preciso ter voltado as costas a toda e qualquer filosofia criacionista que encontre princípios explicativos do Universo, para um Picasso ser aceite tal como se apresenta. As suas obras lembram as descrições do mundo caótico, por Empédocles, antes da ordenação dos elementos: braços, pernas e órgãos misturados numa indescritível confusão.

A coberto do prestígio da Arte Moderna, é apontado como um respeitável decano. Mas temos a coragem de revelar o sofisma: se a Arte não é a Religião, poderemos aceitar a Arte Moderna, parcelarmente, mas não como totalidade. Se Religião fosse, o dogma proibir-nos-ia a livre crítica. Picasso, o cubismo, o abstracionismo, não são dogmas da Arte Moderna: tão-só intentos que temos o direito de considerar fracassados e moribundos. Um caminho esgotado. Um grande equívoco, de que saímos mal feridos.

Enquanto os homens tiverem em si a capacidade de pensar e imaginar, a pintura — só pintura é o inconcebível jogo de uma época de suicidas, o episódio sangrento da guerra do corpo contra o espírito. Representativo, por isso mesmo? Povoa a ópera e a ópera é ao máximo limite. Para o aceitarmos como tal, teríamos no entanto de assumir a arte como documento social. O que não nos é possível.

Abstractos, abstractos, mais abstractos... Meia dúzia de salas, um pesadelo de cores, uma indisposição da sensibilidade. Esta parece ser o último refúgio dos pintores, tal como o lírico é dos poetas. Que saudade da imaginação, essa demíúrgica criadora de símbolos e de mitos! O surrealismo foi o seu último estertor, mas enquanto de Salvador Dalí este museu nos mostra apenas um quadro, os abstractos não têm conta: quantos restarão, daqui a dez anos? A batalha parece perdida, mas eis que o próprio museu, erguido ao prestígio e à glória da Escola de Paris, deixa entrar no seu reduto um cavalo de Tróia: Ulisses chama-se agora Nicolas Schöffer e a sua máquina produtora de infinitas combinações plásticas e abstractas num ecrã, vem mostrar que a arte está agora ao alcance de uma técnica mecanicista. «Esculturas espacial-dinâmicas com projeções móveis»: podemos tranquilamente entregar a produção de obras de arte aos engenheiros. Produção infinita. O comprador limitar-se-á a escolher de acordo com o estilo dos seus móveis ou a cor das paredes da sua sala. O ciclo está completo.

A. Q.

INAUGURAÇÃO EM PARIS DA EXPOSIÇÃO «LES SOURCES DU XX^E SIÈCLE»

No Museu Nacional de Arte Moderna em Paris inaugurou-se no dia 4 de Novembro, uma exposição organizada pelos oito países membros do Conselho da Europa, sob o alto patrocínio do Ministério Encarregado dos Assuntos Culturais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e com o concurso do Museu de Arte Moderna e da Associação Francesa de Ação Artística.

Aquela exposição está começando a chamar a atenção de todo o Mundo culto, porque apresenta as obras mais representativas dum época (1884-1914), num valor aproximado de 15 bilhões de antigos francos, dos quais se atribui à França o montante de 6 bilhões.

Os organizadores da referida exposição, à frente dos quais se encontra o senhor Jean Cassou, Conservador em chefe do Museu de Arte Moderna de Paris, apelidaram-na de «Les Sources du XX^E siècle», não só porque contém tudo o que há de mais representativo das Escolas que apareceram entre 1884 e 1914, respeitantes à pintura, escultura, arquitetura, mobiliário, etc., etc., como também porque se considerou que o tempo que mede entre 1884 — data que marca a fundação do Salão dos Independentes e por consequência a primeira manifestação do Néo-Impressionismo e 1914 —, data que correspondeu ao começo da Grande Guerra, que pôs fim a esse período de tempo que se considerou como uma época feliz, como uma das épocas mais ricas da história do gênio artístico.

Naquele espaço de tempo, nasceu e viveu o chamado estilo moderno, o estilo atribuído ao século XX.

Aquela exposição seguiu-se, portanto, a outras que foram também organizadas pelo Conselho da Europa, que começaram por uma primeira em Bruxelas dedicada ao Humanismo, outra ao Maneirismo em Amsterdam, outra ao século XVIII em Roma, ao estilo Rococó em Munique e ao Romantismo em Londres.

Estivemos no dia da inauguração no Museu das Artes Modernas, situado no Trocadero. A exposição tinha sido acabada de inaugurar por André Malraux, e ainda as meninas da Escola de Belas Artes andavam colocando ao lado dos quadros a respectiva numeração do catálogo. Ainda se respirava o cheiro das tintas, ainda se davam os últimos retroques.

Tivemos uma sensação plena de euforia, quando passámos pelo pórtico da estação do Metro de Montparnasse que figura na exposição e avistámos logo uma série de obras-primas vindas de todas as partes do Mundo pela primeira vez reunidas e que talvez nunca mais se consiga ver juntas.

Obras de Picasso, entre as quais o célebre quadro «Les Demoiselles d'Avignon» no valor de 500 milhões de antigos francos. Obras de Manet, Monet, Van Gogh, Cézanne, Toulouse-Lautrec, Van-Dongen, Kandinsky, Rouault, Macke, Renoir, etc., etc., encinham dezenas de salas 764 quadros dos mais representativos pintores, pertencentes quase todos às conhecidas Escolas: Nabismo, Fauvismo, Cubismo, Futurismo, Dadaísmo, Surrealismo, Expressionismo, e de diversas formas dos Abstractos; estavam a ser admirados por um público numeroso convidado a assistir à inauguração da exposição, à qual já se apelidou de «Exposição do Século».

Mas além das telas de pintores célebres, também se pode admirar peças preciosas, representativas de um mobiliário que fez a sua época. Destacam os móveis de Mackintosh, de Mackmundo, de Horta, de Vallin, de Gaillard, etc., etc.

Também admiramos lindos pratos, colheres, copos, cerâmicas, jóias, etc.

O total de artigos expostos, desde quadros a maquetes de edifícios dos mais representativos da época, atinge o número de 1.346.

Aconselhamos pois a todos que possam ir a Paris, a visitar essa maravilhosa exposição que está aberta até 23 de Janeiro.

A. C.

NOVE PROPOSIÇÕES VERBAIS

O substantivo relaciona-se com o verbo, como o dormente se relaciona com o desperto. O substantivo puro, expressão de uma substância particularizada, não equivale ao estado de morte, porque uma vida nele fervilha, para além da infidelidade que em si mesmo representa: integrado na oração, é dinamizado por um verbo, e assim se restabelece, o acordo entre a linguagem, e a realidade de uma existência movente e múltipla. Uma triunfante corrente filosófica isola porém, isola ou abstrai o substantivo, da oração ou recusa-se a verbalizá-lo, e assim a filosofia quis-se, em certa linha de tempo e em certo espaço, uma meditação sobre a substância ou sobre a essência. Uma meditação sobre o dormente ou sobre o potencial inerte. Abusivamente, considerou-se que era esta a tradição da filosofia ocidental: substantivou-se o ser; e, perdendo este a sua qualidade verbal, limitou-se o conhecimento, encerrado em limites cujo mais baixo símbolo é o corpo. Substantivou-se primeiro, com o idealismo franco-germânico; co-sificou-se depois, com o positivismo; por último, utopizou-se, na simbiose com a dialéctica da unidade. No limite deste caminho, reconheceu-se com um espanto não destinado de ingenuidade, que a existência negava ou era negada por este ser substantivado, esencializado. A filosofia ajustou-se às novas categorias do existencialismo, mas dir-se-ia que não aproveitou ainda inteiramente a lição: o processo de verbalização nem por isso se acelerou, ao fazer-se depender a essência, da existência. Substantivavam-se as ideias e os objectos. Substantivam-se agora os sentimentos, considerando-se que estabelecem melhores relações, do que as puramente racionais, entre o pensamento e a realidade. Enriqueceu-se sem dúvida a perspectiva filosófica — e podemos mesmo supor que a admissão dos sentimentos ao tesouro gnosiológico do homem é um primeiro e tímido passo para o uso integral da psique, que a psicologia das profundezas vem propondo sem êxito aos metafísicos.

Segundo no entanto a tradição da filosofia portuguesa, é refletindo sobre os verbos que será possível compreender como ao conhecimento da verdade se antepõe ou se sobrepõe um lento e seguro descobrir de véus, que em nenhum momento pode deter-se sobre uma substantivação dogmatizada. Uma filosofia de movimento necessariamente se constrói em linhas diferentes das filosofias conceptuais, em que os conceitos, procedentes embora de uma verbalização, tendem porém a substantivar-se como seres inertes. Menos precisamos com efeito de uma metafísica, do que de uma dinâmica verbal que a todo o momento assegure o movimento de espiritualização das almas e dos seres.

Postas estas breves considerações iniciais, abordemos nove proposições verbais da existência humana, que articulamos em três tríades interdependentes: não temos outro propósito, senão oferecer aos leitores alguns secundários temas de meditação, cuja chave ou síntese cada um encontrará dentro de si, conforme é sabido não ser a relação nove-dez, objecto possível de demonstração. Nesta época de abuso de simplificação e de sombria claridade cartesiana cabe duvidamente reconhecer que a vida não pode reduzir-se a esquemas binários como os que o culto da vontade impõe à filosofia e à po-

lítica e cuja única solução se considera ser a da guerra, ou seja, a da eliminação do outro termo.

1. Agir, opinar, saber

A moral, que é a substantivação da necessidade humana de agir, fornece certas fórmulas que, substantivadas também, na realidade, não satisfazem as exigências imprevisíveis que a vida constantemente coloca em frente de nós, como um desafio. Moral religiosa, moral política, moral social pretendem traduzir princípios éticos, inefáveis e inexpressos, cujo fundamento se reclama de uma ou outra concepção da verdade. A distância, por vezes infinita, entre a moral e a ética, entre o costume e a sua lei, manifesta-se em duas instâncias. Na primeira, a pluralidade das teorias e dos cultos num mesmo tempo e num mesmo espaço, impõe pouco a pouco uma legislação moral de compromisso: assim, o tipo de ação em que somos obrigados a mover-nos não deriva por necessidade lógica de uma interpretação do mundo, mas de numerosas interpretações, cada uma das quais teve de ceder a sua quota-parté. A um pensamento híbrido corresponde uma moral híbrida e uma ação híbrida. É o mundo em que vivemos, é a atmosfera das nações ocidentais. O direito que limita a liberdade de agir de cada um, é filho de um amálgama onde não sabemos o que é mais absurdo, se a demissão da filosofia, se a demissão da religião, que, ambas, para subsistirem, aceitam o compromisso. As virtudes que se recomendam são substantivas, como por exemplo, os relacionados com a bondade ou a solidariedade. Porém, a regra de ação dificilmente é regra de agir: ser bom e ser solidário é uma exigência pragmática a que falta o principal, o predicado, já que as situações são inúmeras e múltiplas. Importa agir, mas que conselho interior nos pode ser útil, se não sabemos os limites do dar e do precisar que se diversificam em cada relação um-outro? Na dúvida, seguimos o convencional, a esmola, por exemplo, ou o voto ou a adesão política. Individualmente, opinamos que tal acto será o mais benéfico ou o mais solidário. Face ao substantivo inverbalizado, nada mais temos a nosso favor, do que uma opinião empírica, gratuita e inconsistente. No extremo da lucidez de semelhante situação, Jean-Paul Sartre dá valor metafísico à opinião, desligando-a por completo dos resquícios filosóficos ou culturais que ainda a suportavam, mesmo hibridamente. Agir é para o autor de *O Ser e o Nada*, algo de gratuito e opinioso, sem verdade ou essência de que se reclame, além de uma fidelidade absurda ao próprio conteúdo de determinada escolha de ação. Em última análise, a liberdade de agir será a expressão de uma certa inclinação anímica, assente na vontade e não na inteligência. A vida será pois um conflito de vontades, uma desagregação de seres, amplamente justificada pela teocracia do nada que a adopção geral da sua doutrina fatalmente imporia.

Se a grande massa das pessoas

no mundo ocidental age a partir de um opinar desagregado e individual, procurando baldadamente conciliar a moral substantivada e híbrida com a realidade movente e múltipla, o que resulta na paralisação espiritual a que vimos assistindo, culturas há, não ocidentais, e vastas zonas ainda do mundo ocidental, onde a ação é conduzidas noutras coordenadas, não mais eficientes.

Na verdade, onde a moral se aproxima da ética, é mais pleno, eficaz e fecundo o agir dos homens? Abordamos aqui o crucial paradoxo das ortodoxias, paradoxo este que acompanha o mesmo esquema. O paradoxo reside em que precisamente parece inconcebível a infinita disponibilidade dos homens para a verdade, com a substantivação dogmática que pretende assegurar-lhe contra as forças da falsidade e da mentira. Forças da falsidade e da mentira, bem o sabemos, que são a verdade de outros, mas antes de entrar na antinomia de subjectividade e objectividade, examinemos o problema prévio, admitindo a verdade potencial da ortodoxia. Mesmo neste caso, podemos guiar-nos por uma moral? A ortodoxia afirma uma verdade e, dessa verdade, parece poder derivar-se lógicamente uma moral, uma ética, uma regra de ação. Assim é nos países onde a Igreja domina o Estado, como em certos estados islâmicos e orientais ou nos tempos do poder temporal da Igreja Católica; assim é, igualmente, nos países onde esse substituto da religião que é Metafísica se apodera do Estado, como nos governos de inspiração hegelina, de direita ou de esquerda, quais sejam os fascismos e os socialismos, nacionais ou internacionais, que sucessivamente dominaram os estados germânico ou italiano, russo ou chinês.

Eliminando o impulso interior para um agir individual, estes estados idealistas tentaram conciliar os interesses respectivos do indivíduo e da sociedade, formulando ortodoxias e regras de conduta moral, escolástica ou dialéticamente derivadas de uma grande Ideia unitária e de ateísmo mítico paradisíaco. Surgiram então os catecismos e as cartilhas onde a personalidade dos cidadãos é traçada *a priori*, não importando se contraria às mais profundas realidades das almas e dos espíritos. E o problema reconstrói-se, como nos estados ditos democráticos, onde vigora a moral de compromisso: catecismo e cartilha poderão acaso arcar com o peso imenso da multiplicidade e do evolucionismo? O que se cede à sociedade em prejuízo da relação singular da vontade humana com a específica estrutura psíquica que a suporta, é de perto ou de longe compensado com a ordem externa e o progresso social que se invocam?

Afigura-se-nos óbvio que a tensão assim criada mais tarde ou mais cedo explode em situações de guerra, quando não estagna em estatutos de miséria espiritual bem evidente. O recurso do Estado, seja religioso ou laico, a um ajustamento do ideal ao real através de descentralizações, decretos, regulamentos, exceções, é ainda um recurso à opinião, já que os

postulados idealistas do sistema são mantidos na íntegra, mesmo quando contraditados na prova decisiva da experiência.

Que opinião? Eis a divergência: enquanto nos países ocidentais, ainda a opinião individual faz lei, capaz como é, de subsistir no labirinto legal das instituições — nos países «de sistemas» ou totalitários faz lei a opinião dos chefes ou responsáveis, considerados como autoridades em matéria de interpretação dos livros sagrados ou das obras capitais da filosofia política.

Se acrescentarmos que naquelas nações existem parceiros organizações religiosas ou políticas que, não se identificando com o Estado, aceitam no seu seio as mesmas linhas destas últimas, aspirando a converter o resto das pessoas ao seu modo de pensar, completamos um panorama social da época moderna em que é patente uma contradição trágica.

Na verdade, a máxima exigência metafísica, de idealismo, unidade e universalidade, dificultada no seu processo pelo mesmo húmus de uma existência imprevisível e inlegível, acaba por ter de se apoiar, não na necessidade, mas na contingência, não no saber, mas na opinião avulsa dos indivíduos ou dos chefes — uns e outros mal preparados para agirem de acordo com uma teleologia onde as infinitas e diversas energias vitais da multiplicidade vivente, se harmonizem a fins que efectivamente as supõem e as transcedam.

Conclui-se das nossas palavras que do agir opinioso deveremos ou deverímos passar ao agir sábio, e imediatamente se repará a velha desconfiança quanto à possibilidade de um saber garantido por verdades efectivas. Quanto a nós, todavia, não é esta uma dificuldade intrínseca: a maior dificuldade residirá na força de resistência das ortodoxias e dos sistemas, que na abertura para um ilimitado saber, se colocariam em situação de tal modo perigosa, que logo seria insustentável. O saber limitado, o saber com as fronteiras rígidas do sistema, repousa sem dúvida as mentes, que no trabalho encontram o estupefaciente capaz de equilibrar a invalidade dos modos de agir. Mas o saber *a priori* limitado é o não saber, e representa verdadeiramente o impacto do nada sobre a vida. Agir no saber, para o saber e pelo saber? Sim, eis o único caminho capaz de harmonizar as vontades divididas e conflituosas do nosso mundo trágico e ridículo. Trágico de frustração. Ridículo de desproporção entre um corpo que continuamente aumenta de força e de estatura, e uma cabeça que parece diminuir na ressaca destes séculos de falácia filosófica. O que é, porém, o saber, e como, contrariando o mero opinar, se lhe adequará o agir?

2. Subjectivar, objectivar, relacionar

Certo nos parece ser que esta incerteza no agir, característica do nosso tempo, incerteza esta que transfere a decisão para a zona mais sombria e desconhecida da alma, para o impulso anímico

apenas medido e limitado por uma moral de compromisso, ou ainda que a transfere para o rígido corpo dogmático de um sistema, mantido e regulamentado pela autoridade, disciplina e chefia, certo nos parece ser, dizíamos, que esta incerteza no agir tem a sua origem na instabilidade do saber, que envolve de sombras as consciências, quando a problemática metafísica invadiu e ocupou as velhas e ingênuas crenças de tempos passados. Não é o lugar para desfiar o rosário das causas, para acusar os excessos de ortodoxia ou para atribuir ao espírito escolástico e dominicano responsabilidades de um fenômeno que se situa únicamente no mundo ocidental, mais precisamente nos países latinos e germânicos, de onde irradiou para o restante da humanidade.

Na verdade, o homem encontra-se em situação instável, quando deixa de poder orientar-se no universo em que vive. Olha em sua volta e depara com outros seres, coabitando com ele na mesma casa. Quem são e como conhecê-los? Atente-se na viragem das posições. Enquanto o essencial relaciona era a transcendente, e o diálogo se travava epopeicamente entre o baixo e o alto, entre o homem diminuído e o Deus redentor por transcendente mediação, o universo físico dos seres era apenas um campo de experimentação ou de procura alquímica. A nota dominante da alquimia não era a conceptual, mas a activa: não desejavam os homens reduzir a fisis à ideia, mas por assim dizer verbalizá-la e espiritualizá-la por um engenho que era simultaneamente magia e oração. O mundo físico era o terreno do sagrado e por conseguinte a dialéctica ontológica do subjectivo era impensável: como, sem a assistência sobrenatural, poderia o homem arrogar-se a conhecer as veras relações entre os seres?

Ao estabelecer-se porém a metafísica como actividade puramente mental, imanente e humana, desde que a escolástica desenvolveu a problemática da razão e da fé, estavam desde logo lançados os fundamentos de uma construção cujas paredes mestras seriam cartesianismo, kantismo, idealismo e positivismo. Dois verbos passaram a dominar a filosofia: subjectivar, objectivar.

Subjectivar, reduzir o mundo aos quadros mentais do sujeito observador, considerar como impossível o conhecimento objectivo. Objectivar, compreender ao mesmo tempo a imperiosa necessidade de fazer explodir as grades deste cárcere egolátrico.

Nestas linhas alternadas foi decorrendo o pensamento europeu, até que nos grandes sistemas idealistas a antinomia se quis resolver ficticiamente por uma declaração de princípios: a identidade entre o ideal e o real. Da impotência, fez-se nascer pois a arrogância: incapaz de conhecer, eis que o homem atribui categoria de realidade absoluta ao seu próprio pensamento e julga poder resolver todos os paradoxos e antinomias da vida através de sistemas racionalmente concebidos, sistemas estes que, uma vez pragmáticamente aplicados em política, forçam a humanidade a adaptar-se-lhes para que o dogma não seja desmentido. Assim o saber se anula na vontade. Objectivar não se dissolveu na operação única de subjectivar, mas passou a ser-lhe submisso feudal: o mundo dos objectos, homens, animais, natureza, perdeu a sua independência e a sua libe-

dade, porque a Ideia se lhes sobrepõe. O sujeito ou o sistematizador ou o ditador da sistematização desconhece os seres-objectos que o rodeiam, mas declara-se legislador e integra-os em actividades que são o próprio funcionamento da sua subjectividade racionalizada. Tal como a natureza perde a sagrada liberdade que o pensamento totémico simbolicamente lhe concedia, assim os homens, querendo ser os sujeitos dominadores do real pelo ideal, se colocam em posição de, por sua vez, serem os objectivos do sistematizador que os subjectiva.

O saber degrada-se em técnica: a metafísica apresenta-se como técnica de domínio mental ou espiritual; a antropologia e a psicologia, como técnicas de domínio pessoal ou animico; a cosmologia, como técnica de domínio sobre a natureza ou sobre o corpo.

O saber é agora uma profunda e dogmática crença no não saber. O lugar de Deus é ocupado pelo Nada, desta forma se substituindo um desconsiderado absurdo positivo por um considerado, mas impensável absurdo negativo. Este foi o destino da metafísica, propiciado originariamente por más traduções e interpretações dos textos platónicos e aristotélicos.

Como se procurará resolver, porém, a antinomia do subjectivo e do objectivo, que inquinou irremediavelmente esse pensamento europeu, de que ora podemos não ser já os passivos tributários?

Muitas correntes modernas procuram ultrapassar uma dialéctica dominada sem dúvida pelo pre-conceito-crença racionalista: com efeito, duvida-se cada vez mais de que a razão possa restabelecer os laços perdidos entre o sujeito e o objecto. E assim, a filosofia posterior a Hegel vem-se esforçando por trazer à luz novas funções gnosiológicas.

De entre estas, são particularmente notáveis, quanto a nós, a intuição, base das correntes da filosofia francesa dominada por Bergson; a imaginação ou a concepção da filosofia como arte, desenvolvida por Fernando Pessoa e sobretudo por Álvaro Ribeiro; a consideração da globalidade das actividades inconscientes, exposta filosóficamente por Jung e os seus sucessores; o sentimento, diferentemente valorizado em correntes que dão valor metafísico a uma ou outra forma de sentir: seja a angústia, na linha cronológica Kierkegaard-Heidegger-Sartre; seja a saudade, no pensamento de Teixeira de Pascoais e dos seus discípulos; seja a fé filosófica, de meditação existencial, na renovação cristã que quase simultaneamente irrompeu em vários países — com Leonardo Coimbra em Portugal, Karl Jaspers na Alemanha ou Gabriel Marcel em França.

Perdoe-nos o leitor esta breve e limitativa digressão académica. A que verbo se podem ligar todas estas correntes pós-kantianas e pós-hegelinas, todas elas procurando a seu modo ultrapassar a antinomia sujeito-objecto e a dialéctica ideal-real?

Em nossa opinião, elas intentam relacionar: relacionar os planos do ser, divididos e divorciados, relacionar as funções antropológicas entre si e com o múltiplo universo exterior, relacionar o finito com o infinito, relacionar a imanência com a transcendência, relacionar o nominado com o inominado, relacionar o visível com o invisível, relacionar enfim o sujeito como objecto com o objecto como sujeito, o que anula e desfaz a antinomia. Esta dependia de se considerar unicamente a esfera racional, fria, abstrata ou matemática. Uma vez que se atinja a evidência de um profundo e fundo relacionar dos seres coexistentes, em todos os planos, géneros

e espécies, teremos renovado e aberto os trilhos de um saber garantido e verbal.

Encontramo-nos hoje no limiar de tal saber, que se deseja passe do campo das «élites», para mais vastas manchas humanas, através de uma pedagogia adequada. Sem o saber, agir é verbo irreflectido, gratuito e criminoso. Todavia, os maiores obstáculos se levantam perante tal pedagogia. Quais são esses obstáculos e quais as razões da sua persistência?

3. Libertar, justiciar, amar

Os homens não desejam a liberdade e a justiça, abstrações invocadas, substâncias de tão vago contorno que se torna impossível atribuir-lhes qualquer carácter de universalidade: os homens desejam ser libertados dos entraves ou problemas que obstante à sua progressão anímica e espiritual, mas cada homem, como cada povo, tem diante de si diferentes entraves e problemas. Não basta pois que uma Constituição afirme a liberdade, é preciso habilitar as pessoas a uma constante acção libertadora, no sentido de que a cada alma sejam dadas as condições de procura da sua própria forma de comunicação espiritual e intelectual: sejam dadas tais condições por todas as vozes que ao longo do caminho pretendem impor-lhes uma «verdade» fixa e circunscrita, sejam dadas tais condições, até pelos mestres que lhes abrirmos os olhos para a realidade.

A afirmação substantiva da liberdade, como é dogmatizada pelas ortodoxias políticas entra imediatamente em dialéctica com a afirmação substantiva da justiça e, na conciliação que se procura, ambos os conceitos se degradam e perdem. Não há que limitar a liberdade em nome da justiça. Não há que limitar a justiça em nome da liberdade. Perdendo inevitavelmente o sentido predutivo e concreto estas palavras passam a significar bandeiras de ódio: prende-se e mata-se em nome da liberdade e da justiça. Guerreia-se. Pior: conduz-se o espírito para o campo da luta de vontades, em que se estiola e se converte em mecanismo de autodestruição.

A justiça, traduzida pelo direito, coarta evidentemente o livre evolução humano, porque se vê obrigada a uniformizar o que na realidade não é uniforme.

Com efeito, a multiplicidade é a condição dos seres humanos: diversificados pelos sexos, pelas pátrias, pelas raças, não podem ser tratados idênticamente por um direito abstracto e por uma pedagogia abstracta. Se, porém, substituíssemos o substantivo pelo verbo, justiciar seria objecto de uma pedagogia esclarecida e os estados poderiam transferir parte das suas responsabilidades mais pesadas. Nesse caso, o justiciar aproximaria-se tangencialmente do libertar, porque o limite do agir proviria de dentro, não de fora; da consciência, não da autoridade.

As mentalidades de formação jurídica e positivista tendem evidentemente a considerar utópico este modo de pensar, mas não reparam até que ponto a nossa vida actual resulta de uma utopia bem mais grave, porque realizada negativamente — a de um direito e de uma pedagogia totalmente inadequadas à antropologia e aos princípios e fins de uma filosofia do movimento.

Compreende-se por conseguinte como uma tal dialéctica da liberdade e da justiça se opõe ao efectivo enriquecimento do saber, se é o qual o agir é apenas uma possibilidade imatura. Se o pensamento da liberdade leva ao esmagamento da minoria intelectual pela maioria social e ao triunfo das forças

de tipo físico, numérico e material, ficando pois o saber relegado para um lugar insignificante no xadrez dos grupos sociais, o pensamento da justiça por sua vez, ao criar um direito mais rígido, apoiado num poder executivo mais forte, é obrigado a conceber a humanidade, não pela multiplicidade real e pela hierarquia dos espíritos e das inteligências, mas por uma uniformidade puramente fictícia, calculada por um critério de nivelamento em que as exigências primárias e inferiores sobrelevam as mais subtis e superiores. Matematicamente, o esquema parece lógico, mas a verdade é que, levando ao desaparecimento progressivo dos homens sábios e justos e à entronização dos mandatários do sistema e da lei, nos arriscamos a criar uma humanidade no arquétipo dos grupos animais, que não têm reacções individuais, mas reacções de espécie. Como porém, os homens não são animais, os países ditos mais avançados nestes respectivos campos apresentam hoje crescentes e assustadoras índices de suicídio, de loucura, de alcoolismo e de todo o género de doenças psíquicas e males fisiológicos deles derivados.

Liberdade e justiça dirigem-se aos indivíduos como projectos ideais; direito e lei, às pessoas como representações ou máscaras sociais. Verbalizando estas expressões, isto é, procurando adequá-las dinamicamente ao concreto, encontramos que indivíduos e pessoas são incaracterizáveis por qualquer forma de unidade ou essência metafísica. A operação mental e filosófica que se exige pois hoje, neste período de ressaca da grande e ilusória exaltação metafísica, é pensar a partir dos dados antropológicos, dando por conseguinte um lugar inteiramente diverso à ontologia.

A mais superficial analítica existencial é obrigada a reconhecer como princípio da antropologia, a multiplicidade. Que esta possa mítica e teleologicamente redimir-se em unidade, de acordo com um dos mais antigos sonhos do homem ou que, de outro ângulo, a redenção seja como que uma conversão da multiplicidade diminuída em multiplicidade superada, permanece no entanto que há sexos e estes, sendo inconvenientes, representam arquétipos de individualidade radicalmente distintos. Como o não entende o pensamento da liberdade e da justiça? Por abuso de abstração ou substantivação, a filosofia não considerou esta situação e deixou pois de poder exercer-se através de proposições verbais efectivamente libertadoras e justiceiras. Distintos como são, os sexos aproximam-se porém, e uma força carnal, cósmica, inefável, os reúne de modo tão profundo, que o próprio mistério da criação se reproduz neste encontro. O esquema dual era pois incompleto e só quando dinamizado na permanente relação com o amor teria possibilidades de tomar uma outra via, mais humana e verdadeira.

Tal como hoje se propõem, direito e lei traduzem a falta de uma meditação sobre o mistério do amor e o enigma dos sexos, quer dizer, passam ao lado do que é fator dos maiores dramas e também das maiores alegrias, dos maiores impedimentos e das maiores causas de frustração da existência humana. Pode dizer-se, sem irmos demasiado longe na análise, que enquanto os fins próprios de cada sexo, enquanto a verdade e a realidade do amor, enquanto o autêntico conteúdo verbal do casamento e do matrimónio não forem integrados nos esquemas mentais do nosso tempo, a dualidade abstracta dos conceitos de liberdade e justiça não impedirá a situação de escravidão real e de frustração

evidente em que vivem homens e mulheres, sem que as mudanças de regime, de governantes, de sistemas políticos consigam alterar essa situação basilar e trágica.

Se o amor é a possibilidade mitica de aproximação dos sexos, se o amor é a multiplicação e a garantia da continuidade da vida, se o amor, apelando poderosamente para a elevação dos sentimentos e a transcensão das qualidades anímicas, resolve em parte o problema da solidão, inibitória da tranquilidade espiritual, somos obrigados a reconhecer que a sua expressão social e jurídica, está longe de poder garantir as doutrinas redentoristas. A realidade da guerra dos sexos, mantida por uma legislação que em múltiplos aspectos desajusta homens e mulheres da sua verdadeira vocação, torna impeditiva aquela luta pelo saber em que centralizámos a nossa meditação.

Perde-se nas famílias o ambiente próprio à meditação e à aventura espiritual, porque outros valores são impostos no actual processo de matriarcado em que parecemos mover-nos. A conquista das vantagens materiais e sociais sobreleva pois o descobrimento das verdades. Não há liberdade, não há justiça, quando a mente a si mesma se aprisiona e se dirige para esquemas mecânicos e dogmáticos, conservados e mantidos propulsivamente em nome daquelas vantagens.

Se o destino transcendente do amor é o filho, isto é, a multiplicação, a projecção para o futuro

pelo verbo, é mais do filho espiritual que se trata. Se a reunião do primeiro e do segundo em todas as ocasiões produzir o terceiro, fundamento do amor, há no mundo uma possibilidade de acção redentorista e a teologia virtual dos mitos tem equivalente numa existência dinamizada.

Nove proposições verbais... Como agir? Agir, não pela opinião, mas pelo e para o saber. Como saber? Saber, não o que é subjetivo ou o que é objectivo, mas o que se garante num contínuo relacionar de planos. Como, enfim, relacionar? Relacionar, não pela dialéctica da liberdade e da justiça, mas no arquétipo do amor e sobre o alicerce sólido de uma adequada vocação sexual. O décimo elemento, de síntese, é simultaneamente pessoal e inefável e não saberia ser especulativamente exposto numa filosofia e numa pedagogia. Porque os homens em verdade, para ascender segundo uma exigência plural que nunca poderia ter a finitude de qualquer sistema, aspiram por um novo modo de filosofar e o seu necessário complemento, uma nova pedagogia, de ambos dependendo as realizações políticas e sociais que hoje abusivamente ocupam o vértice cimeiro da hierarquia.

O verbo é a garantia do movimento, se a alma for interpretada e dirigida pelo espírito. Meditações como estas são um momento — não um fim ou um princípio — e só assim o futuro é efectivamente uma realidade mais alta ...

Companhia Nacional de Navegação

SEDE — R. do Comércio, 85 - LISBOA

SUCURSAL — R. Infante D. Henrique, 63 - PORTO

Assegura a ligação entre Portugal e as Províncias Ultramarinas de África e Oriente, com escala prévia pelos portos do Norte da Europa.

COMODIDADE E CONFORTO

FROTA DA C.N.N.

Navios de passageiros	Tons. D.W.	Tons. desloc.
MOÇAMBIQUE	9.423	18.220
ANGOLA	9.550	18.250
NIASSA	9.705	16.330
QUANZA	6.230	11.550
ÍNDIA	6.655	11.677
TIMOR	6.655	11.677
ZAMBÉZIA	1.857	3.538
LURIO	1.857	3.538
SAVE	1.330	2.680
Em construção:		
PRÍNCIPE PERFEITO	—	20.000

Navios de carga	Tons. D.W.	Tons. desloc.
SOFALA	12.145	18.520
MOÇAMBIQUE	9.120	12.990
ROVANA	9.120	12.990
S. THOMÉ	9.050	12.550
NACALA	3.370	5.130
TAGUS	1.630	2.320
CHINDE	1.543	2.592
ANGOCHE	1.532	2.581

PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADE FUTURA

(Continuação da pág. 6)

E o próprio Fustel de Coulanges quem nos diz que «os nossos últimos cento anos mostram-nos claramente como uma das grandes dificuldades a opor-se à marcha da sociedade moderna, está neste nosso inveterado costume de termos a antiguidade grega e romana sempre diante dos olhos». Não significa isto que as antiguidades grega e romana não derramassem na latidão por uma forma válida, perene e criadora, toda a dinâmica das suas culturas e civilizações; é ainda Fustel de Coulanges quem nos elucida que «o confronto entre crenças e leis mostra-nos como esta religião primitiva constitui as famílias grega e romana, estabeleceu o casamento e a autoridade paterna, fixou os seus graus de parentesco, consagrhou o direito de propriedade e o direito sucessório. Esta mesma religião, depois de haver alargado e aumentado a família, estabeleceu uma associação maior, a cidade, e governou-a na mesma disciplina que a da família. Da família provieram, pois, todas as instituições, assim como todo o direito privado dos antigos. Da família tirou a cidade os seus princípios, as suas regras, os seus usos, a sua magistratura. Mas, com o tempo, estas velhas crenças modificaram-se, ou extinguiram-se, e o direito privado e as instituições políticas modificaram-se juntamente com elas. Desenrolou-se então toda uma série de revoluções e as transformações sociais continuaram seguindo regularmente as evoluções da inteligência».

Vale a pena, parece-me, determinar, por algum tempo na análise do conteúdo positivo da Civilização Romana, e nesta reflectirmos um pouco em torno do autêntico e verdadeiro significado da «Paz Romana». Antes de mais, desejemos afirmar que pertencemos ao número dos que acreditam na forte individualidade da Civilização Romana, individualidade que ainda mais se marcou e esclareceu, amalgamando por forma eminentemente nacional o poderoso contributo helénico. Foram precisamente as «dificuldades estimulantes» de que fala o eminentíssimo historiador inglês Toynbee que imprimiram à Civilização Romana uma feição e cunho indeléveis. Como sabemos a «Paz Romana» está intimamente ligada com o Regime Imperial, e dentro destes com o culto do Imperador Augusto e seus sucessores. «Ao sair das guerras civis, um grito eleva-se ardente e unânime dum extremo ao outro da bacia mediterrânea: a paz a todo o preço. Esta paz espera-se, implora-se, ao novo regime. Todos os olhares se voltam ansiosos e confiantes para Augusto, o Messias esperado, o Mestre da ocasião», escreveu Leon Homo na sua obra «La Civilization Romaine». Por outro lado, sabemos também que o «Imperium» quer no sentido linear, ao pé da letra, do «Poder», «Vitória» quer num sentido lato de hipertrofia do Estado, envolve sempre uma conceção totalitária desse mesmo Estado; efectivamente nada se concebia em Roma que não fosse dentro do Estado e para o Estado, este representado pela figura idolatrada do Imperador, verdadeira força mítica posta ao serviço dessa ideia nacional. Seja como for, quer aceitemos a tese segundo a qual não existe uma Civilização Romana propriamente dita, mas antes uma Civilização Helénica romanizada na qual o Homem era o centro de todas as coisas (microcosmos) conceção que se opõe à conceção cristã, na qual o Homem sobrenaturalizado ocupa lugar destacado, quer aceitemos a tese dumha Civilização Romana fortemente individualizada, sempre encontraremos um totalitarismo estatal, duro, hermético, cincicamente tolerante, cujas cidadãos não eram mais que simples peças dessa gigantesca e terrível máquina. Sabemos como a própria conversão de Constantino teve como consequência colocar o cristianismo ao serviço do Império. Ocorre agora fazer a pergunta: que seria da Civilização Romana sem o fermento dinamizador do Cristianismo? Alguém escreverá que se não fosse o Cristianismo a Civilização Romana apenas se conheceria tal como as civilizações fenícia ou assíria, através das escavações arqueológicas. Sabemos por outro lado como a constituição jurídica do Estado Romano era indispensável à Paz Romana. Esta surge-nos como fruto de todo um sincretismo de vários elementos, e é a adaptação de todos estes elementos dos povos dominados à civilização romana que constitui a Romanidade, cujo agente aglutinador era a língua.

«Com o advento do Cristianismo, superado o totalitarismo pagão da Polis, o homem passa a constituir um valor autárquico em face da comunidade social, donde decorre no plano político-jurídico, que há uma concreta esfera de autonomia individual que não é lícito ao Estado suprimir ou ignorar» escreve o eminentíssimo Professor Martinho Nobre de Melo. Vejamos agora um outro apontamento que se prende com uma como que tentativa de fundamentação filosófica do Cristianismo. Sendo o Cristianismo uma típica forma de um existentialismo — um existentialismo omnimodamente válido — ocorre perguntar: será conciliável a aceitação dum existentialismo cristão com uma dialética existencial (civilizacional, cultural, humana) de feição ou inspiração hegeliana? Creio que sim. O processo dialético-hegeliano — Tese, Antítese, Síntese — (concepção triádica) cumpre-se e realiza-se sem colidir com a liberdade da pessoa humana, poisa esta continua a determinar-se e a optar livremente na existência. Quase nos assombramos e extasiamos com certos comportamentos e condutas existenciais que com talento e audácia intelectuais invulgares, subiram dentro da mais pura ortodoxia cristã, construir as suas existências com uma lucidez e uma conscientização tais que com o rodar dos séculos se fizeram acrescentar, alargar e enriquecer com perspectivas novas e criadoras as suas ricas e multimodas personalidades. «Ama et fac quod vis» — ama e faz o que quiseres, proclamava Santo Agostinho como que programando e anunciando todo um existentialismo de validade intertemporal e perene.

«Omnia tibi licita sunt praeter peccatum» — todas as coisas te são lícitas excepto o pecado; o asserto de S. Jerónimo, esse que substantiva o conteúdo da afirmação da «Águia de Hipona». Mas o genial Africano, o «Númida de Tagaste», lhe chamou alguém, singulariza e clarifica ainda mais o seu pensamento quando escreve: «Diligite homines, interficite errores» — amai os homens, combatei os erros, quer dizer Agostinho talvez como nenhum outro Santo ou Doutor da Igreja, combateu com tamanha bravura e virilidade cristãs, as heresias e heterodoxias do seu tempo, soube sempre nesse combate estabelecer a distinção entre as doutrinas que combatia e os homens que as apregoavam e aceitavam, quantas vezes ávidos de verdade, defendendo ideologias que sabiam destinadas a serem superadas por uma verdade mais clara e mais racional mas que ainda não tinha surgido, ou pelo menos ainda não tinham encontrado.

Se realmente buscamos e procuramos um autêntico e válido humanismo capaz de nos preencher todos os biatos e espaços vazios da existência, parece-me não haver necessidade de nos apropriarmos do dito de Terêncio e com ele tentarmos justificar e fundamentar todos os desvios, demandando e disfunções que cometemos e praticamos na existência. Em Agostinho encontramos um amplo e dilatado humanismo capaz de responder a todas as nossas perguntas e inquietações, capaz mesmo de, desfeitas e vencidas estas, conduzir e levar o homem à definitiva superação existencial, e reflexa integração e inserção no Universo, em Deus.

Sempre que reflico e medito toda esta apóterica em que se enredou e prendeu o homem seculovítico, surge ao meu espírito esta interrogação: não estaremos nós em presença de uma degenerescência racial, degenerescência capaz de abastardar e hidrizar o Homem, transformando-o num monstro técnico, verdadeiro invertido mental, completamente extrovertido para a realidade exterior num deslumbramento, num enfeitiçamento, quase num êxtase, autênticamente mórbidos e patológicos? Sinceramente que não sei. E, no entanto, como diz o Poeta, «é em nós que é tudo». Eu penso que possuindo todo o Homem dentro de si a forma inteira da condição humana» como disse Montaigne não pode ficar alheio ou indiferente à apóterica do seu tempo: do choque por vezes brutal e doloroso, com a realidade exterior que o circunda e envolve, resulta que o homem vai recortando e jocirando essa mesma realidade, em função do seu próprio pendor espontâneo e natural, da sua típica idiosyncrasia que o leva a exercer a sua actividade mecânica ou criadora em determinado campo da humanidade. Ora verificamos efectivamente que «na literatura, na arte, na filosofia, o homem de hoje não crê em si nem nas suas enormes possibilidades». Na verdade «importa, todavia, mais do que verificar essa crise,

discutir a sua origem, os motivos do vazio que reina no coração humano». Se deslocarmos o fulcro do problema para o campo económico e sociológico, este toma e assume aspectos e incidências que talvez mereça a pena meditar. «O problema agrava-se, escreve o Prof. Cavaleiro de Ferreira, enquanto hoje em dia o homem só consegue defender a sua esfera privada, em múltiplos aspectos, desde que se deixe representar por grupos ou organizações colectivas de variedade espécie. E estas desenvolvem autonomamente o próprio poder de maneira a constituir essencialmente um perigo para a liberdade, idêntico àquele de que deveriam defendê-las. Apontando uma possível solução válida, escreve aquele Professor: «Importa combater o mito da equiparação ou integração da sociedade no Estado; deixar que a organização social se desenvolva apoiada directamente naquela iniciativa e responsabilidade individuais, sem as quais a sociedade e o indivíduo feneçam conjuntamente sob a pressão dum forja colectiva que neles estanca a espontaneidade criadora».

Pessoalmente, apesar de tudo, sou dos que acredito no Homem do meu tempo, nas imensas virtualidades e potencialidades de que é portador; torna-se indispensável, urgente que esse imenso material represso se transforme em energia fecundante e criadora. Infelizmente há ainda muita gente que pensa que a crise do nosso século, é uma crise de intelectualidade. Se assim fosse, caberiam ao eruditismo, ao intelectual a redenção messiânica do Mundo. Ora todos sabemos e conhecemos a estrondosa falácia do intelectualismo oco e vazio, sem lastro nem conteúdo válidos, que apregoam quase uma redenção do Homem, apenas conseguem segregá-lo dos homens, angulando-o, mutilando-o na sua onimodida personalidade.

Importava, como lúcida e genialmente visionou Unamuno, considerar antes «o homem de carne e ossos, aquele que nasce, sofre e morre — sobretudo o que morre — aquele que come e bebe e joga e dorme, e pensa e quer, o homem a quem vemos e ouvimos, o irmão, o verdadeiro irmão». Estavamo-nos na presença dum concreto, conseguido e construído existencialismo, ainda que incipiente, nebuloso, difuso, perigosamente ambivalente.

Não tardam porém os corifeus, os epígonos do existencialismo: Sartre e a «Náusea», Kierkegaard e o «Desespero Humano», Jaspers e Heidegger, Gabriel Marcel e Peter Wust. «Cada um é / o que é / é difícil explicar a alguém quanto isso me alegra / e quanto isso me basta / basta existir para se ser completo», deixou Fernando Pessoa quando «foi» Alberto Caeiro. Tenho para mim, que o existencialismo de Alberto Caeiro é efectivamente válido e positivo, carecendo porém da necessária conscientização por parte de quem se propuser aceitá-lo ou tomá-lo. Mas quem aceita ou toma um existentialismo, um existencialismo conseguido e construído? Entretanto não deixamos de ser atrevidos e pretensiosos e até ousamos candidatar-nos a um galardão e prémio internacional...

Humberto Grande, o conhecido professor da Universidade do Rio Grande do Sul, no Brasil, espírito invulgamente lúcido e sagaz, em um livro que intitula «As Directrizes das Novas Gerações» escreve em certa altura: «As massas são inconscientes. O seu império é que trouxe a desordem, o caos e a confusão. As multidões não avançam no caminho do progresso, mas acompanham as classes cultas, quando estas se impelem a seguir avante. A nossa época, em virtude destes factos, é dominada pelo inconsciente. Procede-se sem ver as consequências. Age-se por impulsos instintivos, pela conceção e até violência, e não por manifestações volitivas e intelectuais. Daí a soma enorme de conflitos. As grandes perturbações sociais são determinadas por paradoxos, loucuras, doutrinas caprichosas, que encontram adeptos aos milhares nesta era das massas. Presenciamos assim a tragédia dumha civilização inconsciente. Atestam-na o pessimismo, o tecnicismo e o ateísmo já reinantes; e ainda mais, a inconsciência das multidões, que ameaçam destruir os alicerces da organização social, a inconsciência dos políticos que desorientados não sabem para onde conduzir a humanidade, a inconsciência dos capitalistas, que gerou a miséria social, e, enfim, a inconsciência das massas e das próprias classes cultas. A inconsciência da nossa civilização é patente. Nunca soube para onde ia. Viveu sempre desassossegada. Criou a máquina e a ela se escravizou. Libertou as multidões para se submeter ao seu arbitrário império. Constitui, deste modo, uma civilização sem finalidade, mecânica e materialista, sem alma e sem Deus. A humanidade chegou, como é fácil de observar, à fase decisiva da sua história, que se traduz nestas alternativas: decadência

ou civilização, vida ou morte da cultura».

Inquieta, desorientada, muita gente se interroga: «Après le déluge?». Creio sinceramente que não. Continuo firmemente convicto de que a nossa época, tal como a Meia-Idade, é uma época verdadeiramente genial, quer dizer uma época de geração, de formação, da qual há de voltar a sair a Nova-Idade, a Idade que ainda abacôndita, e encoberta, há-de surgir prenhe de luz e de esperanças tornadas certezas. Não a vislumbrava e intuiu Fernando Pessoa, no «Quinto Império»: «...eras sobre eras se somem / no tempo que em eras vem / ser descontente é ser homem / que as forças cegas se domem / pela visão que a alma tem. / E assim, passados os quatro / temporos do ser que sonhou / a terra será teatro / do dia claro, que no atro / da erma noite começou / Grécia, Roma, Cristandade / Europa — os quatro se vão / para onde vai toda idade / quem vem viver a verdade / que morreu D. Sebastião?»

Dialecticamente há-de explicar-se a nossa individualização sem confrontos. E então no vértice surgirá, pesada e onusada, uma mensagem válida. Importa, parece-me, construir e hierarquizar uma tábuia de valores segundo a qual nos possamos livre e conscientemente conduzir e determinar. Qual há-de ser essa axiologia de valores perenes e intemporais, capaz de nos orientar e guiar na nossa construção existencial? Parece-me que uma dinâmica cultural eminentemente nacional, e um cristianismo vivo, actuante, positivo, messiânico angustiado, capaz de preencher todos os hiatus e espaços vazios da existência conquistada.

Mas no nosso ensino universitário nota-se por uma forma verdadeiramente confrangedora, a carência de uma autêntica mentalidade docente universitária. Estagnados e anquilosados em um estádio de pura erudição seca e livresca desprovida de qualquer conteúdo ou comunicabilidade humanas, os nossos professores universitários mostram-se incapazes de superar esse estádio, e de transmitirem uma viva e dinâmica cultura. Por isso, inutilizam e deformam milhares de inteligências e corações juvenis que abandonam a Universidade sem Cultura, sem Ideal, ia a dizer sem Alma. Equacionado assim o problema, apenas uma ampla e vasta reforma das estruturas poderá fornecer uma solução, não direi de inicio válida, mas pelo menos promissora e esperançosa. Entendo que o Homem deve, tanto quanto possível, e à falta de um melhor arrimo, construir-se a si próprio, habituando-se ao risco e à aventura e por isso mesmo às consequências e responsabilidades que lhes são inerentes.

Reporto-me ao plano individual. No plano colectivo — e este surge também fatal e inexorável — deve-se tanto quanto possível tender para uma diferenciação psicológica e caracterológica que possibilite e propicie da parte do educador um conhecimento profundo e completo da personalidade do educando. E este, segundo penso, o ponto de vista de Alvaro Ribeiro, no seu livro «Escola Formal», do qual partilho e aprovo. Escreve aquele Mestre e pensador: «Seja qual for o destino da humanidade prescrito ou descrito pelas doutrinas religiosas, seja de prever a reintegração das raças, dos povos e das nações no plano da fraternidade universal, certo é que, enquanto durarem os processos da existência no Mundo, teremos de reconhecer nas sociedades étnica e historicamente diferenciadas uma resistência animada aos prematuramente submissos processos de absorção. Um espírito autónomo, inspira ao povo o desejo de pôrver em estudo de independência política, porque só nessa liberdade lhe será possível acertar e assumir compromissos de carácter internacional». Como que a completar o seu pensamento, aquele filósofo conclui: «O estudo da história deve servir de confirmação documental e monumental dessa verdade atingida pelos homens superiores cujos processos mentais se integram no quadro da intuição. A história prova assim a existência dum Espírito que convém educar, para que se manifeste gloriosamente em actos de culto, cultura e civilização. Dar vida a esse espírito é mais do que um ministério, é verdadeiramente um magistério, porque só um mestre sabe, pode e quer realizar verdadeiramente a obra de educação nacional».

Tenho para mim que nenhum espírito lúcido e inteligente do nosso século, afirma já que a Idade Média foi época de obscurantismo e de atraso civilizacional e cultural. Na verdade, foi na Idade Média que teve lugar a incubação e gestação que proporcionou o surto de renovação mental que caracterizou o Renascimento; mas não é este o aspecto que, a meu ver, merece maior realce e significação; distingo sobretudo o espírito comunitário, gregário que caracterizou o

viver da gente da Meia-Idade, dentro de quadros sociais verdadeiros e com uma hierarquia social autêntica, em que o mais Santo, era simultaneamente o mais Sábio e o mais Culto. Desbaratada e destruída esta hierarquia de valores, verdadeira e autêntica, que o magistério da Igreja assegurava e garantia, eis que irrompe, violenta e impetuosa, essa mole imensa, anónima e amorfa, gritando ameaçadora os seus direitos: «Nós temos o direito de ser homens». Era realmente também uma «nova vaga» mas esta não de tristes cadáveres ambulantes alarmante optimistas como a actual: era uma «nova vaga» mas esta com um verniz, um «spleen-arrogante e pretensioso que não olhou a meios para atingir os seus sinistros e maquiavélicos objectivos: o tripúlio, o dolo, o esbulho, o roubo, o crime. «Todavia, D. Quixote ouve o seu próprio riso, ouve o riso divino, e como não é pessimista, como crê na vida eterna, importa que se bata, arremetendo contra a ortodoxia inquisitorial científica moderna, para traçar uma nova e impossível Idade Média, dualista, contraditória, apaixonada. A maneira de um novo Savonarola, Quixote italiano dos fins do século XV, combate contra esta Idade Moderna, que foi inaugurada por Maquiavel e que terminará cômicaamente. Bate-se contra o racionalismo herdado do século XVIII. A paz da consciência, a conciliação entre a razão e a fé, gracias a Deus providente, não é possível. O mundo tem que ser como D. Quixote quer, e as estalagens têm de ser castelos, e lutará com ele, e será aparentemente vencido, vencendo ele, fazendo-se, porém, ridículo. E vencerá, rindo-se de si mesmo, e fazendo rir», escreveu Unamuno na parte final do seu livro «Sentimento Trágico da Vida», que intitulou «D. Quixote na tragicomédia europeia contemporânea». Em outra passagem escreve o sábio mestre de Salamanca: «E neste século critico, D. Quixote que também se deixou contaminar de critico, deve arremeter contra si mesmo, vítima de intelectualismo e de sentimentalismo, parecendo mais afectado, quando mais espontâneo quer ser. E pretende o pobre racionalizar o irracional ou desracionar o racional. E cal no desespero, íntimo do século critico, do qual foram principais vítimas um Nietzsche e um Tolstoi». Não sei, mas parece-me estarmos assistindo a um agigantamento oriental que sem querer no melo-dia do facto científico (a frase é de Unamuno) como o Ocidente, acredita fanaticamente em si próprio, crê que esta que lhe tem acarretado êxitos e vantagens maiores e mais duradouros do que o Ocidente ávido de clareza, e impaciente em face do Mistério. «Ex Oriente lux». O «solgan» para nossa desdita parece cada vez mais verdadeiro, ameaçando destruir e subverter inexoravelmente os pueris e ridículos fogos de artificio de uma Europa decrepita e senil. O resto... Parece-me que o dilema está posto: ou tomamos e aceitamos a axiologia dos valores medievos com a indispensável actualização e adaptação ao século em que vivemos, conforme propagam e defendem alguns filósofos e pensadores modernos como Mercier, Monsenhor Noel e outros, ou aguardarmos, impotentes e passivos, que a Técnica e o Progresso da Era atómica a todos no subverte, destrói e aniquile.

Importa concluir. Neste ano de graça de 1960, em que o País inteiro comemora jubilosamente em maré alta de sadio e elevado lusitanismo, o V Centenário da Morte do Infante de Sagres, façamos todos uma promessa, eu ia a dizer um juramento solene: em sincronização, em uníssono com o «nosso grande épico futurista» entoemos esta sua «Prece»: «Senhor, a noite veio e a alma é vil / tanta foi a tormenta e a vontade! / Restam-nos hoje no silêncio hostil / o mar universal e a saudade. // Mas a chama, que a vida em nós criou, / se ainda há vida não é finda / o frio morto em cinzas a ocultou: // A Mão do vento pode erguer-la ainda / Dá o sopro — ou a desgraça ou ânsia — / com que a chama do esforço se remoça / e outra vez conquistemos a Distância — / do mar ou outra, mas que seja nossa!»

Aquelas realidades-sonho, Vieira e o Quinto Império, Pascoal e a Saudade, Pessoa e o Encoberto, juntemos esta outra: o Infante e o Promontório Sacro. Como disse António Quadros «criámos e impussemos na civilização ocidental o arquétipo da viagem», da «ida» que foi a segunda e última divisa do Infante. Triste Pátria seríamos se apenas vivéssemos para nos administrarmos. Por entre a cerração que temosamente nos envolve, caminhemos todos: lúcidos, sonâmbulos, místicos e realistas, loucos e meiócres. «... Não sei a hora, mas sei que há hora / demore-a Deus, chame-lhe a alma embora / Mistério / surges ao sol em mim, e a névoa finda: / a mesma, e trazes o pendão ainda / do Império.»

SAUDOSISMO REPUBLICANO DE TEIXEIRA DE PASCOAES

Por

ALFREDO MARGARIDO

É João Ferreira, O.F.M., que divide o saudosismo de Pascoaes (um tanto na esteira de António de Magalhães, S.J.) em vários compartimentos: saudosismo lusitano (a envolver o sentido do messianismo político), saudosismo poético ou cósmico, saudosismo ontológico ou metafísico e saudosismo religioso. Creio, contudo, que mais formas de saudosismo poderíamos detectar, pois em relação à infância de Pascoaes, infância na qual o poeta radica a prefiguração de toda a sua personalidade futura, o que nos revela o momento dramático em que o homem toma, por intermédio da ação de outrem, consciência da sua finitude física, poderíamos descobrir um saudosismo da infância que me não parece possível englobar em qualquer das divisões citadas, pois, se é o motor de alguns pontos fundamentais da posição poética de Pascoaes, é, todavia, anterior à sua visão do mundo. E, por outro lado, fácil nos seria recorrer a um saudosismo histórico, base mesmo da História Transcendente, que forma o miolo de «Os Poetas Lusiadas». Não importa, por agora, alargar o nosso exame a outras fronteiras, pois o que pretendemos abordar aqui é o saudosismo republicano de Pascoaes, que na apariência poderia caber dentro do capítulo do messianismo político se, porventura, esta expressão se não apresentasse despojada de uma desinência fundamental, que faz do saudosismo Republicano uma tentativa de ação política, que Pascoaes viria a abandonar, para mais fundamente radicar a sua subjectividade na região do Tâmega, onde a temporalidade se estruturava sobre as sobrevivências do passado que, quase inteiramente, se opunham a uma temporalidade racionalizada, isto é, agindo por cárdeno de encargos, se assim o quisermos — com talvez evitável facilidade — dizer.

Efectivamente a «Águia» surge para fornecer à República proclamada em 5 de Outubro de 1910, um suporte espiritual e Pascoaes, no primeiro número da primeira série, publica um artigo intitulado «Os lavradores caseiros» em que afirma, com a maior objectividade, que os lavradores «são a parte mais esquecida do nosso Povo, porque vivem longe do mundo onde se luta e pensa, em perfeita noite medieval, povoada de bruxas e fantasmas e de todas as superstições católicas que os padres, estreitos e broncos, lhes injectam na alma, como se injecta um veneno — nessa alma que, a nu e a limpo, é aquela Alma excepcional, instintivamente naturalista e mística, que criou a Saudade, promessa duma nova Civilização Lusiada». Este artigo, um dos mais significativos da época em que Pascoaes intervém na vida pública, é, afinal, uma das consequências mais radicais do seu conhecimento da vida do homem da sua região, de um homem que, dominado pelo medo, isto é, pelo receio à transcendência considerada como uma força temível, vive premido por uma natureza que, para Pascoaes, era a fonte mais antiga e considerável do próprio espírito lusitano. Tal como Heráclito, Pascoaes considera que o homem não tem razão, pois ela pertence, por inteiro ao meio ambiente. Já em «Sempre» (primeira edição em 1898), a situação do camponês aparece descrita com implacável rigor: «os pobres campone-

ses, / durante os negros meses! / Choupanas a cair, desconjuntadas telhas, / deixando trespassar o zimbório e o vento, / O faltas de trabalho! Inverno; Isolamento! / E a terrível secura, pelo estio, / quando mostra o esqueleto, em pedra e areia, o rio; / e na febre infernal, acesa, que as consome, / as fontes pingam lágrimas de dor; / gotas de sangue esvaido, já sem cor, / e mugem os bois com fome. / Baldios despovoados de arvoredos. / Terras de Portugal que dão rochedos, / a urge, a inveja, o ódio e... pouco mais... / Ressquídios e lívidos maninhos, / onde pastam rebanhos espectralis; situação que, mais de cinquenta anos depois volta a inquietar a pena do poeta («Últimos versos», 1953). E, pela estrada, passam / camiões carregados de pinheiros, / belos automóveis com ninguém. / E, nos dias de feira, / juntas de bois sagrados. / bezerros de presépio, / e vacas maternais... / E mulheres com bácoros, ao colo, / e pequeninos filhos, atrás delas. / E velhos arrastando / os pés, e raparigas / trilhando o ar, vestidas de ar. / E criancinhas / com molhos de achas à cabeça; / e com molhos enormes de caruma / idosas bruxas do Zinguelho. / E outras que representam / encarnações sinistras da estiagem. / Levam, ao ombro, engaços reduzidos / a cabos de vassoura, / e às queixadas de pau, tão eriçadas / de ferreiros dentes! / Rapam os montes, / todos os dias. / Vão-nos roendo, até que deles fiquem / areia e pedras. São, na verdade, um tanto longas as transcrições, mas destinam-se elas a mostrar como um mesmo espírito de adesão aos agravados se manteve permanentemente alerta na obra de Pascoaes. Se, em algum momento, se mostrou mais inclinado a prezar o verbo aristocrático de Camões, onde vivia o Herói, logo nos prevenírá (em «Santo Agostinho», 1945) contra os extremos ou indivíduos exagerados, propugnando o regresso à multidão dos agravados, que mestre Gil Vicente descreveu com tamanha exactidão. É em relação a este espírito que o saudosismo republicano se estrutura, ainda que lhe falte, em mais de um passo, autêntica consciência política. Em todo o caso, Pascoaes pretende a todo o transe, defender a República, o momento épico do 5 de Outubro, que só pode apoiar-se no povo: Como o Portugal de D. João I, o de 1640, o de 1810, o Portugal republicano só pode e deve contar com o Povo e o Povo rural e agrícola, a quem a terra oferece a sua mão de Noiva secunda, depois de educado e libertado, será a base indestrutível dum Democraça rústica e compestre, que há-de dar a sua flor espiritual e eterna, sob a invocação de Pan e de Jesus (A Águia, n.º 1, 1.ª série, 1 de Dezembro de 1910). Não estamos ainda perante o Saudosismo republicano que, no entanto, nos surge já em 1912, na conferência que Pascoaes pronunciou no Ateneu Comercial do Porto, na noite de 23 de Maio: Por isso, não fiz mais do que, em breves palavras, dizer o que é o nosso espírito, na sua vida original e criadora, dum alto critério religioso e filosófico, a que se deve subordinar completamente a obra

social e política da República. E que espírito é esse? E que criação máxima é a sua? As respostas surgem obviamente com as expressões espírito lusitano e saudade. Por isso o povo português, ao dar corpo e vida à Saudade, abre uma nova perspectiva a toda a Europa e, naturalmente, a todo o mundo, pois o que está em marcha é uma nova civilização. De certo modo Pascoaes coincide, pelo menos, com o Fernando Pessoa que presagia o super-Camões a haver e que será, como é evidente, a consequência amplamente desdobrada de uma nova consciência nacional. Por isso o povo português deve ser posto em condições de cumprir a alta missão que no mundo lhe cabe. O problema do ensino, o problema da educação nacional, são abordados num plano de realização imediata, na sequência de uma doutrinação republicana intensiva, que podemos acompanhar em toda a imprensa da época e, ainda, no «Manual político do cidadão português», de Trindade Coelho, que exerceu uma forte influência no espírito da época.

Mas é sobre a Saudade que assenta toda a doutrinação pascoaliana: o Povo Português, criando a Saudade, que é o Desejo e a Dor, que é Venus e Maria, o Espírito semita e o Corpo ária, viveu a própria Renascença, a qual encontrou, portanto, na alma da nossa Raça, a sua expressão vivente e espontânea, a sua força viva que, posta, de novo, em movimento, criará uma nova Civilização. O espírito lusitano abrirá na História uma nova Era. No âmbito da mesma conferência Pascoaes frisa, contudo, que o movimento depende, de modo total, da defesa das instituições republicanas: É absolutamente preciso que a esperança que nos deu o 5 de Outubro, não morra; e, para isso, é absolutamente preciso que a nossa República seja uma República Portuguesa e não uma república afrancesada, como o Constitucionalismo. Num outro texto, significativamente intitulado «A Era Lusiada» (1914), Pascoaes continua a sua pregação, mostrando que os portugueses necessitam, portanto, de comungar a alma lusiada, camoneana, popular, que encerra, na sua essência de saudade, um alto e original sentido da Vida e do Universo, susceptível de se converter em nova Civilização. Contudo a sua prevenção vai mais longe, pois se dirige ao sentido materialista para o condenar, mostrando que o espírito lusitano depende, sobretudo, da Esperança que, na ação, se transforma em Saudade (e devemos, então, acentuar que a Saudade se estrutura tanto no passado da infância — o que significa o regresso ao paraíso, ou à idade de ouro, como algumas vezes Pascoaes acentua —, como no futuro, o que nos entrega uma apetência do wonderland): não basta a ciência, o comércio, a indústria, a agricultura; é necessário o Sonho, porque só ele é anunciador e criador. É a este último escopo que a República se prende, pois é, a um tempo, a ação e o sonho, o que agrada sobremaneira ao espírito de Pascoaes que, dicotómico como sempre, tenta congarçar os contrários para atingir um ponto do espírito em que a transcendência perca a sua temibilidate, e o medo possa, finalmente, desaparecer substituído pela alegria.



Seja moderno, faça férias de Inverno!

Na Suíça as pacatas aldeias de montanha despertam do seu curto sono outonal, tornando-se em breve o ponto de reunião dos que conhecem e apreciam o encanto do Inverno nos Alpes.

Porque não vai passar uma temporada de férias alegres e despreocupadas numa das muitas estâncias de Inverno da Suíça?

Já pensou que agradável seria contemplar o deslumbrante panorama dos Alpes, confortavelmente sentado no terraço dum café ao ar livre e deixando-se bronzejar pelo sol das altitudes? Assistir a um dos célebres campeonatos desportivos que se realizam nos centros de desporto de Inverno, ou ainda aprender o ski, se para isso tiver inclinação?

Duma coisa pode ficar certo: as suas férias de Inverno na Suíça contarão entre as melhores recordações da sua vida.

Informações: Centro Nacional Suíço do Turismo
Av. da Liberdade, 158-A, Lisboa, e Agências de Viagens.

Sol, Neve e Boa Disposição
eis o Inverno na **SUÍÇA!**

HOTEL AMERICANO

- Totalmente Remodelado
- Ar condicionado
- Telefone em todos os quartos
- Quartos com banho e sala
- Ambiente confortável e familiar

R. 1.º DE DEZEMBRO, 73 — TELS.: 20975-27519-END. TEL. AMERIOTEL-LISBOA

BIBLIOGRAFIA

- TEIXEIRA DE PASCOAES — «Sempre».
Idem, «Ressgate ao Paraíso».
Idem, «O Génio português na sua expressão filosófica, poética e religiosa».
Idem, «A Era Lusiada».
Idem, «Arte de ser português».
Idem, «Os poetas Lusiadas».
Idem, «Conferências».
Idem, «A nossa fome».
Idem, «Santo Agostinho».
Idem, «Últimos versos».
FERNANDO PESSOA — «A nova poesia portuguesa».
ANTONIO DE MAGALHÃES, S. J. — «Metafísica e Saudade».
JOÃO FERREIRA, O. F. M. — «A Saudade e o saudosismo».
LEONARDO COIMERA — «Prefácio à tradução espanhola de Ressgate ao Paraíso».
TRINDADE COELHO — «O Manual Político do Cidadão Português».
JOAQUIM DE CARVALHO — «Problematização da Saudade».
F. DA CUNHA LEAO — «O Enigma Português».
JACINTO DO PRADO COELHO — «A Poesia de Teixeira de Pascoaes».
SANTANA DIONISIO — «O Poeta, essa ave metatífica».

A Nação espera pacientemente pela anunciada e prometida reforma do funcionalismo público, e aguarda que as comissões nomeadas para a simplificação das formalidades burocráticas ultimem os seus estudos e trabalhos. Queremos dizer que o problema não está esquecido, porque é daqueles que não podem esquecer. Todos os dias há casos de injustiças, injúrias e humilhações, fora e dentro das repartições públicas, que obrigam a lembrar a palavra dada pelo Governo da República aos órgãos formativos e informativos da opinião nacional.

O cidadão contribuinte mostra-se irritado e desesperado todas as vezes que lhe exigem mais uma comparsa em determinada repartição pública ou mais um certificado de qualquer ordem, convencido de que todas as precauções necessárias para a segurança do Estado deveriam ser pelo próprio Estado resolvidas oficialmente, sem incômodos nem encargos para os particulares. Se o Estado desconfia, se o Estado é mesquinho e meticoloso, se o Estado tem medo do fraude, investigue então pelos seus serviços privativos a verdade das declarações prestadas, e proceda sem humilhação, injúria ou ofensa para quem requer o exercício dos seus legítimos direitos. Depois o tempo perdido na recolha dos documentos tidos por indispensáveis à instrução do processo, e o tempo perdido à espera de que o requerimento vá sendo registrado e carimbado de secção para secção, e de repartição para repartição, segundo os trâmites cada vez mais numerosos e mais morosos dos regulamentos burocráticos, representa-se na paralisação dos veículos à hora em que são mais concorridas as vias públicas, na paralisação do trânsito, expressão sinônima da imobilidade, e, portanto, do Estado.

O respeitável público vai observando, através dos postigos ou por cima dos balcões, nos corredores de espera ou nos salões de porta aberta, que o funcionalismo civil passa gradualmente a ser confiado a mulheres — mulheres solteiras, casadas ou viúvas —, mas habilitadas com os cursos ou concursos exigidos para a admissão nos quadros. Estranha-se que, não sendo impugnado o direito de o Estado preferir pessoal do sexo masculino para as funções públicas, tanto as civis como as militares, continuem os burocratas redactores dos avisos de concursos a convidar requerentes de ambos os sexos, quando sabem de sobejos que a partir de tal postulado se deduz necessariamente a atracção das mulheres, a admissão da maioria de mulheres. Por simples bom senso ou por leve reflexão se entenderia que, só no caso de não se apresentarem homens ao primeiro concurso, seria lícito admitir a hipótese de convidar mulheres solteiras a preencherem as vagas. Se assim não tem procedido o Estado português, levanta-se a fundamentada ou infundamentada suspeita de que existe, efectivamente, o sério propósito de atrair as mulheres solteiras, casadas ou viúvas ao exercício das funções públicas.

As consequências desta invasão das repartições públicas por pessoal do sexo feminino — como, por exemplo, o acréscimo das precauções mesquinhias e das formalidades burocráticas —, deveriam ter sido previstas por intuição de longo alcance. Tal não aconteceu, porém, no primeiro quartel deste século. Só agora, depois de chamadas à vida política mais duas ou três gerações, vêm sendo observados os efeitos clamantes e alarmantes da doutrina liberal sobreposta sobre o preconceito da igualdade dos sexos. Vai aumentando, de ano para ano, o número das mulheres que pretendem viver fora do lar, e que requerem emprego permanente nas escritórios comerciais, nas secretarias dos organismos corporativos e nas repartições públicas. Querem passar as horas úteis do dia ao lado de homens que não são seus pais, irmãos, maridos ou filhos, almejar com eles no intervalo dos dois períodos de trabalho, conversar e conviver. A família, no caso de pensar-se em família, esperará pelas horas da noite ou pelos domingos. Os pais deixam de se conhecer uns aos outros, desinteressam-se mutuamente, desagregam-se ...

Assim, o convívio de homens e mulheres nos mesmos ambientes de trabalho se manifesta tendenciosamente immoral. É certo que uma regulamentação rigorosa seguida de sanções terríveis, pretende evitar actos e factos condenáveis, mas a contaminação perturbante torna-se mais diluída e subtil em palavras e em pensamentos, quando não desce às zonas menos exploradas do inconsciente. Forma-se, sem ninguém querer, uma mentalidade contrária à vida espiritual e sentimental da família, tanto no aspecto da fidelidade conjugal como no da verdadeira educação dos filhos. No convívio forjado de colegas de trabalho gera-se, entre homens e mulheres, um entendimento ou uma inteligência que não pode haver entre cônjuges separados durante as horas do dia. Esta verdade conduz ao preceito, tantas vezes proclamado e defendido na doutrina sobre a legislação da família, de que a mulher casada não deve trabalhar em emprego fora do lar. A vocação profissional representa, nas mulheres, uma prematura desistência ou uma tardia desilusão da vocação conjugal.

Quando foi na Assembleia Nacional discutido este problema, que é sem dúvida um dos mais graves e mais sérios, houve um deputado que anotou ser conveniente rever o conceito da função pública. Efectivamente, as subversões políticas do princípio desto século permitiram a entrada de elementos menos qualificados para o serviço da Pátria e a legalização de factos consumados. Em princípio só deveria ser considerado funcionário público, para efeitos honorários e proveitosos, aquele que dedicasse toda a vida às carreiras do Estado, a primeira das quais é a das armas. Tal critério excluía, evidentemente, as mulheres, cuja vocação normal, natural e sobrenatural é a maternidade. Dar a designação de funcionário público a qualquer empregado ou fornecedor do Estado, nomeadamente aqueles que trabalham a título provisório em tarefas mal remuneradas, e em especial os contínuos ou serventes, não é mais do que levar um raciocínio igualitário até à máxima degradação das qualidades. Uma definição clara do funcionalismo público delimitará as competências. A Nação aguarda, pacientemente, que sejam pelo Governo resolvidos os problemas enunciados há mais de três anos nos sucessivos números do 57.

AFORISMOS

(Continuado da pág. 3)

48

O esquecimento é indispensável a toda a ação.

49

A criação incessante é a consciencialização absoluta do inconsciente imortal — mais inconsciente quanto mais consciente é.

50

Pensar a mutação da tua personalidade, poderás pensá-la positivamente ou negativamente. Negativamente, quando o espírito não transitando para o reconhecimento de si mesmo, através do exercício do intelecto que pense todas as determinações do universal, e que pensando realiza o espírito como um absoluto, — a si enquanto inconsciente imortal tem regresso, e retorna anulando na plenitude de nada qualquer personalidade diferenciada e particular.

Positivamente, se transitando enfim, o espírito se termina como tal, e no absoluto de si passa de criado a criador, enquanto causa de qualquer movimento; e apenas deduzido de si mesmo e da relação que consigo mesmo tem enquanto ser criado e imutável.

Mas o regresso à inconsciência materna é o retorno à matéria, tal como ela é, imanente e eterno. Por isso o trânsito do ser que de si mesmo construi o espírito, através da construção de todos os mundos, consiste em pensar a matéria, por meio da adequação do intelecto à razão movente desse movimento universal que é a razão paradoxal que há dentro de toda a irracionalidade do ser.

LUIZ ZUZARTE

O ENIGMA PORTUGUÊS, SUA DEDUÇÃO CRONOLÓGICA E FILOSOFIA ESCOLÁSTICA

Este notado, notável e oportuno opúsculo de Álvaro Ribeiro, editado pelo *Tempo Presente*, veio de novo suscitar-nos a reflexão sobre a recente actividade dos intelectuais portugueses quanto à complexa questão, já debatida aliás nos colóquios do Largo do Mítelo, que existe permanente, premente e latente em todas as almas, no que diz respeito à austeridade das razões com a fé.

Infelizmente, salvo raras exceções admiráveis, somos obrigados a notar que muitos de entre nós, escritores, com notável desconhecimento ainda da elementar psicologia e das leis da biologia, declararam, publica ou particularmente, a fé como faculdade volitiva, cuja força aumenta, como sabemos, pelo agrupamento numeroso de aderentes convictos na mesma crença. Efectivamente a tendência a confundir o que é de fé com o que é de dogmática, transforma os fiéis em crientes e os crientes em partidários de uma facção que, por dividir, separa e nega o movimento universal, antropológico e cosmológico que a doutrina católica vislumbra na sua gramática de símbolos, a qual atinge o explendor do inefável na arquitectura das igrejas manuelinas.

Esquecemos que lá vem de luz — *lum lux* — que é venda para crer que se processa o admirável movimento da razão criadora. Decaída, a razão crente prevê, mas não vê, e por isso, sujeita está aos males das superstições, consentâneas contudo com as mais diversas crenças. Bem certo é que (a história narra-o e a Bíblia ensina-o), a medida da caducidade das religiões em superstições, marca o compasso segundo o qual degenera a electa doutrina em sistema selectivo, a vigilância amante em perturbadora polícia inquisitorial que transtorna os segredos próprios de cada alma anciosa de luz, em conscientiosos problemas sociais, e que pretende racionar o alimento dos espíritos famintos de verdade, impedindo por métodos que chegam à violência, a mediação dos mistérios do rosário. Os agrupamentos electivos deram lugar às corporações separadoras, cujos emblemas metálicos notam a frieza das forças crudelíssimas que os unem na uniformidade disforme.

Talvez por que, em português, o verbo crer se assimila eufónicamente e facilmente ao verbo querer, o que se traduz no uso, tão corrente que nos dispensa de mais extensa demonstração, da frase cantada, de indole visivelmente protestante «Queremos Deus», em vez da perifrase com que abre a bela oração que é o Credo, por isso talvez, dizíamos, muitos intelectuais se declararam católicos e todos respeitam o catolicismo. Não acontecia isto em 1910, nem mesmo em 1940. Verifica-se assim um abuso de solidarizar com o catolicismo certas teses literárias, políticas e filosóficas que lhe não são intrínsecas e que podem comprometer com o erro, o futuro da vida religiosa. Destrinçar o que é de fé e de dogmática, para impedir a intromissão de teses peregrinas, estranhas ou estrangeiras, é tentativa que já se vai esboçando entre nós, com agrado das mais novas gerações, as quais estão isentas das responsabilidades tanto de política anticatólica como da política clerical.

Neste quadro interpretamos o opúsculo de Álvaro Ribeiro, institu-

lado «Filosofia Escolástica e dedução cronológica».

Anteriormente, no começo deste artigo, intencionalmente classificámos de complexa a questão que diz respeito ao movimento das razões. É notável que este opúsculo, entre outros méritos que tem, descreva em dedução cronológica, isto é, na manifestação do ser relativamente às condições de tempo e de espaço, o lento e gradual processo que levou a humanidade à região fronteira da loucura, pela teima que se impõe em discernir o que do domínio da razão julga e o que ao domínio da fé pertence. Dado que a razão e a fé são modos de falar ou de fabular o inefável, isto é, facultades animais que situamos no limiar do invisível, achamos absurdo e até impossível que haja a efectivação de tal tentativa de discernimento. Mas compreendemos que alguém haja que o pretenda, agindo por impulso de seus intermediários ou agentes, humanos ou deshumanos. Nesta civilização que se credita superior, mas que não se crê como tal, a confusão propiciante, que no jogo está simbolizada pelo baralhar das cartas, introduz no seio da humana sociedade a serpente ambivalente, reduz as diferenças de idade à contagem monocórdica e uniforme e produz a neutralidade perigosa entre os sexos. É sabido por todos nós, como a alma é sexuada, e que à diferença física corresponde a real distinção psíquica; também sabemos como a educação se processa do ser inválido para o ser válido, na medida em que aquele o imita sob persuasão e concebe razoavelmente os padrões que lhe são indicados ou indicados. A ilusão deste mundo desaparece como obstaculizante logo que haja a adequação do pensar com o agir, isto é, quando atingimos aquela íntima concepção que nos permite correlacionar os fenômenos com os nóménos. A alma capaz de fecundidade não crê na dedução cronológica que historia a aparente separação e ilusória irreductibilidade das facultades psíquicas, confundindo, por erro substantivo, o discernir lógico com a distinção ontológica, ao mesmo tempo que prepara por abstracções demasiado intencionais, para que se não suspeite de uma actividade negatriz da vida eterna, a confusão dos sexos.

O ambiguo acatamento ou aceitação do androgino, inicial, lembra-nos aqueles pseudo-pensadores que, com medo de errarem ou de se perderem, se reportam insistentemente ao passado, manifestando pelo que traduzem por saudade, não a imitação do modelo superior, mas o retorno ao ciclo inicial, servindo-se para isso não só de Pascoal como até mesmo da Bíblia, o que é digno de censura quando não de desdém. Não podemos deixar de sorrir, ao verificar que a aspiração ansiosa ao ideal androgino, anterior ao sonho de Adão nos é dada pelos homens que não concebem as mulheres como seres vegetais, muito embora saibamos, como é da experiência do vulgo, que a jardinagem é arte de iniciativa muito difícil.

É pena, acrescentemos, que um autor português, um homem, tenha que relembrar, em artigo ou livro, aos outros homens, o valor das virtudes cardinais ou masculinas: se delas derivam, com efeito, o poupar e proteger o fraco, não são de algum molde

ou por qualquer via, a renúncia ao que hoje, absurda senão estúpidamente, se classifica de bárbaro e selvático. A coragem, a prudência, a fortaleza e a temperança, com efeito, sempre demonstraram na diversidade dos temperamentos, mais do que a erudição feminina e a argumentação astuta e animalesca, o superior poder masculo que dão ao homem o razoar inteligente.

Sempre a filosofia portuguesa, como sabemos, teve uma visão própria do catolicismo, que se distingue perfeitamente da visão castelhana e da visão galicana. O leitor que deseja mais longa informação sobre tão seca afirmação, pode consultar com proveito a «História da Igreja em Portugal», escrita por Fortunato de Almeida. Mais curioso ainda é notar, no panorama mais recente, as nascentes das correntes interpretativas do nosso catolicismo, desde a filosofia brunina até à filosofia leonardina, e desde a filosofia leonardina até à filosofia alvarina. Este último aspecto, foi ainda recentemente tratado pelo nosso colaborador José Valle de Figueiredo, num artigo intitulado «Política e Arquitectura de Santíssima Trindade», publicado no «Diário da Manhã» de 12 de Novembro do ano corrente.

Lamentável é que a revista «Filosofia», editada sob a responsabilidade da Mocidade Portuguesa, haja publicado uma nota infeliz. E uma nota infeliz sobre esta separata do «Tempo Presente». O recensor parece não ter querido estudar as teses de Álvaro Ribeiro, ou então, deduzindo, concluiremos, em virtude de certos fenômenos comuns a outros, que quis manifestar a geral inveja perante o talento com que Deus agraciou o autor do «Problema da Filosofia Portuguesa».

Resumindo a tese, ao leitor cansado e por isso, talvez, incapacitado de concluir, achamos nós, com a devida vénia, que a tese de fundo de todo este trabalho, embora pareça absurdo ou inconsequente com a extensa apreensão demorada, a tese de fundamento, dizíamos, é a existência e a sobrevivência de todo o aristotelismo árabe. Em consequência admirável e imitante, os povos peninsulares e mediterrânicos que se referem a África, Ásia e Europa, arábica, estão em condições de promover o cristianismo e o catolicismo, a um estádio superior àquele que reside nos povos que não beneficiaram dessa cultura e sofreram as invasões oriento-germânicas.

O contraste do opúsculo de Álvaro Ribeiro com o grosso volume de Cunha Ledo, suscita-nos várias reflexões que nos permitem a transição da obra valorosa para a análise da obra valente. Os seguidores cansados, mas persistentes, de um monarquismo extremo, auferem sem dúvida, na tese patriótica de Francisco de Cunha Leão, apresentada em duas partes — «Castela e as Orlas Marítimas» e «Portugal, periferia irredutível» — e desenvolvida através de doze capítulos, dos quais destacamos «Unidade geo-política da Meseta Ibérica», «A diferenciação psicológica» e «Saudade e Ação», os monarquistas, dizíamos auferem mais amplo e salutar alimento do que até agora, pois se limitavam, sem convicção ou sem vontade, a tomar na mesa que António Sardinha

há 40 anos dispusera com racionalidade intenção.

Efectivamente, ao efeminado acorde que supõe a superioridade do propagador, substitui-se com vanilagem a tese do autor do «Enigma Português», segundo o qual este se resolve pela contradição entre Castela e Portugal, numa irreduzibilidade expressa em binário das forças contraditórias que, no limite, irrompem irresistivelmente, explicando a nossa existência, a nossa história e até a nossa sobrevivência. Amplamente documentado, o autor evidencia o paralelo existente entre Castela e a Prússia, no esforço unificante de um lado da Europa e de outro da Península. Mais uma vez, um autor de português origem, de nacionalidade sincera, por tese ou posição negativa, aponta directamente o rumo original do português, muito embora pareça duvidar da universalidade dos descobrimentos. Efectivamente, o autor, que provelo do Integralismo Lusitano, fundamenta a sua tese no livro «Aliança Peninsular» de António Sardinha, fundamenta-a, mas promove-a a outras inferências nacionalistas, sem atingir o sentido universalista da catolicidade.

O nosso ponto de vista nega, porém, a irreduzibilidade a que conduzem todos os nacionalismos que embora bem intencionados, são cegos a mais alta visão. Se nos for licita aliás, a ousadia de interpretação, poderemos até dizer que se infere da leitura do autor da Filosofia e dedução cronológica que, se Portugal nunca pôde nem pode ser assimilado por Castela, já a inversa não é verdadeira, o que se explica também pelo modo como a cultura portuguesa sepultou o arabismo, que permaneceu em Espanha por muitos séculos.

A concluir diremos que o livro, manchado de gralhas, como é aliaço próprio de quase todas as publicações da mesma editorial, tem ainda visíveis defeitos de composição na distribuição das notas, Salvou-o, porém, neste sentido, a beleza de algumas páginas admiravelmente espirituosas, o tom de sinceridade patriótica e exaltante, e ainda a lúcida inteligência do pensar filosófico.

Efectivamente, ao lado do primarismo de António Sardinha, com exemplar incompreensão da obra de Leonardo Coimbra, e ao lado do desdém positivista que os historiadores do Integralismo Lusitano manifestaram sempre pela filosofia portuguesa, este livro de Cunha Leão distingue-se como extraordinário acontecimento cultural, que merece os favores da opinião pública com que parece ter sido brindado.

FRANCISCO SOTTONAYOR

LITERATURA

OS ROMANCES DE VIRGÍLIO FERREIRA

Numa notável e testemunhal tetralogia de romances, Virgílio Ferreira vem expondo o problema da alma e do espírito individual, dividido entre uma imanência dolorosamente vivida e uma transcendência intocável ou irreconhecível. Impressiona uma outra dicotomia na sua obra, dicotomia tão real que chega a impor um correlativo dicotómico estilístico: a funda participação na realidade próxima, terrestre e humana e a meditação dialéctica e metafísica, de sentido abstracionante e idealista. O carácter eminentemente trágico dos seus romances, provém talvez da distância em que ainda se encontram da síntese possível do existencial e do essencial, do humano e do ideal.

Nunca esquema forçosamente linear, «Manhã Submersa» mostra-nos o espírito individual, no grave momento da bifurcação de caminhos, proposta a todo o adolescente do nosso tempo: mas o sistema pedagógico a que é submetido, revela-se incapaz de conciliar a exigência de liberdade e a exigência de transcendência, que lutam na sua alma. Sistema dual, implica a vitória

ou derrota de uma das tendências, e assim acontece. O espírito escolhe a própria liberdade, e desta forma, viverá agora por escolha, no mundo da imanência pura, onde a metafísica substitui a religião. Este mundo, absurdo, insignificante, pré-conceptual, é a atmosfera de «Mudanças», o seu romance mais ortodoxamente existencialista. O espírito individual não tem outro guia, senão o de uma escolha, gratuita e irracional, que só a vontade sanciona. A existência é suportada pelo Nada e o homem vive angustiado e eternamente desesperado, lembrando no entanto, as verdades religiosas perdidas na submersa manhã.

Perpassa todavia ao longo destes livros um bálsamo de ordem supramaterial, uma religião antropológica e cósmica, que poderia sem dúvida classificá-los como, de certo ângulo, saudosistas: é a identificação com a terra, com a pátria, com o lar, com os valores familiares, os quais em «Aparição» surgem em ritmo expressamente alterado com a procura metafísica de um real mais profundo. O que aparece depois do morgulho no absurdo existencial? O núcleo reencontrado do espírito, algo de sub-stante, algo que permanece no tempo, para além do fluir ontológico. Mais do que um conhecimento, «Aparição» é um reconhecimento do que fora negado em «Manhã Submersa». É a imanência que se repõe sem a falsedade dialética de autoridade e de liberdade? Se não tivesse entre a paisagem natal e patriarcal, havido divórcio, ou funda dicotomia, o Espírito exigente e dogmático?

«Aparição» nada resolve, porque equivale a uma declaração de substância. Se, porém, o homem é projeto vital, a que veio a este mundo essa substância aparecida? É este o tema de último dos seus romances «Cântico Final». Agora, Virgílio Ferreira analisa a que considera a mais alta das actividades humanas, a Arte, algo de humano e imanente, que do certo modo substitui laicamente o antigo afã religioso. Romance situado no universo dos artistas modernos, cujos problemas são dissecados e apresentados em vivos e fecundos diálogos pelo autor, assinala no entanto a trágica frustração da arte como substituto da religião, ou seja como alimento espiritual da humanidade. O protagonista fracassa como artista e como homem: é este então o destino do espírito individual, que um dia sacrificou a servidão à transcendência, em nome da liberdade na imanência? Curiosamente, Virgílio Ferreira apresenta um final, um Cântico Final que não é inteiramente trágico, porque é a busca inconsciente ou apenas voluntária da relação perdida entre o homem e a terra, entre o espírito individual e o espírito divino ou o espírito santo. Lembrando as experiências de Matisse, de Cocteau e de Picasso, que pintaram e decoraram capelas, o protagonista do romance, homem desiludido e condenado, ocupa os últimos dias da sua vida, reconstruindo e pintando a capelinha da sua aldeia portuguesa. A sua adesão não é já a da fé, a da consciência, a da sabedoria e racional imersão no transcendente — é a adesão pelo sentimento e pela saudade, é o regresso às origens pela via inconsciente e, por assim dizer, irracional.

Resposta ao problema do espírito individual que persegue desde o seu primeiro livro? Antes a contingente, possível e dramática solução de um grande, honesto e sincero escritor, que não quis contentar-se com fórmulas apriorísticas; testemunho impressionantemente verídico da situação da cultura portuguesa, tal como tem sido analisada, de outros prismas, pelos nossos pensadores e ensaiistas.

A. Q.

ENSAIOS

DO ESPÍRITO E DO TEMPO

de Manuel Antunes, S. J.

Reunindo uma colectânea dos seus ensaios da «Broteria», o Padre Manuel Antunes, S. J., apresentou agora as ideias mestras que orientam o seu pragmatismo filosófico e literário. Na economia do livro, os dois ensaios que especialmente dedicam à cultura portuguesa, ocupam lugar relevante. São eles «Haverá filosofias nacionais?» e «T. de Pascoal, F. Pessoa e J. Régio, poetas de sagrados» — e em ambos, por coincidência, nega e repudia o essencial do pensamento e da mensagem dos nossos modernos filósofos e poetas, embora quanto a estes reconheça um mérito intrínseco que nega águas, indo ao ponto de ocultar nomes, obras e teses.

A. Q.

O ensaio «Haverá filosofias nacionais?» — interrogação que, desde logo, implica uma resposta, foi escrito em Maio de 1957. Nesta época, também por coincidência, tinham sido publicados o discípulo de Alvaro Ribeiro, «A razão animada, bem assim como o primeiro número de «57», que reivindicava para os portugueses uma independência filosófica correspondente à sua independência política.

Manuel Antunes replica, ponto por ponto, a algumas das teses da filosofia portuguesa, tendo o cuidado de não citar os seus autores, mas fá-lo com uma precipitação que o tempo não corrigeu, a avaliar pela inclusão do trabalho na recente colectânea da Ática. Posteriormente, dois núcleos de pensadores e teólogos católicos, dariam à nossa moderna filosofia uma atenção que o desenraizado autor de «Do Espírito e do Tempo» não houve por bem conceder-lhe. Referimo-nos aos pensadores jesuitas, reunidos em volta da Faculdade de Filosofia de Braga e aos pensadores franciscanos, ligados à ação da revista «Ultramar». O número há pouco dedicado pela «Revista Portuguesa de Filosofia» ao pensamento português contemporâneo, e os estudos elaborados por um João Ferreira, O. F. M., e outros, aos principais filósofos nacionais, como Santo António, Pedro Hispano, Francisco Sanches, Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoal e Alvaro Ribeiro, contrabalançam felizmente a posição dos pensadores católicos portugueses, em relação às teses que o gênio do nosso povo foi capaz de elaborar e criar, apesar de todos obstáculos e impedimentos.

Em súmula, Manuel Antunes, afastando de seu povo e das suas raízes, formado no Tomismo, e exercitado na luta contra as correntes metafísicas vigentes nos países da Europa Central, como o Idealismo, o Marxismo e o Existencialismo, mostra desconhecer por completo o que pensaram os portugueses, como portugueses. Tal problema interessa-lhe aliás pouco, pois que, na sua interpretação, o tomismo é a única doutrina verdadeira e universal, pelo que a totalidade dos humanos se lhe deve submeter. Eis o que equivale a uma declaração de unidade: Manuel Antunes, com efeito, procede e pensa como se a unidade estivesse estabelecida no Mundo, ignorando a condição de uma multiplicidade, que pode ser miticamente transcendentada, mas é condição do espaço e do tempo.

Enquanto assim for — e assim parece ser —, uma tal tentativa de actualização do tomismo está de antemão prejudicada. No último capítulo do seu livro, «A Igreja e o Mundo de Hoje», Manuel Antunes lamenta-se de que o pensamento católico haja perdido posições; foras, e até dentro dos próprios países tradicionalmente católicos.

Esta situação não se deverá, em parte, ao abuso de unificação tomista e à necessidade que os grupos humanos sentem, de caminhar para Deus através da sua própria via?

Gravíssimo é que, tentando definir os três maiores poetas portugueses deste século, o autor conclui: «Nenhum deles conhece, na verdade, o cristianismo. Teríamos então de reconhecer um não-cristianismo fundamental do espírito português, na filosofia, na poesia, na arte?» Manuel Antunes refere a sua concepção do Espírito a Cristo — o Deus-Homem fora do tempo e do espaço, válido pois como sagrado símbolo, para todos os tempos e espaços. Será preciso lembrar na religião trinitária, a posição relativa do Filho e do Espírito Santo? Será preciso recordar que a conversão das línguas a uma só, um só fogo e uma só luz, depende da visão da Verdade, que aos homens não foi dada, senão incompleta e fragmentariamente? Será preciso repetir que a filosofia é caminho e não Verdade e que, por conseguinte, o pluralismo das tradições filosóficas é a única defesa possível contra uma forceda e artificial unificação de caminhos, seja ela de inspiração tomista, idealista ou marxista?

Como a considera o Padre Manuel Antunes, a filosofia não é de saber, mas de vontade — e a estes fins pragmáticos e políticos se reconduz facilmente todo o seu culturalismo árido e catedrático, toda a sua argumentação sofística e deslocada. O tomismo foi a altíssima realização especulativa de um período da idade medieval, em que a centralização latina dominava ainda as nações cristãs. A diversificação das culturas, no Ocidente como no Oriente, impõe hoje filosofias do verbo, tipos de pensamento aptos a encarar e solucionar uma problemática que, no tempo e no espaço, nunca é idêntica e una. Pretender a imposição substantiva de uma ortodoxia filosófica é tarefa, como o mundo de hoje dá sinal, destinada aos maiores desvios e às mais antagónicas consequências.

Nos restantes ensaios do livro, abordando temas europeus, Manuel Antunes limita-se, como é natural, a repetir os lugares comuns da crítica francesa, sem que perante um Kierkegaard ou um

Ortega y Gasset, ou perante os temas do humanismo, do marxismo e do faimismo, possa tomar a posição original que lhe adviria, se se integrasse na natural tradição da língua e cultura da sua pátria. A mente ansiosa da perturbada juventude de hoje, pede mais do que a erudição, o catedrático, a suficiência doutrinal e dogmática usadas pelo autor, pede até mais do que a fluência e a agilidade mental que não faltam aos seus escritos.

A. Q.

P O E S I A

AS CINCO REGRAS DO EQUILÍBRIO

de José Valle de Figueiredo

Surpreendentemente, eis que um poeta so revela. Não mais um poeta. Não mais um sensível expressor de estados de alma. Não mais um lírico do momento isolados, das pequenas horas da frustração, despor ou simplesmente tédio. Polo contrário, com uma mestria inesperada, este jovem que até aqui apenas publicara alguns ensaios, aliás de excelente nível de maturação filosófica, integra-se na tradição maior da poesia portuguesa, e de uma épica por assim dizer reflexiva, equilibrante das três forças sentimento-ideia-acção, e harmonizante numa dupla face que, voltada simultaneamente ao passado e ao futuro, sendo pois saudosista e messiânica é em consequência tradicionalista e poderosamente inovadora. Anula-se o tempo, neste ponto lançado pelo símbolo poético entre o que foi e o que será? Anuiam o tempo Camões? Junqueiros? Pascóis? Pessoa? Poderá dizer-se que neles e por eles, o tempo perde todo o seu significado ou ganha todo o seu significado. É um tempo heterogêneo, um tempo sagrado: o homem domina-o e excede-o, mas enquanto se adapta ao seu ritmo, em vez de protensamente o subsumir na fiação matemática. O último instante do passado é igual ao último instante do futuro. A duração não é mais do que a viagem entre dois instantes que se confundem, que são uma só realidade. O épico é o que vênia o homem nos movimentos mais agudos deste trânsito — é porventura o único capaz de compreender o presente na sua plenitude, não como um estudo ou o conflito por um estudo ou um ester, arquétipo do teatro, mas como uma ideia ou um ir, uma infinita abertura para o possível ainda não objectivado. Seria fecundo — mas ficará para outra altura — verificar como a mesma dicotomia de géneros literários se reflecte no conteúdo das filosofias, antagonizando ou pelo menos separando as filosofias do ser e as filosofias do movimento.

Ligando-se a uma filosofia do movimento, a uma épica necessariamente do mesmo signo, João Valle de Figueiredo concebe a duração como um processo interrogativo e é aliciente ver como o poeta se impõe na forma da parlenda popular portuguesa, feita de interrogações que se respondem com novas interrogações, pois se a verdade é um erro sucessivamente menor, conforme disse o nosso filósofo do movimento divino, Sampaio Bruno.

Se Fernando Pessoa visionava os eventos e as personalidades, desde as míticas de avançada portuguesa até às simbólicas da sua aventura interior de indivíduo, como imersões do imanente no transcendente, como dualidades de humanidade e espiritualidade, José Valle de Figueiredo acrescenta uma outra dimensão à teoria de uma renovada épica.

Com efeito (presença da tradição), utilizando em larga escala os símbolos portugueses arquétipicos, radicados em palavras-chaves como viajão nau, descoberta, rota, Índia, pacífico, ilha, império, vela, vento, José Valle de Figueiredo (eis a inovação), projecta-os, não na relação do homem com Deus através de um cosmos espacial, mas em idêntica relação através da mulher, que no seu poema, toma o lugar de Índia, do mar, do oceano, do azul.

Visto de determinado ângulo, estamos pois em face de um poema erótico, de uma pura descrição do amor, do movimento do amor. Descoberta, conquista, posse, surgem transportes numa subtil alquimia verbal, em ida do masculino para o feminino, como do humano para o cósmico e do cósmico para o divino. Na cadeia interrogativa, o poeta percorre a mistériosa realidade do sexo e esta prefigura por sua vez a mistériosa realidade do tempo, da vida, da transcendência.

É difícil não recorrer à própria poesia de José Valle de Figueiredo — poesia hermética, sem dúvida, mas que, confrontada a chave, se abre diante de nós como uma verdadeira revelação de beleza e verdade. Eis um dos passos mais significativos do poema — do poema que, convém referi-lo já ao título orientalizante, é uma demanda do equilíbrio, desse equilíbrio entre o espírito e a alma, entre o divino e o terrestre, que só o amor pode propiciar:

Canta o mar, canta a onda, / Canta a nau, / Mas o segredo no fundo já não está, / Canta o segredo, a via canta, / o o

cro, / Mas o nau já no mar não está, / Deinida a frincha? Sentida a fresta? / Fresta de future memória, frincha de oculta reserva, / Por dentro da ave? Por dentro outra, outra ave? / No fundo o neda, por princípio o fim, / Canto e dança o fandango neste corda, Força? / Na força a vida, no palanque a morte, / Plácido o silêncio, menor o fluido, / De cal o forno, no forno a terra, A terra? / Solitária e erva, feminil a teça, / A teça, a palavra teça do solo, no sol erguida, / Sacra a via, oculta o verbo, / O tempo, o imaginário e rude tempo / dos meus olhos escorre, Do tempo, presentindo só, / o casulo de um sentido, / Na boca, na tua boca, sinistra, de volápia cercada / posto se liga, Margem o lábio? Sábio? o confuso, negro o centro, Desvelada a boca, / Encerrada a margem, Criada a dor, o e pente, oculta e casta / o fogo se revela ...

Para além do conteúdo destes versos, o leitor não deixará de sentir a sua originalidade, força e beleza verbal, no pleno domínio de uma técnica pessoal e completamente afastada da qualquer convenção. Surpreendentemente, um poeta. Mas não tanto: as nossas tradições de grande poesia e a renovação que as teses de filosofia portuguesa trouxeram à nossa cultura, não poderiam deixar de gerar, tarde ou cedo, frutos fecundos na novíssima geração.

A. Q.

OS LIVROS SIBILINOS DA LUSITÂNIA

de Henrique Tavares

Embora aceitando profunda integração tradicional gênioniana, e partindo dela própria, somos levados a reconhecer a existência activa de vários cursos transissionais, por que se frutificam e endurecem as desvairadas viáticas possíveis e se apagam quaisquer fluidos lunares, por que se assinalam históricas e sucessivas gestas, por que ao mesmo tempo existe o touro branco da épica laranjeira e o touro verde kiplinguiano e se nos desparam os vários cumes para disílabos, seja a Rosa Cândida soja o Escaravelho. Problemática e dramática se nos propõe, assim, qualquer interpretação mais ou menos crítica, quando se nos impõe uma obra de signo e sinal oculto, já pelas raízes aduzidas, já porque a iniciação deve ser individual, já e ainda, porque, no caso particular da situação portuguesa essa iniciação corre o risco de não acertar, porquanto não é potente, pelo menos à maior minoria, o correcto sinal português. Todos estes problemas nos surgiram, quando da leitura dos secretos e sibilinos «Livros da Lusitânia», de Henrique Tavares, agora publicados num só volume ineditivo.

Raros são, por vício que ora não nos interessa prescrever, os livros cultos, que o mesmo é dizer ocultos, na poesia portuguesa contemporânea, e tão raros são os Poetas cultos (ocultos) que a sua permanência toma tal fôrce de insolência pecaminosa, em nome de uma pseudocultura do pouco humano 4.º andar sem elevar. Temos ali, por começar, o Grande Poeta Inolente que foi o Fernando Pessoa por desvelar, temos livros de Jorge de Sena, e temos essa incomparável Atlântida, por quem tão bem falou o florantino Florentino Gouart Nogueira, sem contar com a sublime e extraordinária alvenância de Orfeu, do sempre vivo Poeta Lusiada que foi o Jorge de Lima.

Ora, num panorama como o que se apresenta o nosso aparente contemporâneo, o livro de Henrique Tavares surgiu, plenamente sibilino, e tão sibilino que só um verdadeiro e completo estudo nos dará todas as implicações que nelo se contêm.

Se pela análise casual do verbo, se chega à separação permanente da voz, aqui repousa a justificação da existência de tão Bela Dama de Prata, do Kondalini, em que se enfeixam todos os propósitos de ação, de invenção e de criação, onde se usam todas as coisas, para que todas elas se reclinem no seio materno, a Mão de deus das coisas. Se ainda, por um depósito da Queda se virgulam as duas raças ibéricas, terminando uma e cada uma, se aponham uma — Lusitânia — fínder, todo um esquema de sujeição ao real se dilui, não num super-real absurdo enquanto gradativo, mas o sobretudo, num Círculo que por ser Sagrado e, porque Sagrado, Mágico, não só integra todas as regiões internas como as restabelece a partir do Superno. Eu também sou da vossa Raça Sagrada, exclama o sacrificado de Zagreus, pretendendo alcançar a sabedoria de um notável livro sobre arte de navegar a experiência, relevando a experiência fernandina da Índia Nova, trânsito teológico para o terceiro termo patriarcal. Vem juntar-se Henrique Tavares, com este livro, ao grupo daqueles homens lusitanos que prenunciam a Idade da

(Continua na pág. 19)

É DIA DE NATAL PARA UM HOMEM SÓ

Quando o despertador o acordou, ele pôde apenas pensar que tudo era sonho afinal...», deu duas voltas sob os lençóis aquecidos por uma noite fisicamente completada às oito horas da manhã, precisas, e nada lhe foi indicado pelo momento de acordar, que o localizasse para além do hábito normalmente aceite a essa hora do dia.

Tudo se completou dentro da mesma aceitação, regular, metódico e quase inconsciente; sapatos de quarto, interruptor da casa de banho, fósforos e gaz, tentativas falhadas (a torneira de segurança... que cabeça a minha!), de novo o quarto quase escuro, o tabaco fora do lugar (— Talvez no bolso do sobretudo...), o «living» às escuras, o maple (Tenho que estufar esta coisa... a mancha de «whisky» é vergonhosa... porque não hoje?)

— Hoje... quarta-feira, telefonar ao decorador...

O tabaco estava realmente no bolso do sobretudo.

— Dois bilhetes? Ah, é verdade... ontem. Hoje.

Debaixo da porta, o jornal dobrado falaria de ontem e arriscar-se-ia sobre algumas coordenadas de hoje.

A Imprensa devia estar entregue aos magos... e às bruxas!

O isqueiro, uma das delicadezas sem imaginação de Helena, nunca funcionaria perfeitamente; havia em todos os presentes que ela ofereceria qualquer pormenor a esquecer, uma falha, uma razão imperceptível de refúgio, um motivo de «pechincha».

Passou o cigarro pela chama azul do gaz e confortou-se com a pequena economia com que começou o seu primeiro cigarro, aliás de uma marca cara e suficientemente conhecida como tal, para se poder estender a cigarreira com uma frase: — Não sei se gosto... são estás... — Ah! — sempre fumarei um...

Exemplos de ostentação como este, agarravam-no à terra por um sentimento de sólida confiança em si, e a fechar a cigarreira com um estalido seco, guardava na consciência um «existir» tão real como reconfortante.

O vapor de água escorría pela azulejo preto e pela imagem embaciada com que o espelho o reproduzia.

— Quarenta e três anos.

Ao abrir a janela para o Jardim da Embaixada, jardim de que ele e os vizinhos se serviam como paisagem, estranhou qualquer falta, talvez mais pequena do que a mancha rubra duma camélia que a chuva desfolhara durante a agitação da noite invernosa.

Só então ele se localizou na data: manhã de Natal.

Encostou a testa ao vidro embaciado e deixou que o frio se enterrasse na pele enrugada.

Deveria então pensar que era um homem só e que a vida fora amarga e injusta, que a vontade era uma força real e que tudo se seguiria ao acto que um dia praticaria, para que tudo se seguisse no sentido em que realmente se desdobrava a sua vida de «homem só». No entanto, embora fosse capaz de chamar realidade à consciência física do frio a enterrar-se na pele, algo se agitava entre essas duas existências, ou talvez para fora delas.

Al julgou nascer a manhã de Natal. No café onde entrou para tomar o pequeno almoço, (em casa nem tinha pão nem biscoitos secos), os cromados brilhavam como faiscas, frios e cortantes. As mesas vazias rodeavam-se de cadeiras de espaldares muito encostados aos tâmpos de mármore, ainda húmidos.

Todos os objectos se agrupavam para o ofender, para lhe atirarem à cara a sua inadmissível solidão.

Os espelhos tinham letreros colados anuncianto «pregos», «cachorros quentes com mostarda», «bifes da casa» ou pratos «especiais», com os pregos por quantidade, mas para além das letras encarnadas elas gritavam de um para o outro e desse para outro e para o primeiro e daí para o teto e de lá para o fundo do bar, reflectido no primeiro, que de novo saiu

tava para o segundo e para o primeiro e daí para o teto e do teto para o fundo do bar e assim, de imagem para imagem, até ao absurdo infinito, aprisionado nos espelhos dum café vazio, que anunciamavam comidas e gritavam afinal uma só frase repetida num eco visual: — Entrou um Homem só!

Um Homem só... Homem só... Só...

— Sim, eu sou um homem só... quarenta e três anos, com dois filhos, que abandonei... que abandonei...

Os espelhos viraram a imagem para dentro e recusaram-se a repetir o que ele precisava que lhe gritassem no rosto.

Esse desprezo com que o mundo objectivo recebia a proposta de comunicação subjectiva, colocava-o numa posição totalmente inédita: a in comunicação física.

— Ou seja, a morte material...

O calor da refeição assinalou-lhe a presença dos órgãos, um existir fisicamente por dentro, que noutras circunstâncias nenhuma teria de irreal, porque o tornava completo em todas as dimensões acelites, embora por conhecimento teórico, mas que nessa manhã de sol, diferente, se transformava num sinal alarmante de redução corporéa.

Todos os seus nervos se colaram aos órgãos, aquecidos por um café com leite e torradas, reafirmando a sua solidão física em órgãos incontroláveis. Cortou a respiração e pareceu-lhe ter conseguido dominar as paredes do estômago.

— Se eu quiser... para a digestão, controlo os meus próprios órgãos...

As veias começaram a latejar no pescoço, na cabeça e, muito mais nitidamente, nas fontes. Deitou fora o ar, o sangue correu velozmente até ao coração que deu um solavanco inesperado. As pulsões seguiram-se, ritmadas, encheram e esvaziaram as artérias e as veias, da cabeça aos pulsos e ao estômago, sobreexcitado pelo pequeno almoço, de prego previsto pelos espelhos. Abriu as mãos e pousou as palmas esticadas sobre o mármore. Assim esteve uns segundos, inerte como um morto.

— Não, eu não estou morto... pelo contrário, agora sinto viver, em mim, um ser decapado do fluido vital da realidade. E como se me fosse cortado o cordão umbilical que me agarra aos objectos...

Aos espelhos, aos cromados das cadeiras, das mesas, da máquina de café, ao frio da rua, ao calor físico do existir com os «outros».

— É horrível... — de facto, na noite passada, ou há dez anos, poderia sentir com autenticidade o que haveria de horroroso nesse corte genital com a realidade, porque ainda pertencia a uma consciência comum de existir.

Deixou precipitadamente o dinheiro na mesa, que o criado limpava com gestos ritmados, de acordo com os locais de vida das coisas, ligados os gestos com os objectos, por trajectórias exactas, habituais, vivas.

Ao sentar-se no carro pareceu-lhe que «tudo» retomaria o seu lugar e que não passara dum falso alarme motivado por...

— Já não tenho idade para cheiques de menina histérica...

Meteu a chave do carro na ranhura semi cromo, ligou a ignição e hesitou antes de pôr o motor de arranque a funcionar.

— Estupidez... devia ter substituído a bateria há mais tempo... ainda ontem falhou... — tentou distrair-se com o ridículo da véspera, à saída do «dancing» com... e sem bateria. Vai-

Conto de
ANTÓNIO BOTELHO

leu-lhe um pouco de humor e de facilidade de gorjeta, para convencer a farda rubra do porteiro a vergar-se sob o peso inerte da espada sem motor de arranque.

Quando o estacionou perto de uma pensão escura, teve o cuidado de estocar uma desculpa.

— Hoje é dia de Natal, eu sou católico, tenho que me confessar...

Deveria acrescentar com mais verdade que propunha um contrato entre a bateria, a alma e a Providência.

A luz encarnada, que avisava a descarga da bateria, oitava-o provocantemente:

— Vá... de que tens medo? Tu existes para lá de minha colaboração.

— Tu vives...

— Vivo... sinto pela primeira vez que vivo...

As veias, as artérias, os vasos capilares... o coração, a bateria, a existência, a bateria, a promessa de arrependimento...

Deu mais uma volta à chave, seguindo-a dum ruído surdo de espasmo, e outro e outro.

A luz vermelha transformou-se na opacidade dum cor: o carro não pegaria mais.

Fixou o olhar no dumha senhora modesta que se dirigia no seu sentido e pareceu-lhe poder ver-se do lado dela para si.

A mulher passou arrastando consigo a vida que, por momentos, o envolveu; era manhã de Natal e isso quereria dizer para todos os que estavam no lado de dentro do real, que na noite anterior, essa quarta-feira começara a ser de facto uma data.

— Eu sei, — a mão direita pousada na pequena chave do carro — eu sei o que aconteceu esta noite para todos nós... para aquela senhora modesta e para o criado do café que não se ofereceu para empurrar o carro, para o director do jornal que escrevera um artigo com palavras que apenas deslizavam por ele, sem o molharem nem aquecerem, para a leiteira que não fizera distribuição e para o padeiro que ficara em casa a refilar contra os Pádes e beatas.

— Tenho que me confessar e ir à missa e ter a agradável sensação de me sentir triste porque estou só...

— Séoo! — buzinou o automóvel quando o braço, que segurava a chave, pendeu sobre o volante.

Uma tortura, um enjôo, um mal estar...

— Menina histérica... — o sarcasmo não surtiu.

— Ego te absolvoo... — benzeu-se, salu do confessionário e não pôde mais identificar-se com a pageia ingénua que assinalava a infância, no livro de missa que abriu entre as duas mãos húmidas de medo.

A palavra medo caiu tão exacta dentro de si, que instantaneamente se manifestou em pulsões, apertos de veias que doiam e repousavam alternadamente.

Rezou a penitência com uma atenção e propósito invulgares. Percorreu as caras serenas e distraídas dos outros, à procura dum tema de concentração.

— Só a razão me dominará... — lembrou-se do local e da data e acrescentou — a razão e a fé.

— Estou só... apenas isto, uma pequena reacção instintiva...

— Um homem só.

Desta vez porém frase classificadora não o reconfortou, nem sequer o emocionou através do formalismo que conscientemente encerrava.

O Santo Qualquer Coisa olhava para ele, ou para a qualquer coisa

que era ele e a sua solidão; a criança de tranças tirou do bolso uma boneca nova, que caía pela chaminé nessa manhã, do saco do Menino Deus ou do pateta do Pai Natal, e a nova imagem também se afastou da sua angústia, assim como o Presépio, os cabelos brancos do Padre corcovado e as lágrimas dumha mulher de luto pesado.

Fechou o livro de missa, quiz fugir da Igreja e só o reteve a ideia de que o carro não andava, ancorado junto dum Café vazio.

— Dominio!...

— Medo... — suava como se fosse realmente desmaiar e no entanto sabia que isso não aconteceria.

— Vou telefonar à Helena e pedir-lhe um almoço... mais, pedir-lhe um pouco de companhia...

Lembrou-se que se confessara e que talvez não devesse ir visitá-la.

De qualquer maneira ela não deixaria passar um dia «festejar» sem cumprir rigorosamente mais um encontro de amor e tédio, como competia a uma amante fiel, embora tacitamente pertencente a um passado vencido por um erro comum. — Apesar de tudo sempre estragamos a nossa reputação de burgueses regulares, um com o outro... — dizia Helena no fim dumha ceia a dois, ou dumha noite em comum. Ela vivia de felicidades tão pequenas como as de poder afirmar coisas como estas, em momentos precisamente como os que passava. Frases curtas e suficientes como: — «Estou velha, meu caro...», «Somos dois idiotas às turmas a um vido, como duas borboletas cegas».

— «Um «whisky»... uma gota de esquecimento em água gasosa!», etc., frases tão lapidáres como falsas, eram tanto um dos seus encantos, para quem ainda não estivesse saturado do olhar verde em fundo ruivo, como um dos seus lugares comuns, de manifestação vulgar, para quem conhecesse a superficialidade desse mesmo olhar e a tinta que ainda arruivava um cabelo que nem loiro fora.

— Não... que me importa o erro... o amor enganado pelo próprio amor... eu apenas quero uma companhia...

Um perfume caro e demasiado feminino arrispou-o até ao sangue, que estacou, pulsou, de encontro às veias, dilatou o coração, cumprini-o até doer...

— Não, ela nunca mais me poderá acompanhar... mais do que nunca, preciso de autenticidade... Um amigo? Quem? Quantos amigos tem um homem de quarenta anos? Os de infância só lhe saberiam falar no passado, recordar pequenas histórias, já no domínio da pura anedota.

— Lembras-te do Padre Abilio? Coitado... grandes partidas aguentou...

— E o Carlinhos Lopes?

— Morreu.

— Ah... não sabia...

Os amigos de hoje, eram conhecimentos a que a convivência chamava «amigos». E certo que poderia haver outra espécie de sentimentos em relação a si, a «gratidão» daquelas a quem ajudara, dumha maneira ou de outra...

— Por exemplo... — nem uma cara conseguia agora relembrar dumha forma perfeita.

— Talvez aquele motorista que empregara no Banco... Era um caso desesperado... qualquer história injusta, muitos filhos... provavelmente a morte recente da mulher. Provavelmente... afinal talvez o motorista nem fosse casado, nem fosse um caso mais urgente do que aquele outro, da dactilografia que tuberculava... Teria morrido?

Todos passavam por ele dumha forma tão vaga quanto possível. Dele partiam para outro recente favor e daí para uma outra força política, financeira ou social, enquanto o «caso» perderia, pouco a pouco, realidade.

Sem dar por isso viu-se metido num grupo de comunhantes, cabis-

baixos e mesmo um pouco envergonhados, mas maravilhosamente inconscientes da sua individualidade. Olhou para eles com um esparto semelhante a um cego que pela primeira vez distinguia as cores, e a agonia física voltou, agora aumentada por uma aguda pressão nos pulmões.

Lutou contra a vaga de mulheres de cabeça velada por mantilhas de renda espessa, donde emergiam os dedos brancos entrelaçados, numa posição que recordava a imagem da Senhora das Dores.

Os joelhos dobravam-se-lhe, o ar tornou-se por demais leve e frio, como se apenas contivesse uma única espécie de gaz.

— Com licença... com licença...

Mas todos os fiéis avançavam imediatamente para o mesmo propósito.

— Por af, por af...

Não pôde optar por outra solução, seguiu a par os fiéis participantes do Santo Sacrifício.

— Eu não posso receber o Senhor!... — o Sacristão abriu os braços sob a opa rubra.

— Impossível... siga, siga sempre.

O coração batia-lhe do peito ao céu da boca: — Como bate, bate... o sangue... as veias...

— Siga, siga...

A seus pés, as mulheres ajoelharam e vergaram-se mais sobre si próprias. Uma nova onda de fiéis atirou-se para a direita, o suor calou-lhe pela testa.

— «Tenho medo!...» «Sem saber como, viu-se prostado junto do Presépio.

Ali estava o que acontecera nessa noite, para os outros, os que não estavam sós: Um Menino nu, rebolado e soridente, que lhe perdoava os pecados, que lhe perdoava o abandono da família que trocara por uma experiência de amor falhada, que lhe perdoava até essa mesma derrota, que lhe sorria interminavelmente...

— Siga... siga...

A opa continuava a perseguir-lo, vermelha, sanguinária.

Levantou-se e deixou para trás mais uma certeza da sua solidão, o conforto da alma, a Paz... na visão arredondada dumha criança de barro.

— Siga...

Ao sair da igreja, nenhum refúgio lhe ocorria.

— A bateria.

As pessoas, atravessavam rapidamente o átrio, pois tinham pressa de se sentarem à mesa, ornamentada por giestas e bolas de cristal prateado.

— Com licença, com licença...

— Vou telefonar à Helena... talvez ela compreenda, ou saiba como se cura... quem me diz que isto não é um desequilíbrio do neuro...

Há uns instantes já, que um miúdo o agarra pelo casaco:

— Avô, avô!

Era loiro, tinha sardas e faltava-lhe um dente.

— Boas-Festas!

Beijou-lhe a mão, depois de olhar interrogativamente para um dos lados, repetiu o desejo de Boas-Festas e fugiu por entre a multidão, numa correria desprecupada. Cumprira o recado, cumprimentara um senhor de cabelos grisalhos, ainda novo, que o pai lhe garantia ser seu Avô.

— Sim, é preciso voltar... quando lhe pedir... Mário! Mário!

Era miúdo baixo do que ele, embora fossem inegáveis alguns traços fisiológicos, quase decalados do seu belo, do formato dos belos.

Quando se decidiu pela separação, Mário tinha sete ou oito anos, nunca deixou transparecer a mais leve crítica. Foi uma alma que se lhe fechou energicamente.

— Mário! — um taxi afrouxou, o pequeno loiro abriu a porta com esforço, ela (como se chamava ela?) sorriu-lhe quase com simpatia ao entrar para o carro.

— Mário!

O filho abriu o vidro do taxi, deitou o braço de fora e gritou, já a afastar-se:

— Boas-Festas, Pai!

— Porque é que aquele senhor se chama Avô

— Querido... disse a mulher nova e elegante, apertando o braço de Mário — porque o deixaste ali, a berrar por ti? Apesar de tudo sempre é teu pai, não é verdade?

— Bem vez, querida, não poderei esquecer que ele nos deixou... Além de tudo criou hábitos, não pode entrar numa família... O meu pai pode ter a vaidade de se basta a si próprio... é o que muitos sonham ser, naquela idade: Um Homem Só.

estados, os quais, com idades desde os vinte aos sessenta anos, se desprestigiaram, e aos seus professores, perante os seus conterrâneos e compatriotas, os tornarem-se objecto do riso e do escárnio alvár das populações. Sabemos que o Dr. Raul Machado, graças às suas qualidades inatas de locução e representação, é uma das estrelas da T. V. portuguesa, mas ficaríamos mal com a nossa consciência — o que o Rev. Raul Machado deve compreender —, se não apontássemos os organismos competentes o que o seu programa encerra de deseducativo e desmoralizador. Com efeito, se a moral defende os bons costumes, poderá-se dizer dos exames, e ainda por cima desnecessários e comercializados, que pertencem ao número dos bons costumes nacionais?

A VIRGINDADE DO INFANTE

A ideia, de aparvoada, é peregrina. Defendida por sisudos historiadores, senhores de truculenta erudição paleográfica, é, no fundo, um desmando da necrofilia característica de certa literatura ensaística, aparecida entre nós, nos últimos anos, a qual apresenta duas faces de igual horror: a necrolatria e a necrofagia. Esta, mais cultivada, tem servido de lenitivo à pobreza intelectual de muitos, acomodado à sombra de vultos ilustres, de cujos nomes ainda vivos entere a glória, a notoriedade ou o prestígio, de outro modo impossível de atingir. Mal se agita a obra cuja menagem pôde resistir a toda a crítica, por mais insidiosa, às conspirações de silêncio, por mais ferozes, e brota do esquecimento viva e actuante; quando

a efemeride cronológica lança de novo a luz da actualidade no rosto de gé-nios esquecidos — logo o bando de necrófagos se movimenta, preparando o mergulho em busca de alimento decantado. Com tais crocitações, o vulto ilustre vai sendo descarnado, sob a acção dos bicos vorazes, perde de todo a forma humana, acaso ainda visível e quando o bando o larga, saciado, apenas resta um esqueleto, seco de nervos que os ossos articulam, sem vislumbre de sangue nem de carnes, pronto a ser varrido e disperso pelo primeiro vento dos interesses de circunstância. Assim tem sido, assim será.

Truculenta foi, no geral, a crítica histórica da figura e da obra do Infante, neste ano das comemorações henriquinas — origem, aliás, de pingues proveitos editoriais; mas, risonha se mostrou, porém, a minúcia dos que, na vida do Príncipe de Avis, cataram as linhas e as sombras susceptíveis de ordenar-se convenientemente na arbitrariedade dum retrato psicológico.

Não nos deteremos no geral: particularizamos: o Infante, disse-se, não houve comércio com mulheres, durante a vida inteira. E editou-se: nem doutro modo poderia ter sido, dada a grandezza do seu porte e a altura do seu génio.

Ora, procuremos manter o equilíbrio da razão e, sensatamente, aceitemos com benevolência as congetturas pueris dos paleógrafos, baseadas quer na existência, quer na inexistência do documento comprovativo (constante de remotos arquivos), provavelmente da abstinença ou da incontinência do Infante. Tais locubrações paleográficas, são a providência dos revisteiros e comedógrafos e, como tal, são de tolerar, em vista do bom humor e da graça nacional.

O que não pode, porém, deixar de ser objecto de séria meditação, é a facilidade com que ainda hoje grassa o

erro que consiste em confundir a vida espiritual, a vida animal e a vida corporal do homem, com a concomitante e capciosa premissa de que toda a ação ou actuação espiritual, implica a passividade da alma e a precariedade do corpo. O debilitante misticismo espiritual — tão diferente da plenária agitação e inquietação dos nossos Santos e heróis — misticismo que se alimenta da própria renúncia à vida natural, do vicioso combate às soliditações do corpo e do desprezo da matéria, é o produto defeituoso dum cristianismo que acaba no Calvário, religião truncada, de sacrifícios e sacrificados, que negam ou temem o esplendor de maravilha da Ressurreição. Ao Cristo Glorioso da Aleluia, preferem o Cristo Doloroso da Paixão.

Tais são esses, afinal, os autores da sombria ideação do Infante — austero visionário, duro descobridor de mundos, empenhado no combate singular contra o corpo que lhe entorpecia o espírito. Porém, a única torpeza está neles. Desprezando esse comércio dos sexos, desatentaram da própria Igreja, que lhe reconhece o sagrado e sobre ele institui um Sacramento. Mais partistas que o Papa, mais cristãos que Cristo, já não são de hoje: pois existiam vai para dois mil anos e como agora, malsinavam o corpo no próprio Filho do homem — porque este corria, com os Doze, as terras da velha Galileia, davam banquetes ao povo, laias bodas, comia e bebia. Não podiam entendê-lo, os fariseus, negavam-lhe a divindade do verbo da missão, acusavam-no de glutão e bebedor de vinhos, andando de amizades com publicanos e pecadores!; mas, já então, o mesmo Cristo ensinava lá quem tivesse ouvidos de ouvir que a sabedoria se justificava por seus filhos.

(1) S. Mateus, IX, 19.

CRÍTICA

(Continuado da pág. 17)

Santa Sabedoria indica. Desde Sam-paio Bruno... desde Sam-paio Bruno...

Restabelece-se a crística via de S. João, que tão supremamente, tão orientalmente é desejada e que se encontra e reencontra em sucessivas Encarnações. Descartes e o Logos. O sagrada Dama do Licorne, conjugada conjunta o Verbo nocturno de S. João! Uma Filosofia com moral, filosofia sem determinismo se vitaliza em chaves da noite.

Henrique Tavares, Poeta Órfico e, porque Órfico, Serpantino — bem digno de ser Lusitano porque de Ophiusa, cidade sagrada tão bem cantada por Fusto Lopo. Uma perenidade numérica e dourada, gongalvina e nómiana, transparece da totalidade poética destes tão altos e sibilinos Livros da Lusitanía, destes tão importantes livros de Henrique Tavares, Poeta Português.

JOSÉ VALLE DE FIGUEIREDO

A CISÃO EXTREMA EM FERNANDO PESSOA

Muito difícil é compreender a obra de Fernando Pessoa no seu mais profundo sentido. Tendo procedido a um estudo último das várias tradições esotéricas, Pessoa concluiu a ideia de que o paganismo grego (¹), ou o ideal helénico, representa, pelo seu naturalismo, a atitude e o viver que estão mais conformes com o intrínseco sentido do ser.

No seu viver, Pessoa reclusiu-se a um viver que poderemos denominar de cisão extrema. Os seus versos dos últimos anos são evidente manifestação dessa cisão — os versos em que a ideia do nada sobrevém constantemente. Mas resta perguntar se tal atitude mais do que poética, vital, não seria um processo alquímico de aperfeiçoamento interior, pela descida aos infernos, ou seja, pela assunção do nada.

Com efeito, a própria consistência na cisão, em que se poderia argumentar que Pessoa consistiu e viveu, parece dever conduzir, naturalmente, à libertação do ser, e, naturalmente, por uma necessidade implícita no mesmo ser. Será assim? É este o segredo que se opõe ao fundo entendimento da obra de Pessoa, expressão de aquilo que significou o seu pensar e o seu existir.

Porque a sua obra poética é apenas a face de beleza de uma aguda e ultimately funda obra filosófica de penetração das coisas. O ácoal em Pessoa seria, então, um suporte para a transcenção do ser. E realizando este processo, perguntaremos se, através da cisão, Pessoa foi ou não um homem imperfeito, como aparece pintado no quadro de Almada Negreiros.

LUIZ ZUZARTE

(1) Apologia do Paganismo — Edição Petrus.

O PRIMEIRO DIA DO HOMEM FORA DO PARAÍSO

No dia em que Adão deixou o Paraíso foi quando o homem nasceu. Na dor e na angústia viverá para saber que o caminho na sua frente é demasiado vasto para a sua limitação. Nele se sentirá perdido, perdendo-se.

António de Cértima, no seu livro «O primeiro dia do homem fora do Paraíso», dá-nos uma visão idílica do mundo aos olhos simultaneamente inexpertos e videntes do homem nascente. Faz pensar, meditar. Mas aquele que tenha andado afastado de tais actividades não sentirá, por certo, tanta perplexidade como nós perante essa visão sem dor, do homem em face da incommensurável tarefa da existência.

Admitida a noção de queda e de degradoamento que a expulsão do Paraíso implica, a forma como é apresentada pelo Autor coloca-nos numa posição ambígua de dualidade: ou Adão, ao ser expulso do Paraíso e perdidos todos os seus atributos, verdadeiramente nosce diminuído pela ignorância do seu não-tempo anterior, ou mesmo depois da queda continua, digamos, consciente da sua natureza e em poder da sabedoria, adquirida ou acrescentada pelo contacto com o fruto da árvore da ciência.

Mesmo só perante estas duas hipóteses, seríamos levados a supor as suas primeiras reacções dum maneira bem diferente da do Autor, que fica entre estes dois pólos, inclinando-se talvez mais para o segundo, razão porque nos retrata um Adão quase vitorioso à saída do Paraíso. Optando por um acordo com a noção de queda, e para ficarmos dentro dos limites do livro em questão, o problema parece residir na incompatibilidade das duas hipóteses sugeridas. Na sua forma literária mais simples, elas são: o homem no Paraíso era inconsciente (transcendente e existencialmente) e pela queda adquire a consciência; o homem era consciente (existencial e transcendentemente) e pela queda se inconsciente.

No primeiro caso, metafóricamente, o homem no Paraíso é a actividade inconsciente, expulso, a actividade consciente. Como a consciência implica o erro, a isso se chama condenação. Ganhar o pão com o suor do rosto poderia significar ascender a um alto nível espiritual pelo esforço próprio. Mas se a consciência, mesmo implicando o erro, é um instrumento de ascensão, porque seria ela motivo de condenação e queda? Se assim fosse, o regresso ao Paraíso seria o regresso à inconsciência, ou seja, a aniquilação da personalidade.

No segundo caso, a queda como perda de consciência, colocaria o homem na situação de ignorância total. Mas se depois da queda conserva a lembrança da sua situação anterior, não há senão uma perda parcial da consciência, portanto, não há verdadeiramente queda mas uma alteração momentânea da sua condição. Se a sua ignorância é só apriorística, compreende-se que o sentimento de culpa nasce da consciência dum a limitação que o incapaça de prever, se não o impede de lembrar. Desse modo, a sua visão do mundo — a visão da sua existência no mundo — nunca poderia ser vitoriosa como o Autor no-la apresenta. Consciente, mesmo limitadamente, nunca a sua atitude poderia ser exultante. O primeiro homem ou o último é aquele que, levando a árvore da ciência nas suas entranhas, assim lhe dificulta o crescimento. E essa é que é a sabedoria, porque o que nasce do corpo pesará na alma.

No entanto, sendo este o tema e tese de «O primeiro dia do homem fora do Paraíso», que aliás não amplia nenhuma das posições já tomadas por outros Autores em obras neste mesmo sentido, há um ponto que ressalta à sua leitura e que é importante salientar: a tentativa de conciliação entre as ideologias éticas e os dogmas das religiões católica e muçulmana. Se a nossa história está cheia de lembrança das lutas contra os povos islâmicos, e lutas de carácter essencialmente ideológico, ninguém ignorará de certo a importância que esse contacto teve na nossa tradição cultural. Embora em aparente contradição, as nossas afinidades espirituais aproximam-nos no momento em que nos identificam culturalmente.

É este um dos aspectos valiosos deste livro de António de Cértima. Relembrando esta nossa relação antiga acentua o cunho de compreensão e fraternidade do espírito universalista português, uma atitude conciliatória que anticipa as correntes unificadoras do pensamento religioso dos nossos dias.

M. B.



O "JET-FUEL" FABRICADO PELA REFINARIA DA SACOR É UM PRODUTO DA MAIS ALTA QUALIDADE, UTILIZADO PELAS FORÇAS AÉREAS PORTUGUESAS

COMBUSTIVEIS • LUBRIFICANTES

SACOR

AO SERVIÇO DA AVIAÇÃO PORTUGUESA

HOTEL UNIVERSO

RUA DO CARMO, 102
Telefones 25189-28166
- LISBOA -

ESTE HOTEL É RECOMENDADO PELOS NOSSOS AMIGOS E EX-MOS CLIENTES. ESTÁ SITUADO NO CENTRO DA CIDADE, COM FRENTE PARA A RUA DO OURO, ROSSIO E RUA DO CARMO. PRÓXIMO DA ESTAÇÃO DE CAMINHO DE FERRO, CAIS DE ENBARQUE, TEATROS E DAS CASAS BANCÁRIAS. CASA DE BANHO EM TODOS OS ANDARES. ÁGUA CORRENTE, QUENTE E FRIA EM TODOS OS QUARTOS E CHAUFAGE. MESA À PÓRTUGUESA COMPLETAMENTE SIMPLES.

(Continuado da pág. 1)

que hoje está actuando no livro, na catedra, etc. Assim, entre outros, desses alunos marcaram posição na cultura nacional, em Filosofia: Álvaro Ribeiro, Augusto Saraiva, Eugénio Aresta, Delfim Santos, José Marinho e Sant'Anna Dionísio; na relação da Filosofia com a literatura: Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, António Salgado Júnior, Armando de Lacerda e Feliciano Ramos; em História: Fernando de Pamplona e Torquato de Sousa Soares. Digna de menção é também a escritora Fernanda de Matos Cunha, prematuramente falecida.

O que foi o ensino na Faculdade de Letras do Porto, tem sido indicado por vários dos nomes citados; mas, encontra-se perfeitamente caracterizado e descrito nos livros de Álvaro Ribeiro, especialmente no seu testemunho sobre Leonardo Coimbra e no prefácio de «A Arte de Filosofar».

Os professores, todos do sexo masculino, foram então nomeados diretamente pelo governo, sem qualquer formalidade burocrática e académica. Os que constituíram o primeiro núcleo, foram da escolha de Leonardo Coimbra; eram eles Ángelo Ribeiro, Newton de Macedo e Teixeira Rego. Foi também designado o Prof. Fidelino de Figueiredo, mas, não se efectuou a nomeação por oposição do governo republicano, visto aquele professor ser então monárquico e haver colaborado na situação política de Síndio Pais; oposição, aliás, não verificada em relação a outro sionista, como o Prof. Luís Cardim.

Foram nomeados ainda os professores António Luís Gomes e Lúcio dos Santos, que não tomaram posse dos respectivos lugares.

São conhecidos os nomes dos professores Francisco Torrinha e Urbano Camilo Soares, em Filologia Clássica; Hernâni Cidade, em Filologia Romântica; Aarão de Lacerda, Mendes Correia, Homem Cristo, Damião Peres e Artur de Magalhães Basto, em História. Foram assistentes: José de Bragança e Humberto Pinto de Lima.

Este núcleo de professores, distinguiu-se também na cidade do Porto pelas conferências de extensão universitária que realizava. Além disso, a Faculdade tinha uma revista, que foi a primeira no género.

Com a supressão da Faculdade de Letras do Porto, a cidade perdeu no aspecto espiritual, cultural e até económico (haja em vista a quebra do comércio dos livreiros e do movimento que a vinda dos estudantes da província dava aos estabelecimentos de pensões, etc.), o que deu motivo a petições várias das forças vivas da cidade, com o apoio da Câmara Municipal e dos Grémios; petições, aliás, feitas em vão. Perdeu-se, deste modo, um centro de irradiação cultural e de intercâmbio com as universidades da Galiza, S. Tiago de Compostela e de Salamanca, intercâmbio de capital importância para a expansão da cultura portuguesa.

No aspecto político, a cidade ficou desamparada dumha cultura espiritualista, que opusse barreira à propaganda marxista e materialista dialéctica, de ambiente propício numa cidade como o Porto, de base industrial e proletária. Este erro foi verificado pelos Governadores Civis da cidade e pelos deputados; mas, o governo não os ouvia.

Poucos anos depois, sofreu a cidade a humilhação de ver constituída no norte uma Faculdade de Filosofia, a de Braga, a qual veio a prestar colaboradores ao centro de Estudos Humanísticos, fundado no Porto, por iniciativa do prof. Luís de Pina.

Posto que os professores da Faculdade de Letras do Porto já faleceram quase todos e os vivos já passaram o limite da idade, não se pode, correctamente, falar dumha restauração. Uma Faculdade de Letras no Porto, não será uma Faculdade de Letras do Porto. Seria difícil obter um excelente corpo docente na nova Faculdade, se se pretendesse recrutá-los nos moldes dos concursos de escolas públicas, cujo resultado não passa de um atestado burocrático sobre o valor dos candidatos, o que é completamente diferente dumha obra por eles realizada e por eles autorizada. O ideal seria chamar ao ensino aqueles que prestaram as provas de obra e não aqueles que justificam o seu valor por interposta pessoa, isto é, por certidão assinada por um júri. Esta, aliás, tem sido a doutrina defendida por nós e que julgamos ser a única a aplicar a este caso.

Segundo declarações do Sr. Ministro da Educação Nacional, no primeiro ano lectivo, a Faculdade de Letras do Porto só funcionará com os grupos de História e Filosofia, alegando que não é possível recrutar professores competentes para os grupos de Filologia. Estas declarações causaram espanto a todas as pessoas que estão no corrente da actividade literária em Portugal. O que S. Ex.

quereria talvez dizer, é que é difícil encontrar pessoas que se sujeitem à humilhação do concurso de provas públicas, depois de haverem dado outras provas mais públicas e mais consistentes do seu talento e do seu saber.

NÃO HÁ

PROFESSORES?

O desenvolvimento espiritual, social e económico do país está a suscitar a necessidade e a aspiração de mais Universidades, mais Faculdades e mais Institutos Superiores, nas províncias metropolitanas e ultramarinas portuguesas. A sua criação parece não acompanhar, todavia, o ritmo das exigências nacionais porque alguns problemas são difíceis ou parecem difíceis. O primeiro desses problemas é de natureza financeira e, sem querermos meter foice em seco alheia, lembramo-nos a que ponto seria rendável o capital investido e como se justificaria por conseguinte, um sacrifício para tal exigido, aos mais vultuosos rendimentos industriais ou agrícolas.

O segundo é de mais fácil resolução, até porque não é um verdadeiro problema. Ou antes: é mais um dos numerosos problemas suscitados pelo nosso inadequado sistema de ensino. Referimo-nos à proclamada falta de professores para tais estabelecimentos.

Não há professores? Como se explica então que os melhores valores da cultura portuguesa se encontrem fora de Universidades e Institutos? O sistema dos exames, concursos públicos e doutoramentos é, ou deveria ser em essência, uma prova que se exige a candidatos desconhecidos. Tal prova torna-se porém inútil e perniciosa, quando, entre nós, numerosos escritores, ensaiistas, historiadores, cientistas, e técnicos, com vasta obra publicada, com nome feito e em muitos casos conhecido e apreciado no estrangeiro, vegetam em condições económicas e de trabalho, insuficientes e prejudiciais à realização da sua obra.

Defensores da tradição portuguesa não podemos deixar de acentuar que a universalidade tradicional portuguesa, aquela que, criada por D. Dinis e protegida pelo Infante, formou a geração dos Descobrimentos, tinha como mestres homens de ciência convidados directamente para a cátedra pelos estudantes suas corporações. O exclusivismo catedrático e professoral de hoje, em vez de facilitar o acesso dos maiores valores nacionais às Universidades, dificulta-o de tal modo, que poucos estão dispostos a sujeitá-los a humilhações e exames por parte de júris que, muitas vezes, lhes seriam intelectualmente inferiores.

É esta uma indesmentível realidade da vida portuguesa, é este um problema que urge ser resolvido. A escolha do corpo docente para a reconstituída Faculdade de Letras do Porto poderá apostar num caminho e ensaiar uma solução. Importa que a juventude portuguesa disfrute, em toda a parte, dos benefícios de uma educação superior. Importa que a juventude portuguesa seja educada pelos melhores valores nacionais, da carreira universitária ou não. Parece-nos ser esta uma proposição inofensável.

O RECURSO

A AUTORIDADE

Muito utilizado entre nós, quando escritores, artistas, professores e críticos literários se desinteressavam dos problemas da filosofia, o recurso à autoridade equivalente à dominição do livre pensamento. Consiste tal recurso na resolução de todas as dificuldades que ao espírito se opõem, através da citação das autoridades, isto é, dos autores que tentaram fazer-lhes frente.

As consequências do processo são desastrosas para a cultura de um país, pois as suas chaves ficam nas mãos de uma minoria, cuja legitimidade é, pelo menos, duvidosa. Para mais, com o rodar dos tempos, a autoridade foi-se desligando da autoridade e assim é que já nem sequer se lhe exige obras de pensamento, porque basta a filiação em instituições socialmente respeitáveis, como a Universidade portuguesa e sobretudo estrangeira, ou outras ilustres instituições religiosas ou académicas.

O problema excede largamente a pequena questão das campanhas da imprensa contra o «57», a filosofia portuguesa e o sentido redentorista dos nossos mais originais e fecundos pensadores, campanhas estas que já encontram apenas eco nas volhas geracionais, de tal modo são patentes os sofismas em que se basculam. Tomemos o caso dos três críticos literários que mais sistematicamente têm combatido as teses que, desligadas como todos sabem, de qualquer intenção política ou partidária, temos proposto e defendido: os Drs. Sant'Anna Dionísio, Álvaro Salema e João Gaspar Simões, respectivamente no «Diário Popular», «Diário de Lisboa» e «Diário de Notícias».

O primeiro, aluno de Leonardo Coimbra, derivou pouco a pouco para aquilo que o seu professor mais receava: a coisificação do pensamento. A sua autoridade é, pois, um Leonardo detido no tempo e fixado aos limites da sua própria obra, transformada em capítulo universitário da história da filosofia. A dinamização que, de uma ou outra forma, foi dada ao pensamento do mestre por discípulos como Álvaro Ribeiro, Delfim Santos, Agostinho da Silva e José Marinho, após hoje Sant'Anna Dionísio uma coisificação e, simultaneamente, uma liricização, de graves consequências para a actividade racional.

O segundo, discípulo de António Sérgio, e resolvendo, pois, todos os problemas através da crença na razão, crença essa que os resultados gnosiológicos e até pragmáticos do racionalismo não justificam até à data, recorreu muito recentemente à autoridade de um doutorando em universidade estrangeira, para afirmar a superioridade do seu professor sobre as pseudofilosofias mistificatórias, em que o palavreado leonardesco e as precárias literaturas mistico-existencialistas são apregoados como pensamento nacional. Como, todavia, adjetivos destes se podem aplicar a qualquer, bastando por exemplo substituir leonardescos por usugristas ou valmeidianos, Álvaro Salema recorre à autoridade do Dr. Magalhães Vilhena, citando-lhe todos os títulos universitários franceses, o que é de uma formidável eficácia perante o provincialismo que ainda atinge tantos portugueses. Onde, porém, a obra do Doutor (pelá Sarboan) Magalhães Vilhena? Mistério. A não ser que se considere obra de pensamento a vulgarização de compêndios e doutrinas, realizada pelo aluno aplicado. Mas, felizmente, vamos sendo mais exigentes.

O forçoso, por fim, sem mestre filosófico explícito, para ripostar a essa nova mistificação da inteligência portuguesa que é a ideia das filosofias nacionais, acaba de recorrer à autoridade do Dr. Manuel Antunes, um dos mais distintos luminares da Companhia de Jesus e da Revista Abre-a. Mais uma vez não se sabe de que é autor este articulista, que outra coisa não faz nos seus escritos, senão apregoar as exéncias do tomismo e declarar inferiores todas as restantes formas de pensamento.

Não é, porém, o facto de se recorrer a autoridades tão duvidosas que nos preocupa. É o facto de pessoas com responsabilidade cultural e formativa bem evidente, se verem obrigadas a recorrer a qualquer autoridade, seja ela qual for. É chegado o tempo de, homens de espírito portugueses que somos, pensarmos por nós mesmos e radicarmos na nossa própria e livre reflexão. E é este, afinal, um dos aspectos principais do problema da filosofia portuguesa. Quando o fizemos, não haverá então tal problema. Que as nossas palavras não molestem os valiosos escritores que são Sant'Anna Dionísio, Álvaro Salema e João Gaspar Simões. Eles não fazem senão seguir os processos usados no ensino português, em que o recurso à autoridade está firmemente instaurado; ensina-se história da filosofia e história da literatura, mas não se ensina a filosofar, que é a primeira das actividades humanas. A sua reacção é pois humana: defendendo o estado cultural, exprimem uma das leis do saudosismo português, aquela que se volta para o passado. Um saudosismo mais aberto, face voltada ao futuro, como a queria Pascoal, contraria porém a autoridade, que é o estado e o passado coisificados.

EXAMES... NA TV

A moderna pedagogia — portuguesa ou não — condenou formalmente esse processo diminutivo que é o exame. Entre nós, mesmo os catedráticos de pedagogia o consideram, quando muito, como... um mal necessário. Pois bem, a exame aguda que infelizmente ainda grassa em Portugal, encontra maneira de espalhar esse mal — mesmo onde ele não é necessário, como na Televisão. O programa semanal das «Charles Linguísticas», orientado pelo Dr. Raul Machado, consiste agora... exames de português a prémio, com notas e tudo, sendo a recompensa aos caluniosos mais pontuados, constituída por alguns livros de dúvida interesse, oferecidos por livrarias, contentes de se desembargar dos seus stocks de inutilidades. Recordamos que, por exemplo, num dos últimos programas, o grosso das ofertas era preenchido com romances do costumista (sic!) Nuno de Montemor.

É na verdade um espectáculo compungedor e humilhante, podemos comprovar visualmente que em Portugal, não se sabe escrever português, e assim não podemos ter para com a cultura que tal permite, a mesma indulgência que o Dr. Raul Machado manifesta para com os seus exame-

LIVRO ÚNICO ENSINO ESTÁTICO

Por

LUIZ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO

A chave de um extenso saber, torna-se obsessante preocupação para o indivíduo e para os Estados. Amalgamados os valores, em escatológica ordenação, confundidos conhecimento e sabedoria, em consequência da aceleração dogmática de regras como leis ou como normas, é imposto pelo tecnicismo, como mais válido, um estatístico saber, e negado o possível conhecer, através da desvalorização do móvel pensar.

Desde o escalão mais alto do nosso ensino, se estende qual negra sombra, como único, possível e tirano, o duto argumento da autoridade, que procura intimidar quem, com dignidade, quer progredir no caminho da auto-realização.

É vulgar o envalidecido professor universitário negar valor, ao móvel pensamento do aluno, que procure dar, com esforço mas com mérito, uma definição sua, para qualquer dos precariamente definidos sectores, de certo ramo de saber.

A lição é considerada oração, porque se perdeu o que há de sagrado, na significação de culto ou cultura, para identificar o homem culto com o eruditão, ou o sagrado com o profano.

Como cário, estende-se desde o Manual à Sebenta e desta ao livro, a exigência de um aceitar sem pensar, de um saber sem réplica, de um padronizar cristalizante e uniforme.

Profana-se o espaço ao transformar a escola, que devia ser a casa sagrada onde se alimentava o espírito, numa espécie de mansarda, onde a disciplina se sobrepõe ao respeito, onde o aluno, em vez de alegremente conviver com o professor, é afastado por ele. Há a preocupação de transformar as alegres crianças em homens azedos e taciturnos, ao impor-lhes a disciplina, pelo medo, pelo castigo, quase que pelo desprezo.

O exame ou inquérito escrito a que se sujeita o educando, é para ele sinal da falta de confiança de que desfrutam os professores por parte das entidades responsáveis.

Profana-se o tempo, ao forçar através da reprovação, o aluno, a repetir novamente um ano todo, porque não conseguiu evitar um erro de português no ponto escrito de história, ou falhou uma data, no ponto de português. O professor, o fiscal, o que deve reagir tecnicamente segundo regras fixas, castiga, tiraiza ou reprova, quem deixou campo livre à sua vida interior.

Essa vida interior que notamos nos grandes pensadores e cientistas, deve ser morta, porque a imaginação é considerada crime «esa magister». Para esse efeito, para a garrotear, surge o Manual, a Sebenta e o tal livro único.

O ensino aparece como empresa industrial, onde se fabriquem vários tipos de perfumes, que nem sempre têm aplicação; os cursos deixam de corresponder às necessidades mediáticas ou imediatas e geram ou degeneram um tipo de indivíduo sem dinamismo mental, apto a repetir o que aprendeu, impossibilitado de resolver o que lhe apresentem. Falta de personalidade, fuga à responsabilidade, através de uma actuação passiva, perdida de noções, mas desprovida de uma actuação intelligentemente orientada, tal é o tipo de homens, que, como os das cavernas, saem das fornadas anuais das nossas Universidades. Logo no Liceu, foram habituados a não ter possibilidade de tratar os problemas segundo mais de uma perspectiva, por comodidade, cumprimento do programa, ou sujeição ao tal livro único. Os professores impedem a criança de pensar, de buscar outro ou outros livros as respostas que melhor satis-

fazem as múltiplas interrogações, que lhe suscita a sua curiosa e pura inteligência em formação.

No começo de ano lectivo, e de acordo com a nossa linha de pensamento, não pudemos deixar de assinalar o desgosto, como pai e como cidadão, pela falta de perspectiva com que continua a ser orientado todo o ensino.

Paixões e encarregados de educação, perdem dias sem conta a calcorrear a cidade na visita das livrarias, procurando o livro que abrirá a porta da mediocridade aos seus preendidos filhos. Em contrapartida, com o livro único, é passado aos educadores um atestado de ignorância ou de incompetência que não passa desapercebido. Certo é que não podemos efectivamente acreditar na clara possibilidade raciocinante, de quem teve de deixar de pensar, para repetir, sempre e só repetir, no Liceu e na Universidade, a lição do professor.

Ainda há pouco ouvimos alguém com responsabilidades, declarar que era impossível, com turmas de 40 a 43 alunos, conhecer as crianças como o fizera a professora da instrução primária e, dada a vastidão do programa, não se podia repetir, ou esclarecer individualmente, um ou outro aluno. Propunha como solução que se transferisse para os pais parte da tarefa, exigindo-se-lhes que ensinassem os filhos em casa ou os obrigassem a criar um método de estudo. Isto seria eficiente se a família não estivesse em vias de um completo desmembramento. O pai está ausente, durante largas horas e a mãe já vai sendo atraída, até pelo próprio Estado, para as profissões que se exercem fora do lar. No seu impedimento, são os pais forçados a contratar explicadores mercenários que irão sobrecregar o já desequilibrado orçamento familiar, forçando-os cada vez mais a maior número de abdicacões, e a uma cada vez menor permanência no lar.

Se há falta de professores, por que os cursos superiores se tornam cada vez mais longos?... Se há falta de professores, por que motivo é que as cadeiras históricas proliferam como uma praga em todos os cursos?... Qual a razão por que o saber que se exige tem de ser cada vez mais rigoroso, a formação dos professores cada vez mais morosa, e os exames cada vez em maior número, verificando-se que o mais estrito rigor tem sempre carácter de precariedade, os professores não passam de meros convidados da boa memorização do livro único, e os exames são uma verdadeira mistificação?...

De fonte atulhada de pedregulhos, não sai água cristalina; de imaginação atulhada de datas, não sai raciocínio brilhante. Pretendemos dispensar os actuais professores de ensinar?... dispensemo-los, mas, não se lhe confira a possibilidade de negar valor à progressão mental de um viril pensamento em erupção. Para que amputar aos nossos rapazes uma faculdade que Deus lhe deu, bloqueando-lhes a imaginação com rigorosidades, com falsos historicismos? Até o parafuso que hoje é apertado foi imaginado.

O livro único é o diabólico meio de substituição de um pensar autêntico por um saber rigoroso, o que só poderá tornar-se apanágio de professores incompetentes ou método para pais menos dotados, os quais darão cumprimento à regra, vigiarão meticolosamente a gradual destruição de seus filhos que, esmagados pela roda dentada da burocracia, terão de se dissolver na sapiente e uniforme mediocridade.